

Fundação João Mangabeira



COLEÇÃO

EQUIDADE É LIBERDADE

Organização: Carlos Siqueira e Prof. Einstein Paniago



**DOMINGOS
VELLASCO**

NOVA CHINA



Nesta obra, Domingos Vellasco documenta três viagens à China entre 1956 e 1959, no auge do Grande Salto para Frente. O autor transita da crônica de costumes (a cozinha cantonesa, a abolição do riquixá) à análise de dados agrícolas e industriais, confrontando a fome do passado com as estatísticas de produção do presente. Vellasco não esconde a admiração pelo regime, mas esta é ancorada por visitas a cooperativas, a comunas populares e por conversas com bispos católicos e líderes muçulmanos que atestavam liberdade religiosa. Ao narrar a transformação da terra em propriedade coletiva e a emancipação feminina pelas leis do casamento, o autor provoca o leitor a suspender a lente ocidental e a encarar a Revolução Chinesa como experiência histórica concreta, não como caricatura ideológica.

Prof. Einstein Paniago

Fundação João Mangabeira



Organização: **Carlos Siqueira e Prof. Einstein Paniago**



DOMINGOS VELLASCO

**NOVA
CHINA**

COLEÇÃO
EQUIDADE É LIBERDADE



Goiás, julho de 2026

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Siqueira
Floriano Pesaro
Amanda Sobreira
Tabata Amaral
Silenio Guedes

DIRETOR PRESIDENTE
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
DIRETORA FINANCEIRA
DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS
DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO (FORMAÇÃO)

CONSELHO CURADOR

João Campos
Carlos Siqueira

PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE DA FJM

CONSELHEIROS

Jiberlandio Miranda Santana, Lucia França,
Ana Célia Cabral de Farias, Gabriel Goldfjan,
Raissa Rossiter, Alberto Gavini, Álvaro
Cabral, Adilson Gomes, Dalvino Franca,
Gabriel Maia, Jairon Nascimento,
James Lewis, Silvio Humberto,
Thathiane Araujo, Serafim Corrêa

SUPLENTES

Daniel Bueno Torres, Felipe Rocha, Gerson Bento,
Joilson Cardoso do Nascimento

Autor

Domingos Vellasco

Organizadores

Carlos Siqueira e Einstein Paniago

Produção editorial

Sandro Bello (Brasiliana Editora)

Preparação e revisão

Iriz Medeiros

Projeto gráfico, diagramação e capa

Delfin [STUDIO DELREY]

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vellasco, Domingos

Nova China / Domingos Vellasco ; organização Carlos Siqueira e

Einstein Paniago. – 2. ed. – Goiânia : Fundação João Mangabeira,

2026. 204 p. : il. ; 14 x 21 cm – (Coleção Equidade é Liberdade).

ISBN: 978-65-88179-12-3.

1. China – Política. 2. China – Economia. I. Paniago, Einstein. II. Título. III. Série..

CDD 320.951

Luis Guilherme Gomes de Macena – Bibliotecário CRB 7/6713

Copyright

© 1960 Domingos Vellasco

© 2026 Ana Maria de Moraes Sarmento Vellasco



Todos os direitos desta edição reservados

à FJM - Fundação João Mangabeira

SHIS Q1 5, Conjunto 2, Casa

2 Lago Sul, Brasília – DF

[HTTPS://WWW.FJMANGABEIRA.ORG.BR](https://www.fjmangabeira.org.br)



APRESENTAÇÃO

A republicação de *Nova China** pela Fundação João Mangabeira devolve ao público brasileiro uma obra que é, ao mesmo tempo, testemunho pessoal e documento histórico. Escrita por Domingos Vellasco em 1960, ela nos coloca diante de um momento decisivo da história mundial: os primeiros anos da República Popular da China, quando um país marcado por séculos de fome e humilhação iniciava uma transformação profunda em sua economia, sociedade e cultura.

O texto de Vellasco combina o olhar literário – atento às cores, aos sabores e às impressões humanas – com a precisão de quem busca compreender os processos históricos em curso. Ele descreve o encanto de um jantar em Cantão com a mesma seriedade com que analisa o aumento da produção agrícola ou a formação das cooperativas. Essa fusão entre narrativa sensível e análise rigorosa confere ao livro uma força singular, pois é memória viva e reflexão crítica.

Ao registrar a melhora de vários indicadores socioeconômicos chineses, Vellasco não apenas informa, mas antecipa o que viria a ser a marca da trajetória do país após a Revolução: a capacidade de mobilizar o trabalho coletivo para superar desafios históricos.

* Primeira edição de 1960

Seus prognósticos, à época visionários, mostraram-se certos. A China que ele descreveu como uma nação que havia liquidado a fome e despertado para a dignidade tornou-se, décadas depois, protagonista incontornável do cenário global.

Para nós, brasileiros, esta obra é mais que um registro distante. É um convite à compreensão de uma realidade que molda o presente e o futuro do mundo. Revisitar o ex-senador goiano Vellasco é reencontrar um olhar que, há mais de seis décadas, já intuía a importância de aproximar nossas culturas e destinos.

A republicação pela Fundação João Mangabeira reforça esse propósito. Criada em 1990 como espaço de formação política e preservação da memória socialista, ao reeditar obras como esta, cumpre sua missão de manter viva a reflexão crítica, estimular o debate e aproximar o Brasil das experiências históricas que moldaram o século XX e continuam a influenciar o nosso tempo.

Assim, esta edição não apenas preserva um texto de valor histórico e literário, mas reafirma a necessidade de que continuemos a conhecer melhor a experiência chinesa. Não como curiosidade exótica, mas como parte essencial da história contemporânea, que nos interpela e nos ensina.

Prof. Dr. Einstein Paniago

Coordenador Geral da

Fundação João Mangabeira – Goiás

Prof. Jackson Veloso

Coordenador da Comissão de Política para

Liberdade de Expressão e Imprensa

Prof. Sandro Bello

Coordenador da Comissão de Políticas para o

Resgate Antropológico e Histórico-Cultural

PREFÁCIO

Poucos livros têm a capacidade de atravessar o tempo mantendo viva a sua relevância. *Nova China*, de Domingos Vellasco, é um desses casos raros.

Escrito a partir da experiência direta do autor em território chinês, em um momento decisivo da história daquele país, o livro não é apenas um relato de viagem ou um registro circunstancial. Trata-se de um testemunho denso e envolvente de uma transformação profunda, que reposicionaria a China no cenário mundial. Vellasco observa, descreve e interpreta uma sociedade em movimento, ainda marcada por enormes desafios, mas já orientada por um projeto nacional claro, disciplinado e mobilizador.

Desde as primeiras páginas, o leitor é conduzido por uma narrativa rica em detalhes, que revela não apenas os aspectos visíveis da China daquele período, mas, sobretudo, a lógica interna de sua reorganização. Ao relatar sua chegada ao país, suas impressões sobre a ordem, o funcionamento das instituições e o cotidiano da população, o autor constrói um retrato vivo de uma sociedade que buscava superar estigmas, reorganizar suas bases produtivas e reconstruir sua dignidade coletiva.

Um dos pontos mais marcantes da obra é a ênfase na superação da fome, que o autor trata como um problema político a ser enfrentado com planejamento, mobilização e ação coordenada, não como um dado natural. O ex-senador destaca o avanço da produção agrícola e a reorganização do campo, mostrando o impacto direto dessas políticas na vida da população, especialmente no acesso à alimentação e na melhoria das condições de vida.

Outro aspecto central está na análise do trabalho e da participação social. Ao buscar responder por que o trabalhador chinês demonstrava maior engajamento, Vellasco identifica elementos como o sentimento de pertencimento, a percepção de que o esforço individual contribuía para o bem coletivo e a construção de uma consciência política orientada ao desenvolvimento. Trata-se de uma reflexão que ultrapassa o contexto chinês e dialoga com questões universais sobre motivação, organização social e produtividade.

O livro também dedica atenção especial às transformações no campo, com a descrição do processo que vai da propriedade individual à formação de cooperativas e, posteriormente, das comunas populares. Mais do que um julgamento ideológico, o autor procura compreender esse movimento a partir de suas consequências práticas: aumento da produtividade, expansão da infraestrutura, organização do trabalho e melhoria gradual das condições de vida da população rural.

Ao mesmo tempo, não deixa de registrar o contraste com o passado recente, marcado por miséria extrema, desigualdade e degradação humana. Esse contraponto é fundamental para compreender a dimensão das mudanças observadas e o impacto que tiveram na percepção do próprio povo chinês sobre seu destino.

Lido hoje, *Nova China* ganha novas camadas de significado. A China descrita por Vellasco, ainda nos primeiros anos após a Revolução de 1949, é um país em construção, buscando resolver problemas básicos e estruturais. No entanto, é possível identificar, em suas páginas, os fundamentos de um processo que, décadas mais tarde, levaria o país a se tornar uma das principais potências do mundo.

Nesse sentido, o livro não é apenas um documento histórico. Ele é também uma reflexão sobre desenvolvimento, organização social e capacidade de transformação. Convida o leitor a pensar sobre como sociedades enfrentam seus desafios, constroem soluções e mobilizam suas energias em torno de objetivos comuns.

A iniciativa da Fundação João Mangabeira de reeditar esta obra é, portanto, extremamente oportuna. Ao resgatar esse testemunho, contribui para enriquecer o debate contemporâneo e ampliar a compreensão sobre uma das mais importantes experiências históricas do século XX.

Domingos Vellasco nos oferece, com sua escrita clara e observadora, mais do que um relato: oferece uma lente para compreender um país em transformação. Cabe ao leitor, com o distanciamento do tempo e o acúmulo da história, extrair dessa leitura reflexões que continuam, ainda hoje, profundamente atuais.

Boa leitura.

Antônio Floriano Pereira Pesaro

Sociólogo formado pela USP, com MBA em Gestão de Negócios pela FIA. Atualmente, é Diretor de Gestão Corporativa (COO) da ApexBrasil e presidente do Comitê ESG da agência. Também atua como conselheiro na ABDI e no CBA, além de senior fellow do Instituto de Relações Governamentais do Brasil.

Iniciou sua carreira no Governo Federal em 1995, passando por cargos de destaque como Secretário Nacional responsável pela implementação do Bolsa Escola, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo e Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo.

Foi vereador da cidade de São Paulo (2008–2014), reconhecido duas vezes como melhor legislador pela ONG Voto Consciente, e deputado federal (2015–2018). Após sua atuação parlamentar, colaborou com organizações como SEBRAE, OEI e RAPS. Mais recentemente, coordenou o Gabinete de Transição Governamental (2022–2023). É vice-presidente da Fundação João Mangabeira.

DEDICATÓRIA

A Chang Hsi-jo e Wu Mao-sun, presidente e secretário-geral de *The Chinese People's Institute of Foreign Affairs*; a Chu Tu-nam e Chu Er-fu, presidente e secretário-geral de *The Chinese People's Association of Cultural Relations with Foreign Countries* e aos demais amigos dessas e de outras organizações, pelos dias inesquecíveis que proporcionaram a minha mulher e a mim, em nossas visitas à China

中華人民共和國



COMEÇO DE CONVERSA

I. Lembrei-me agora de uns versos de Mao Tsé-tung: “*não posso esquecer-me de que tomamos chá em Cantão, trocamos versos em Chungching, em dias de outono, quando as folhas se tornam amarelas*”¹. Lembrei-me do verso porque estou recebendo carta de Cantão em que se me fala das sementes de lechia² que eu havia encomendado para plantá-las no Brasil. Lembrei-me de Cantão porque lá também tomei chá com meus amigos, quando as folhas se amarelavam no outono. Lembrei-me que, em Cantão, recebi o meu primeiro jantar na China. E que jantar! Vale a pena lembrá-lo.

Chegara a Cantão vindo de Hong Kong pelo trem. Ao deixar essa colônia inglesa para penetrar na China, isto é, ao transpor a “cortina de bambu”, passando de Lowu para Shumchum, na fronteira, confesso que estava apreensivo. Como todo ocidental, eu sofria a influência da propaganda antichinesa. Ia conhecer um mundo sem liberdade, no qual o homem nada valia senão como força de trabalho, como objeto da economia. Minha vida estava em perigo. Embrenhava-me no desconhecido.

Em Lowu, as autoridades inglesas examinaram-me o passaporte e a bagagem. Tudo em ordem. Cruzei a fronteira e caminhei cerca de trezentos metros, até que me convidaram a descansar numa sala de espera. Tudo limpo e em ordem. Ornavam as paredes quadros de Qi Baishi (Chi Pai-Shi), lindos quadros de camarões e lagostas. Serviram-me chá com jasmim.

Muitas vezes cruzaria, ainda, essa fronteira, com lágrimas nos olhos ao sair e, alegremente, ao entrar. Mas não me esqueço da primeira vez e da sensação que tive quando um rapaz chinês me procurou e, em bom português, me informou que viera receber-me e a minha mulher em nome do Instituto de Relações Exteriores (*The Chinese People's Institute of Foreign Affairs*), que nos convidara.

2. Tomamos o trem para Cantão. Plantações infundáveis de arroz, cana-de-açúcar, abacaxi, lechia. Paisagem muito parecida com certas regiões de São Paulo. Tudo limpo e em ordem no trem. Aliás, a sensação de asseio e de ordem me acompanha em toda a China, nas diversas vezes que lá fui.

Ao chegarmos em Cantão, esperava-nos uma comissão que nos conduziu ao hotel, Palácio da Hospitalidade, situado dentro de um parque. Aí foi que nos ofereceram o jantar de que não me esqueço – menos pelo jantar mesmo, que foi excelente, mais pela minha conversa com o cozinheiro-chefe.

Realmente, a cozinha chinesa é a melhor do mundo. Já sabia disso. Mas o jantar de quatorze pratos fora delicioso; e manifestei minha impressão aos nossos anfitriões. Um deles

me informou que a melhor cozinha da China era a cantonesa e que o jantar fora feito pelo melhor cozinheiro de Cantão.

– Quero conhecer e cumprimentar esse artista – retruquei.

– A cozinha chinesa – disse-me o chefe – obedece a três condições: os pratos têm que ser bonitos para despertarem o apetite; têm de ser gostosos para agradarem ao paladar e têm de ser nutritivos para satisfazerem as necessidades do corpo.

E, respondendo às minhas perguntas, informou que sabia preparar cerca de dois mil pratos e que o número deles, em cada refeição, estava de acordo com o de convidados. Quanto maior o número de pessoas, tanto maior o de pratos, para que todos saíssem satisfeitos.

– A sequência desses pratos obedece também a uma arte. Cada um deles deve completar o sabor do precedente e tornar mais saboroso o seguinte. É como na pintura: cada cor pede a sua complementar.

Isso é o resultado de milhares de anos de cultura. Depois de se conhecer a cozinha chinesa, a gente pensa como se é bárbaro ao se comer um bife a cavalo, uma feijoada completa, uma peixada à baiana, um cozido à portuguesa, a macarronada italiana ou o *roast-beef* à inglesa. Comemos demasiadamente. O norte-americano apresenta os pratos com rara beleza, mas são os pratos mais insípidos do mundo. É preciso descarregar em cima deles um mundo de tempero: sal, pimenta, vinagre, azeite, *ketchup* etc. O inglês somente sabe comer no *breakfast* e no chá da tarde. Não sabe almoçar, nem jantar. O francês come bem. É o povo ocidental que melhor sabe comer; mas é um bárbaro comparado com o chinês.

3. O senhor come doze pratos todos os dias?

Minha mulher fez essa pergunta a um amigo chinês que vive fora da China há muitos anos, e ele respondeu:

– Tentei fazer isso, mas fui parar num hospital... Na China, fazem-se três refeições, como em todo o mundo. De manhã, toma-se sopa de arroz e comem-se dois a quatro pratos em proporções razoáveis; o almoço e o jantar têm a mesma quantidade de pratos: arroz, verduras, peixes e carnes.

Em vários pontos da China, procurei saber quanto gastava uma pessoa, mensalmente, com a alimentação. Nos refeitórios públicos de várias fábricas, examinei os preços e verifiquei que a média do custo da alimentação é de 15 yuans por mês, ou seja, 30% do salário mínimo.

A impressão que se tem, olhando o povo nas ruas, é de que o chinês está bem alimentado. As crianças, sobretudo, dão essa impressão.

Quer isto dizer que a China liquidou o problema da fome que matava milhões de pessoas anualmente. Lembro-me que o semanário católico *Témoignage Chrétien* (Paris) publicou, em 1948, uma reportagem na qual dizia o autor que, somente num dia, contara 68 pessoas mortas de fome nas ruas de Xangai. Hoje ninguém morre de fome na China. É uma das maiores vitórias do regime instaurado em outubro de 1949.

4. Realmente, nos dez primeiros anos da República Popular da China (1949/1959), o crescimento da produção agrícola desmoralizou a teoria de Malthus, segundo a qual, sendo o crescimento da população em proporção geométrica e o dos gêneros alimentícios em proporção aritmética, se impunha a

restrição da natalidade em defesa da própria humanidade. As epidemias e as guerras, que eliminavam milhões de homens, tinham assim aspectos positivos.

Em dez anos, a China, com um quarto da população da Terra, aumentou em 130% a sua produção de alimentos, enquanto a população cresceu apenas 20%. Em 1949, cada chinês podia comer, por ano, 399 jin (199,5 kg) de alimentos; em 1959, ele teve à sua disposição 750 jin (375 kg).³

Para que se compreenda o que foi essa luta contra a fome, vou comparar o aumento da produção do trigo na China com o de alguns países ocidentais cujos dados se conhecem. De 1949 a 1959, o aumento anual foi de 9,75% na China. Na Itália, 4,02%; na França, 3,06%; nos Estados Unidos, 2,34%; no Canadá, 1,55%; na Alemanha Ocidental, 1,45%. Na Inglaterra, a produção de trigo diminuiu, naquele decênio, de 12,7%. Em números absolutos, a China produzia, em 1949, 216.000 milhões de jin (108.000.000 toneladas) de trigo; em 1959, a colheita atingiu a 500.000 milhões de jin (250.000.000 de toneladas).

5. Isso não aconteceu por acaso. Resultou de muito estudo, de muita capacidade e, sobretudo, de muito trabalho do governo e do povo chinês. É uma longa história, cujo resumo este livro pretende fazer, sem sectarismo ideológico, mas também sem ocultar a profunda admiração pelo que se está fazendo na China no sentido de elevar e dignificar o homem como criatura de Deus.

Notas do autor:

1. O verso é do poema intitulado “Ao sr. Liu Ya-tzi”. A tradução espanhola é assim: “Tomamos té en Cantón, cambiamos versos en Chungching – recuerdo – en los días de otoño en que las hojas se tornan amarillas”. Na tradução inglesa, o verso é: “I cannot forget how at Canton we were drinking tea together”.

2. Lechia ou litchi (*Nephelium litchi* L.), planta sapindácea chinesa de fruto muito saboroso. Conheci um exemplar em Resende, Estado do Rio, no Brasil. Come-se a fruta também em conserva e como passa.

3. Dados fornecidos pelo sr. Yang Lung-kwei, diretor do Research Bureau of the State Planning Commission. O jin vale 0,5 kg.



**POR
QUE
O
CHINÊS
TRABALHA
MELHOR?**

1. O maior fator do progresso da China é a participação, cada vez mais entusiasta, do povo na vida política e econômica do país. Não é à toa que Mao Tsé-tung diz que a maior riqueza da China são os seus 650 milhões de habitantes¹. A esse fator se junta uma direção política de rara capacidade, que com a verdade, a convicção e o exemplo sabe que não se pode dirigir tantos milhões de homens senão pela inteligência com coração.

A preocupação do bem-estar do povo domina a vida do país. Depois de dez anos de regime, essa nota predominante foi conquistando, aos poucos e com absoluta segurança, as camadas mais recalcitrantes da população. Pude observar isso em toda a China.

É que o povo chinês sofreu muito durante séculos, sobretudo no último século. No regime das concessões estrangeiras, o chinês era tratado com desprezo. Nunca me esqueço de que, em Xangai, na entrada do Jockey Club inglês, onde hoje existe um parque de diversões para as crianças chinesas, havia um aviso: *no allowance to dogs and chinese people*. Proibida a entrada a cachorros e chineses. Nunca me esqueço da maneira como um ocidental, em Hong Kong, tratou um de meus amigos chineses quando o apresentei. Não lhe deu atenção. Nem sequer lhe respondeu o cumprimento. Era o ocidental superior a tratar o amarelo submisso. Isto aconteceu em 1957, e me senti mais revoltado que o chinês; mas pude compreender um dos motivos da adesão do povo ao novo regime. Hoje, o povo chinês tem a consciência de que é dono de sua terra e de seu destino. Tem um governo que se respeita e, por isso mesmo, impõe respeito a todos, inclusive aos que ainda pretendem desconhecê-lo.

2. Devo aqui anotar uma observação que colhi nos países do Sudeste da Ásia. Existe ali uma onda irrefreável contra o colonialismo. Na Índia, no Ceilão, na Indonésia, na Birmânia e mesmo na Tailândia, que nunca foi colônia e por isso se chama Thailand (terra dos homens livres), esse estado de espírito que se chama nacionalismo entra pelos olhos adentro do observador mais desprevenido. Mas por que esse espírito anticolonialista envolve também os Estados Unidos, que nunca ali tiveram colônias?

– É porque, na sua política da NATO, eles apoiam as potências colonizadoras: Inglaterra, França, Holanda.

E, mais ainda, porque os Estados Unidos constituem o maior inimigo da China na sua política de proteção a Chiang Kai-shek. Eles criaram a República de Formosa, puseram a 7ª Esquadra como guarda-costas de sua clique, cercaram a China com as bases da Coreia do Sul, Japão, Okinawa, Formosa, Matsu, Filipinas e fazem uma política de provocações que nenhum povo toleraria, muito menos o chinês. Eles criaram a SEATO.

– Mas você está repetindo a propaganda comunista! – dirão os meninos da “imprensa sadia”.

– Não digam tolices, rapazes. Estou anotando fatos que qualquer pessoa pode observar, querendo. Se os divulgo é porque gosto do povo norte-americano, admiro as suas instituições e sou amigo dos Estados Unidos. E lamento que a incapacidade de seus dirigentes e o interesse de seus *trusts* os levem a cometer erros tremendos na Ásia. Somente na Ásia? Não! Também no Brasil, na América Latina e na África.

3. Depois de sofrer muito, o povo chinês tomou conta de seus destinos e, por isso, trabalha sabendo por que trabalha. Nas três viagens que fiz através da China, conversei com pessoas altamente colocadas no governo, mas também mantive contatos com operários urbanos e trabalhadores rurais. Pude ter uma impressão muito aproximada da realidade. Penso que posso resumi-la bem reproduzindo aqui o que me disse o sr. Yang Lung-kwei:

“O nosso método de trabalho é a linha das massas, as quais têm forças criadoras inesgotáveis e sabedoria coletiva inigualável. Não tememos as massas. De onde vem a atividade

das massas? O Estado as obriga a ter essa atividade? Será que tornamos as massas escravas, como dizem nossos inimigos? Isso é impossível. Por quê?”

“Um amigo hindu me fez esta pergunta: por que nas fábricas da Índia os operários trabalham lentamente e, na China, eles agem rapidamente? A causa é simples. Na Índia, os operários são explorados pelos capitalistas e não trabalham para si mesmos; e, assim, é claro que trabalham sem entusiasmo. Na China, eles trabalham para si mesmos e, por isso, trabalham com o maior interesse.”

“Todos os trabalhadores sabem que, na China, não há capitalistas estrangeiros, nem tão pouco latifundiários. Os capitalistas nacionais ainda exploram, mas muito pouco, pois ganham apenas 5% sobre seus capitais. O total dessa exploração atinge a 120 milhões de yuans². Nada além disso. O produto do trabalho de todos os operários e camponeses pertence ao povo. Isso significa que o trabalho de cada um é para o Estado, mas é também para si mesmo. Para o futuro e para o presente. Para o futuro, através da parte que o Estado se reserva para os grandes investimentos. Para o presente, através do que o trabalhador embolsa e dos benefícios sociais que recebe imediatamente.”

“Isso é o que ensinamos a todos os trabalhadores. E, depois de alguns anos de reconstrução do país, eles estão de acordo com isso. Cada ano aumenta a consciência política das massas. E é muito importante que cada pessoa saiba o motivo por que trabalha.”

“Na China, há uma palavra de ordem: a política é a força dirigente. Que significa isso? Quer dizer que devemos

explicar às massas a razão pela qual trabalham. Ao mesmo tempo, o Estado segue a política de estimular a capacidade criadora do povo. Gostamos de pensar, falar e atuar com audácia. Então o povo responde com entusiasmo ao nosso apelo. Então as massas criaram o método de ‘as formigas e o osso’³ e outros métodos. Eles não estão nos livros, mas são o fruto da iniciativa dos operários e camponeses em seu trabalho. Quando alguém sabe por que trabalha e recebe os benefícios de seu esforço, quando alguém verifica que não é explorado e que a sua contribuição para a coletividade reverte em benefícios ainda maiores, inclusive para si mesmo – então ele está em condições de trabalhar com entusiasmo e de colocar a sua inteligência a serviço do aperfeiçoamento dos métodos de produção. Aí se expande a capacidade de sua iniciativa criadora. É a iniciativa do trabalho socialista.”

“Como podem os capitalistas competir conosco em tal setor? Então nos perguntam quanto ganhamos por hora ou se temos, ou não, automóveis, televisão ou rádio. Claro que muito importante é melhorar o padrão de vida dos que trabalham. Queremos mais salários, mais vivendas, mais escolas e tudo mais. Isso estamos conseguindo, porque só depende de dinheiro. Mas com dinheiro não se pode comprar a capacidade de iniciativa do trabalhador socialista.”

“Antes da Libertação⁴, muitas e muitas pessoas morreram para a conquistarem. Por quê? Pela consciência da revolução e não do dinheiro. Eis a razão por que o povo chinês trabalha com entusiasmo e conseguiu dar o ‘grande salto para a frente’.”

Notas do autor:

1. *Palavras de Mao Tsé-tung*: “O fator decisivo, depois da liderança do Partido, são os nossos 600 milhões de habitantes. Mais povo, mais visão e sugestões, mais ímpeto, o fervor é maior e a energia é maior... Além de outras características, os 600 milhões de chineses são, antes de tudo, pobres e, depois, estão em branco. Isso pode parecer uma coisa ruim; mas realmente é uma boa coisa. Povo pobre deseja mudança, deseja fazer coisas, deseja revolução. Um pedaço de papel em branco não tem manchas, de modo que podem ser nele escritas as mais novas e belas palavras e nele podem ser pintados os mais novos e belos quadros”. (Peking Review, 6-10-1959, pág. 27). Isto foi escrito quando a China tinha apenas 600 milhões de habitantes.

2. Um dólar norte-americano vale 2,47 yuans. O yuan vale Cr\$ 80,00 aproximadamente, com o dólar a Cr\$ 198,00.

3. Na China se diz que as formigas são pequenas, mas, pouco a pouco, destroem o osso que é grande e duro. Os operários aplicaram o ensinamento na fabricação de grandes máquinas-ferramentas ou matrizes, isto é, de grandes máquinas para fazerem máquinas. Como não tinham máquinas grandes, tentaram e conseguiram fazê-las com as pequenas máquinas de que dispunham. Obtive essa explicação na “Primeira Fábrica de Tornos” de Pequim, do sr. Liao Ping, vice-diretor, que me mostrou algumas das grandes máquinas-ferramentas assim fabricadas. Informou-me também que recebe cerca de 80 mil sugestões dos operários anualmente. O método da formiga quer dizer, em suma, que dificuldade encontrada tem de ser superada com os próprios recursos disponíveis. Daí os novos métodos que serão substituídos quando se atingir progresso maior.

4. Chama-se de Libertação, comumente, na China, a Revolução de 1949, que instituiu a República Popular da China a 1º de outubro daquele ano.



**LUTA
CONTRA
A
FOME**

1. Depois da Libertação, o primeiro problema que o novo governo teve de enfrentar foi o secular problema da fome e do frio que dizimavam milhões de criaturas anualmente. Havia necessidade de produzir alimentos, roupas e combustíveis em grande quantidade. Isso obrigou o governo a cuidar, primeiramente, da produção agrícola, o que se fez no período de 1949 a 1951, para depois lançar o Primeiro Plano Quinquenal (1953/1957), abrangendo a industrialização, a modernização da agricultura, a formação de técnicos, a ampliação da rede de transportes, enfim, todos os ramos das finanças e da economia chinesas. Em 1958, iniciou-se a política do “grande salto para a frente”.

Foi gigantesco o trabalho realizado. Mas a sequência das reformas e dos planos – e aí está uma característica fundamental do regime socialista chinês – não foi resultante de meras formulações teóricas, e sim uma imposição dos fatos e da experiência.

2. A marcha, por exemplo, da reforma agrária de 1949 a 1959 foi lógica e necessária nas suas transformações. Em 1949, desapropriaram-se as terras dos latifundiários que as arrendavam sem nelas trabalharem. Tais terras foram imediatamente doadas aos camponeses que as cultivavam, respeitando-se a propriedade daqueles que, pessoalmente, trabalhavam as suas glebas. A terra se tornou, assim, propriedade dos que a regavam com o suor do próprio rosto.

Mas se verificou que o trabalho individual não resolvia uma série de problemas que impediam o aumento rápido da produção. E daí surgiram os “grupos de ajuda mútua”, uma espécie de mutirão do interior do Brasil. Os camponeses se reuniam para ajudarem uns aos outros nas tarefas principais. O grupo de ajuda mútua foi uma simples transição para a cooperativa simples. Nesta, a propriedade continuava privada, como em qualquer cooperativa de produção que se conhece nos países capitalistas.

Entretanto, com o objetivo de produzir mais, a cooperativa simples se transformou em cooperativa de nível superior (1951/1957), na qual as terras passaram a pertencer à cooperativa, instituindo-se, assim, a propriedade coletiva que a Constituição chinesa (1954), em seu art. 5º, reconhece e, no art. 7º, encoraja, orienta e ajuda. As cooperativas foram, na verdade, apoiadas financeira e tecnicamente pelos poderes públicos. Visitei várias delas em 1956 e 1957 e pude ver os seus resultados, a meu ver excelentes.

Em 1957, cerca de 98% dos produtores agrícolas pertenciam às cooperativas. Para elas haviam entrado doando-lhes as terras voluntariamente. Poderiam ficar na

situação de produtores individuais, como muitos continuam até hoje, uma vez que a Constituição da República (arts. 5º e 8º) garante a propriedade dos trabalhadores individuais e, mais especificamente, declara que o Estado “protege o direito dos camponeses à propriedade da terra e dos outros meios de produção”. Diz mais o art. 8º da Constituição que o Estado “guia e ajuda os camponeses individuais para que eles aumentem a produção e os encoraja a organizar cooperativas de produção, de aprovisionamento e de venda, de crédito, segundo o princípio do livre consentimento”.

Em 1957, ao fim do Primeiro Plano Quinquenal, as cooperativas já haviam alcançado o máximo de produtividade. Aí surgiu a necessidade de agrupá-las em organizações maiores, a fim de disporem de meios mais vultosos e adequados para o aumento da produção. Apareceram assim (1958) as famosas comunas populares. Nestas, a propriedade tende a passar de coletiva para a propriedade de todo o povo. Por enquanto, as terras pertencem aos grupos ou brigadas de produção, em que se transformaram as cooperativas de nível superior ao constituírem a comuna popular. Em meados de 1958, 740 mil cooperativas haviam formado 26 mil comunas populares.

Desde a propriedade individual (1949) até a comuna popular, o caminho foi longo, mas percorrido com calma e pacificamente. Nenhum camponês foi obrigado a fazê-lo, tanto que ainda há proprietários individuais até agora.

3. Para termos uma ideia do crescimento da produção agrícola, com o objetivo de nutrir e vestir o povo, comparemos

o aumento da cultura do algodão na China com o dos países que mais a desenvolveram no decênio 1949/1959.

No México, o aumento foi de 10,4% por ano; Índia, 6,73%; Turquia, 6,27%; Paquistão, 6,27%; Egito, 1,47% e Brasil, 0,2%. Nos Estados Unidos, houve um decréscimo de 28,1%. A produção chinesa foi a que mais aumentou: 18,9%, ou seja, quase o dobro do que mais produziu proporcionalmente. Em números absolutos, a China passou de 8,89 milhões de dan¹ em 1949 para 42 milhões de dan em 1958. Em 1959, alcançou 48,2 milhões de dan.

No aumento da produção, não é muito importante o volume, que pode ser até pequeno em relação aos maiores produtores de determinado artigo. O que é surpreendente é o ritmo do seu crescimento. Por exemplo, somente na província de Guangdong (Kwangtung – Cantão), produziu-se cacau, em 1959, sessenta vezes mais do que em 1949².

4. O desenvolvimento da produção agrícola não somente deu mais alimentos ao povo, mas sobretudo melhorou o seu nível de vida, vale dizer, elevou o seu poder aquisitivo, o que promoveu, por sua vez, o desenvolvimento industrial.

O volume de vendas de mercadorias (comodidades) nas áreas rurais passou de 15.900.599.000 yuans em 1952 para 29.900.540.000 yuans em 1958 – o que significa um crescimento de 88%*. Em 1959, atingiu a 63.800.000.000**.

A esse respeito, vale a pena conhecer o depoimento do bispo católico romano, S. Exa. Revma. D. Luís Li (Li Po-yu), da Diocese de Zhouzhi (Chu Chih), na província de Shaanxi (Shensi). Trata-se de um bispo cuja família, segundo o seu

próprio depoimento, é católica romana há trezentos anos. Diz S. Exa. Revma.:

“O padrão de vida de nosso povo tem melhorado mui perceptivelmente. Muitas pessoas, como tenho já dito, são camponesas. Sua vida, no passado, era amargamente dura. A reforma agrária – completada em 1951 – as dotou com terras próprias e, desde então, o movimento cooperativo tem conquistado rapidamente a zona rural, trazendo com ele as melhorias consequentes. Tomo, por exemplo, as quarenta famílias católicas que viviam próximo do nosso seminário, nos arredores da cidade de Pu Chi. Com exceção de duas ou três famílias, todas elas sofriam de uma crônica escassez de alimentos no passado. Hoje, como lavradores coletivos, elas comem bem, usam boas roupas, podem mandar seus filhos à escola e até acumulam economias.”³

É precisamente com essas economias que os lavradores da terra puderam comprar mais mercadorias, isto é, aqueles bens fabricados pela indústria de transformação. Conversando com vários agricultores em diversas regiões da China, pude saber que, antes de 1949, eles somente podiam comprar uma roupa de quatro em quatro anos. Agora, cada pessoa que trabalha no campo pode adquirir duas por ano, sendo uma para o verão e outra para o inverno.

5. Vou abrir um parêntese aqui, a fim de pedir a atenção do leitor para um pormenor importante: quando se diz na China que o consumo foi aumentado, per capita, de uma unidade, não se deve esquecer de que se trata de 650 milhões de pessoas. Isso é uma enormidade. Basta dizer que houve

uma crise na produção de ovos de um ano para outro. É que, em virtude da propaganda dos nutrólogos, os chineses começaram a dar um ovo para seus filhos e a comer também um ovo pela manhã, diariamente. Logo o consumo subiu de mais de 650 milhões de ovos, isto é, de 54.166.666 dúzias de ovos por dia. Esse consumo exigiu um aumento incrível na criação de galinhas. Admitindo-se que uma delas bote 300 ovos por ano, seriam precisas mais 513.650.000 galinhas para atenderem ao acréscimo do consumo. Em 1959, ainda perdurava a crise de ovos⁴.

Isso é pitoresco, mas é a China. Aconteceu um caso semelhante com a lechia, aquela fruta saborosa a que já me referi no primeiro capítulo. De um relatório que me fez, por escrito, o sr. Yang Lung-kwei, diretor do *Research Bureau of the State Planning Commission*, extraio as seguintes informações:

“O primeiro-ministro Zhou Enlai (Chu En-lai) disse: por um pequeno período, na primavera deste ano, o trigo teve o seu suprimento diminuído em áreas menores que 5% da área total do país. Isso se deveu às calamidades naturais ocorridas no último ano; houve falta de um orçamento apropriado; a produção do trigo foi colhida de maneira apressada; houve um erro de planejamento do consumo, de modo que um pouco mais foi consumido. Por exemplo, no município de Panyu, da província de Guangdong (Kwangtung – Cantão), a lechia é produzida em larga quantidade e, todos os anos, é embarcada para suprir as grandes cidades. Este ano, a produção de lechia cresceu três vezes, mas foi comprada pelos membros das próprias comunas; e o suprimento das cidades foi diminuído, a despeito do aumento da produção.

É que o padrão de vida dos camponeses tem crescido; e a enorme população da China exige um gigantesco poder de trabalho.”

6. A fome foi liquidada na China. Isso exigiu um gigantesco poder de trabalho, como diz o sr. Yang Lung-kwei. Cada chinês tem hoje, para comer, 2,6 vezes mais do que antes da Libertação. É natural que adira ao regime que lhe dá mais comida, mais roupa, mais habitação, mais aquecimento no inverno, mais escolas para os filhos e, sobretudo, mais dignidade como criatura humana.

Notas do autor:

1. Os dados foram fornecidos pelo sr. Yang Lung-kwei, diretor do Research Bureau of the State Planning Commission. O dan vale 50 kg.
2. Informações colhidas na Exposição Agrícola de Cantão em 1959.
3. Artigo publicado por China Reconstructs, julho de 1957.
4. Os dados de 1959 foram extraídos do Comunicado oficial que se publicou a 22 de janeiro de 1960.

* Dados fornecidos pelo diretor do Research Bureau of State Planning Commission.

** Os dados de 1959 foram extraídos do Comunicado oficial de 22 de janeiro de 1960.



NOTAS SOBRE COOPERATIVAS

1. Perguntam-me com insistência se ainda existe propriedade privada na China. A minha resposta consiste em esclarecer que nenhum sistema socialista pretende a extinção da propriedade em geral, mas apenas a da propriedade burguesa-capitalista. Na China, porém, nem mesmo a propriedade burguesa-capitalista foi totalmente abolida. E, por isso mesmo, a Constituição de 1954, ratificando a orientação seguida desde a Libertação, reconhece que, “na hora atual, na República Popular da China, a propriedade dos meios de produção compreende as seguintes formas essenciais: propriedade do Estado, isto é, propriedade de todo o povo; propriedade cooperativa, isto é, propriedade coletiva das massas trabalhadoras; propriedade dos trabalhadores individuais; propriedade capitalista” (art. 5).

O Estado (art. 8) protege o direito dos camponeses à propriedade da terra e dos outros meios de produção, como protege (art. 9) os artesãos e todos os outros trabalhadores não agrícolas, aos quais assegura a propriedade dos meios de produção (art. 9). A propriedade dos lucros legítimos, das economias, da casa de moradia e de outros meios de existência (art. 11) é garantida pelo Estado, que também protege o direito à herança dos bens privados (art. 12).

Confirma assim a Constituição o que já fora estabelecido pela Lei do Casamento, em seus arts. 10, 11, 14, 17 e 23, referentes à propriedade familiar e ao direito de herança.

2. Em 1956 e 1957, quando visitei várias cooperativas, pude ver, na prática, o funcionamento do sistema em diferentes regiões do país. Tenho dados colhidos em cada uma delas. Citarei apenas, como padrão, os da Cooperativa Agrícola de Produção, em Mukden, Nordeste da China (Manchúria).

Nessa Cooperativa, trabalhavam 1.658 famílias. Em 1951, já se formara um grupo de ajuda mútua que, em 1955, se transformou em cooperativa, abrangendo 22 aldeias. Na China, como em muitos países europeus e asiáticos, os camponeses não constroem casas na terra que cultivam, mas formam aldeias que concentram a população. Antes de 1949, as terras pertenciam aos latifundiários (70%), aos camponeses médios (20%) e aos pobres (10%). Depois da Libertação, foram distribuídas pelos que nelas trabalhavam, inclusive os antigos proprietários, de acordo com o número de pessoas de cada família. Em 1955, com a formação da cooperativa, as terras lhes ficaram pertencendo, pois cada

um, ao filiar-se voluntariamente, lhe transferia a propriedade da gleba que possuía. Ainda existem muitos camponeses que não quiseram ingressar na cooperativa e se conservam como proprietários individuais, no exercício do direito que lhes assegura o art. 8 da Constituição. Friso esse fato porque, noutros países socialistas, como a Iugoslávia, o cooperativismo era compulsório a princípio. Tantos foram, porém, os contratempos e as dificuldades que se retornou ao sistema de cooperativismo facultativo, que, aliás, produziu resultados notáveis. Assim, a China aproveitou, desde logo, a experiência dos outros povos socialistas quando inscreveu, no art. 8 da Constituição, o princípio do livre consentimento na organização das cooperativas de todos os tipos.

3. Na Cooperativa de Mukden vivem 7.626 pessoas. As terras cultiváveis pertencem à cooperativa; mas a casa de moradia e o quintal são propriedade privada do camponês. O lar pertence ao cidadão, que pode alugá-lo, vendê-lo ou deixá-lo de herança a seus filhos, de acordo com a Constituição.

Trabalham no campo 1.807 homens e 758 mulheres. Essas 2.565 pessoas são divididas em grupos ou brigadas de produção, aos quais a terra é entregue. Há grupos que se dedicam à criação de animais: 3 mil galinhas, 200 porcos, 13 vacas e 32 cabras leiteiras, 400 bois de corte. Outros grupos cuidam da irrigação das terras. E ainda existem três pequenos grupos que se ocupam, respectivamente, da olaria, das benfeitorias e da oficina de consertos das ferramentas agrícolas.

Foi feita a irrigação porque o sistema cooperativo facilitou a captação da água do rio, uma vez que as terras ribeirinhas, que pertenciam a vários proprietários, passaram para a cooperativa. Com a instalação de luz e força, foi possível o emprego de cinco bombas que substituíram o trabalho de vários homens na elevação da água para a irrigação.

4. A produção é planejada pela direção da cooperativa e aprovada pelos cooperados. A renda tem aumentado anualmente, permitindo a melhoria da alimentação e do vestuário. Antes, não se comia arroz porque não havia irrigação para o produzir. Uma roupa de inverno tinha de durar quatro anos. Hoje, a cooperativa produz arroz em abundância; e os ganhos possibilitam a compra de uma roupa anualmente.

Existem 41 pessoas que não trabalham por velhice ou doença, mas deram as suas terras à cooperativa que, por isso, as sustenta. Algumas delas ainda podem prestar serviços leves e recebem salário extra. Ninguém precisa pedir esmola.

Há três grupos escolares principais, sete escolas isoladas e um ginásio. O ensino é obrigatório.

A produção é assim dividida: parte fica para alimentação, parte para semente e parte é vendida ao Estado, que nada ganha quando a vende ao consumidor. O preço é estipulado tendo em vista, de um lado, o interesse do consumidor urbano (operariado), que não pode pagar preços desproporcionais a seu salário, e, de outro, as necessidades do camponês produtor, que precisa comprar comodidades industriais. O Estado, na sua função intermediária, regula os preços, harmonizando os interesses de todos.

O comércio não paga impostos; a terra paga 10% sobre o valor da produção. O lucro da cooperativa, reservada uma importância para as despesas do ano seguinte, é dividido na proporção dos dias de trabalho, isto é, da tarefa executada diariamente.

5. Foram essas as observações que fiz ao visitar a Cooperativa de Produção Agrícola de Mukden, que pouco diferem das colhidas em outras organizações no centro e no sul da China.

Minha impressão, já em 1956, era favorável à reforma agrária empreendida pelo governo chinês. E pareceu-me que os camponeses estavam verificando rapidamente a superioridade do cooperativismo sobre o individualismo. Realmente, no Relatório apresentado pelo primeiro-ministro Chou En-lai ao Parlamento, em julho de 1957, li que 120 milhões de camponeses haviam abandonado a economia individualista e aderido ao cooperativismo somente no ano de 1956.

O cooperativismo de nível superior, antes da implantação das comunas populares, apresentava as seguintes características: a terra cultivável era propriedade da cooperativa, que transferia o seu usufruto ao cooperado; a casa de moradia e o respectivo quintal, que também pode ser cultivado privativamente, são propriedade do camponês e de sua família; a produção não visa ao lucro e sim ao bem-estar da coletividade. A terra cultivável é assim socializada e não estatizada, mas persiste a propriedade individual da terra destinada à habitação. O cooperativismo não é compulsório: o proprietário pode trabalhar a sua terra sem pertencer à cooperativa.

Deste modo, existe ali a propriedade privada. O que lá não se admite é a terra inculta ou improdutiva, que passa a ser do Estado e propriedade de todo o povo, de acordo com o art. 6 da Constituição. O que lá não se tolera é o latifundiário que arrenda a sua terra ou paga salário para que outros a trabalhem. Esta forma de exploração do homem pelo homem foi abolida na China.



MISÉRIA E LATIFÚNDIOS

1. A miséria, na China, está descrita em dezenas de livros de ciência, de ficção e de viagens. Ela foi vista por milhões de estrangeiros que conheceram aquele país antes da Libertação. É fato muito sabido e comprovado que milhões de criaturas morriam ali de fome ou de frio, anualmente.

Não seria necessário, portanto, que eu fizesse qualquer prova a mais. Entretanto, o meu amigo, deputado Dr. José Carlos Pereira Pinto, ex-senador federal e usineiro no município de Campos (Estado do Rio de Janeiro), ao ser por mim informado que pretendia escrever este livro, contou-me que, na porta do Cathay Hotel, em Xangai, havia sempre um indiano (sikh) armado de chicote para conter a multidão de puxadores de riquixá que atropelavam os hóspedes estrangeiros. E, a meu pedido, cedeu-me cerca de doze páginas datilografadas, já amarelecidas pelo tempo, em que se continham observações feitas durante sua viagem à China, em 1934. Delas retiro, em homenagem ao padrão moral da testemunha, as seguintes informações:

“A quantidade de gente – principalmente de crianças nas ruas – é enormíssima, e, em sua maioria, maltrapilha e suja. Há, em Peiping (Pequim), um estabelecimento religioso que paga, por crianças recém-nascidas, 25 centimos cada uma. Isso para que as levem, senão os pais as jogam fora para morrer, como se fossem filhos de gatos ou cachorros. A quantidade de crianças que se veem nas ruas é assombrosa e a magreza dessas crianças é de espantar. Tem-se mais pena das crianças – pelo que ainda vão sofrer – do que dos que já estão no fim da vida.”

“A miséria da China não se pode descrever; no entanto, a moeda está mais valorizada do que a japonesa e há fortunas particulares muito grandes. Chineses há que têm palácios onde moram com as suas dez mulheres, uma em cada apartamento. A miséria campeia na China e é exposta aos turistas em toda a sua plenitude. Vimos cousas extraordinárias: mendigos a morrerem nas ruas, outros a roerem ossos que nada mais tinham etc. Em Xangai, vimos, em plena rua, um infeliz, em estado de magreza, que carregava uma pobre velhinha às costas – amarrada para não cair – e, com esse penoso fardo, ia suplicando esmolas. Um companheiro de excursão fotografou esse triste quadro de miséria.”

“Na China, não há registro de nascimento ou de óbito – assim fomos informados, pelo menos – e só no mês de julho foram jogados no rio e nas ruas de Xangai 3.962 cadáveres, os quais, na forma do costume, são cremados. Isso soubemos de fonte segura, e a maioria desses cadáveres era de crianças que morrem na proporção de 50%.”

“A quantidade de crianças, em toda a parte, é enormíssima... no entanto há uma grande população que se diverte, pois os cabarés e os dancings são sem conta e alguns muito luxuosos e frequentadíssimos pelas chinesas, que são muito elegantes e dançam muito bem.”

2. Eis aí um depoimento insuspeito e respeitável. A China era isso mesmo: miséria, degradação moral, ópio, jogatina, prostituição. Xangai tinha merecida fama de ser uma das cidades mais pervertidas do mundo, sobretudo nas concessões estrangeiras. É famosa a história de Le Grand

Monde, localizado na concessão francesa, centro do vício e da libertinagem. Vi coisa parecida, em 1956, em Macau, colônia portuguesa e reduto da civilização ocidental encravado no sul da China: jogo, prostituição e ópio.

E agora? Tudo mudou.

Percorri a China três vezes. Certamente que não é o paraíso terrestre. Há muita coisa por fazer. Ainda existe muita pobreza. Mas não há miséria e, principalmente, se extinguiu a degradação do homem. Ninguém vê um mendigo nas ruas. Não há desocupados. Acabou-se a prostituição. Liquidou-se com o ópio. Vê-se, em toda parte, a mesma multidão de crianças, mas bem nutridas e alegres. Não se encontram mais os cadáveres nas ruas ou nos rios de Xangai. Nanking Road, a famosa artéria principal da cidade, é uma rua movimentada, como no passado, mas a multidão que lhe dá vida e beleza é outra. É a multidão da nova China que trabalha e se dignifica.

3. Para se avaliar o progresso da China, é preciso comparar a situação atual com a que existia antes da Libertação. Então se poderá compreender o esforço do seu povo para se libertar da miséria anterior.

Ao lado do extraordinário surto industrial, a agricultura está atingindo altos níveis de produtividade. Creio mesmo que a reforma agrária é o fator mais importante do progresso da China, porque, sem ela, a industrialização não teria o êxito alcançado.

Realmente, cerca de 500 milhões de pessoas vivem no campo e é pelo seu bem-estar que se poderá medir o padrão de vida do povo chinês. Ali se passou do regime da propriedade

privada (quando as terras, após a Libertação, foram distribuídas aos camponeses que as trabalhavam) para o regime da propriedade cooperativa ou coletiva, como a define a Constituição chinesa, e deste para o regime da propriedade socializada ou de todo o povo, como se designa o regime das comunas populares. Insisto em afirmar que essa transição não foi imposta pelo Estado, mas fluiu espontaneamente do próprio interesse dos proprietários em tornar mais produtiva a exploração da terra e, conseqüentemente, em melhorar mais rapidamente o seu padrão de vida. Foi, assim, o interesse dos proprietários, e não o do Estado, que determinou a transformação. Isso me parece muito importante, porque responde a uma velha indagação: qual é o melhor regime para o homem, sob o seu aspecto moral e material, o da propriedade privada ou o da propriedade socializada?

É claro que não me refiro à propriedade privada da casa de moradia, dos bens de consumo, do fruto da capacidade criadora do homem. Este direito é protegido pelo art. 11 da Constituição chinesa de 1954. Refiro-me, isto sim, à propriedade dos meios de produção, da terra cultivável especialmente.

O que me preocupou, quando estudei *in loco* as comunas populares, foi saber se, individualmente, era mais lucrativo o novo regime de propriedade socializada.

4. O conceito da propriedade privada, tal como a define o liberalismo burguês, vem do Direito Romano. É o direito que o senhor tem de dispor das cousas a seu arbítrio. Pode usá-las, vendê-las, arrendá-las ou deixá-las improdutivas, à sua vontade.

Esse direito de domínio e posse se aplica, sobretudo, à terra. Formaram-se duas categorias de proprietários no decurso da História: a dos que lavram a terra e a dos que as arrendam, recebendo os benefícios sem qualquer trabalho. É evidente que a última categoria, a dos latifundiários, defende com unhas e dentes o regime da propriedade privada.

Entre os da primeira categoria, há várias subdivisões. Existem aqueles que têm mais terra do que podem cultivar e, então, arrendam parte da propriedade ou pagam trabalhadores para tratá-las. Outros há que somente possuem terra suficiente para dela viverem. E ainda se encontram aqueles cuja propriedade, ainda que bem explorada, não basta para a sua manutenção e da sua família e, por isso, são compelidos a se assalariarem.

Dentro desse esquema geral, há uma série de variações que não o alteram substancialmente. E fora desse quadro de proprietários, há a multidão de trabalhadores sem-terra que vivem na miséria ou às suas portas.

5. Na China, a situação agrária era essa há mais de 2.500 anos. Os latifundiários formavam cerca de 5% da população rural, mas possuíam 60% da terra cultivável em todo o país. O resto da população (95%) dispunha de 40% apenas.

Os latifundiários, além do produto do arrendamento, recebiam outras rendas graças ao poder político que exerciam nas aldeias. Estipulavam os preços (açambarcadores), percebiam taxas e outros lucros. De maneira geral, os latifundiários, incluídas as pessoas da família, tinham uma renda per capita superior de 30 a 50 vezes à renda, também

per capita, dos proprietários pobres. (Peço atenção para a qualidade de proprietários pobres, pois não me refiro aos camponeses sem-terra, mas àqueles que tinham terra insuficiente para as suas necessidades.)

Os camponeses ricos, isto é, aqueles que possuíam terras em quantidade maior do que podiam cultivar e que, por isso, arrendavam parte delas ou admitiam assalariados, eram uma minoria, bem instalada, de 5% da população rural, que dispunha da terra e dos equipamentos para explorar. Cerca de 10% das terras aráveis da China lhe pertenciam.

Os camponeses médios tratavam a terra por si mesmos e muitas vezes se juntavam para trabalhar a fim de evitar a necessidade de trocar a sua força de trabalho por salários.

Os camponeses pobres, cuja propriedade não produzia o suficiente para a própria manutenção, constituíam o maior grupo de proprietários. Numa aldeia, eles ocupavam metade das casas, mas possuíam somente 18% das terras. Pagavam de 40% a 50% de sua colheita como imposto. Viviam num regime de quase fome. Tal era a situação da propriedade da terra na China até 1949.

6. Mas, além dessas classes de proprietários, havia a dos camponeses sem-terra que a trabalhavam mediante salário durante toda a vida, sem que melhorassem o seu padrão de vida.

Quando leio a descrição das condições em que viviam esses trabalhadores, lembro-me de que não diferiam muito das que prevaleceram, dezenas de anos, em certas regiões de Goiás, no tratamento dos trabalhadores (camaradas) das

fazendas. Como o salário corrente não dava para as despesas imprescindíveis, eles eram compelidos a se endividarem. Daí surgia a conta com o patrão. Para mudar de emprego, o camarada precisava que o novo patrão pagasse a sua conta, isto é, que o comprasse ao patrão anterior. E, se deixava o emprego sem essa quitação, a polícia o prendia e o recambiava à fazenda. Ultimamente, o próprio fazendeiro se encarregava de caçar o camarada fujão. Para isso, constituía a sua própria polícia ou alugava profissionais que chegavam até ao assassinio do camarada.

Em 1930, quando exerci o cargo de Secretário de Segurança Pública daquele Estado, insurgi-me contra isso e introduzi, pela primeira vez no Brasil, por um decreto-lei de 23 de dezembro daquele ano, o contrato de trabalho, o salário mínimo e o arbitramento nas questões entre patrão e empregado. Foi o primeiro passo para liquidar a escravidão em que viviam os camaradas.

Recordo esse fato porque a situação dos camponeses sem-terra na China era pior do que a dos trabalhadores de Goiás, segundo as informações por mim colhidas ali. Os proprietários médios e pobres e os camponeses sem-terra formavam 90% da população rural, mas possuíam apenas 30% da terra cultivável.

Impunha-se, portanto, a revolução agrária. O líder dessa revolução foi Mao Tsé-tung. Durante a guerra Antijaponesa (1937-45), o governo de Chiang Kai-shek cometeu um erro tremendo que agravou a situação agrária. Exigiu o pagamento das taxas não em moeda corrente altamente desvalorizada pela inflação, mas em gêneros alimentícios produzidos

pelos camponeses. Seguindo o exemplo do governo, os latifundiários começaram também a cobrar a renda e outras contribuições da mesma forma, isto é, em espécie. Isso tornou insuportável a vida dos camponeses pobres, dos sem-terra. Mas, nas províncias dominadas por Mao Tsé-tung, seguiu-se política inversa, isto é, diminuíram-se as taxas e os impostos.

Quando, terminada a guerra Antijaponesa, se desencadeou a guerra da Libertação, Mao Tsé-tung recebeu, por isso, decidido apoio dos camponeses. E, em maio de 1946, iniciou a sua revolução, confiscando as terras dos latifundiários que pertenciam à burocracia de Chiang Kai-shek e as distribuiu aos camponeses. A reforma foi rapidamente adotada no Norte e Nordeste da China e na província de Shantung. Mais da metade da colheita que, anteriormente, ia para as mãos dos latifundiários com o arrendamento, foi posta à disposição dos camponeses.

Em junho de 1950, oito meses após a Libertação, o governo da República Popular da China promulgou a nova Lei da Reforma Agrária. A sua aplicação foi regulada por outro ato importante que se chamou Decisões Concernentes à Diferenciação de Classes na Zona Rural (*Decisions Concerning Differentiation of Class Status in the Countryside*).

7. As propriedades dos latifundiários, inclusive os implementos agrícolas, animais, gêneros alimentícios e casas, foram confiscadas e redistribuídas. Mas se permitiu aos latifundiários a propriedade daqueles fundos que haviam investido na indústria e no comércio antes de suas atividades feudais. Por outro lado, os interesses dos

camponeses ricos e de outros que davam em arrendamento pequenas porções de suas terras foram respeitados dentro de certos limites considerados vantajosos para a economia nacional e benéficos ao padrão de vida dos camponeses. Mas a Constituição (art. 8) declara que seguirá uma política de limitação e de eliminação gradual desses interesses.

A aplicação da Lei Agrária foi feita gradualmente nas diversas regiões administrativas. No Nordeste (Manchúria) e no Norte da China, ela se fez antes do resto do país. Quando se promulgou a lei, em muitas áreas do Nordeste, do Centro-Sul e da China Oriental, nada se havia feito em matéria agrária. O trabalho teve de desenvolver-se ali cautelosamente, de maneira que tudo fosse realizado pacificamente e em ordem. Em maio de 1951, a distribuição das terras estava completada nessas regiões. No Sudoeste da China, em março de 1951, 62% das terras já tinham sido distribuídas a 70% dos camponeses, ficando ainda algumas propriedades antigas cujos arrendamentos apenas foram reduzidos.

No início do Primeiro Plano Quinquenal (1952), todas as terras já estavam redistribuídas aos trabalhadores do campo, com exceção da ilha Formosa, do Tibet e de algumas regiões autônomas habitadas por minorias nacionais, a que se deixou o encargo de tomar suas próprias decisões sobre o assunto. O fato é que 400.000.000 de camponeses, ou cerca de 80% da população rural, receberam terra para trabalharem e da qual se tornaram proprietários.

Mas a reforma não se limitou à distribuição da terra, o que constituiu característica fundamental de uma revolução agrária. Concomitantemente, foram tomadas outras provi-

dências para a adoção de novos implementos, mais fertilizantes, melhores sementes, mais crédito, aumento da irrigação e técnicas modernas.

Em fins de 1951, a produção agrícola havia aumentado de 30% a 50% em relação à de 1949. Somente nos 25 milhões de acres confiscados aos latifundiários e distribuídos a 80 milhões de camponeses empobrecidos, cerca de 10 milhões de toneladas de cereais, em virtude da abolição do arrendamento (400 kg de grão por acre), ficaram para os próprios camponeses.

Havia ainda muita pobreza, mas não se morria mais de fome. Aquela miséria descrita em dezenas de livros e observada pelo deputado Pereira Pinto tinha sido ultrapassada. A Revolução agrária começava a dar os seus primeiros frutos.



**SURGEM
AS
COMUNAS
POPULARES**

I. O movimento das comunas populares trouxe sensíveis mudanças na vida da população rural. Ele não foi instigado por qualquer teoria cerebrina, mas nasceu sobre bases concretas, para satisfazer uma exigência do progresso da agricultura.

Quando surgiu o movimento, recebeu ele vários nomes, o que prova a sua origem espontânea e não pré-fabricada. Muitos o chamaram de grande fazenda (*large farm*), outros de fazenda do Estado (*state farm*) ou de grande cooperativa (*big cooperative*). Em junho de 1958, Mao Tsé-tung preferiu o de comuna popular, que alguns haviam lembrado. O rótulo, assim escolhido, parece corresponder melhor ao conteúdo da nova organização; e de fato se tornou muito popular em toda a China. Em agosto de 1958, a conferência do Partido Comunista realizada em Pei Tai Ho tomou conhecimento das comunas e estimulou o movimento.

Estamos citando esses pormenores porque desejamos salientar que as comunas populares, como outros movimentos na China, são frutos espontâneos da capacidade criadora do povo, que é inesgotável quando ele está realmente integrado no espírito que anima o progresso do país.

2. A comuna popular surgiu, antes de mais nada, da consciência política dos camponeses da China. O alto nível da produção agrícola alcançado durante o Primeiro Plano Quinquenal e o extraordinário desenvolvimento do sistema de irrigação das terras, com a construção (inverno de 1957) de novas represas e a regulação do curso dos rios – que evitavam os malefícios das inundações e transformavam o excesso de águas em benefício para a agricultura¹ –, exigiram que se expandisse a esfera de coordenação que era superintendida, até então, pela cooperativa.

A forma original de organização das cooperativas, embora avançada para a sua época, tornou-se pequena e incapaz de corresponder ao desenvolvimento da produção em alta escala. Assim, a integração das pequenas cooperativas em outras maiores começou a aparecer, a fim de atingir o objetivo de produzir maior quantidade, mais rapidamente, de melhor qualidade e mais barato, conforme a linha política traçada por Mao Tsé-tung no Programa Nacional de 12 anos para o desenvolvimento da agricultura (1956/1967).

Cada cooperativa dispunha de pequenos recursos para empreender trabalhos de grande envergadura, isoladamente. Então, uma ficava esperando pela iniciativa da outra e cada qual se esforçava por ver aceito o seu próprio plano. Nessa disputa, o povo trabalhador começou a participar. Por exemplo, no problema da irrigação das terras, que é fundamental para a prosperidade agrícola, os trabalhadores tiveram de optar entre a construção de grandes represas de água ou a dependência das chuvas naturais. Mas, para a construção das grandes represas e dos sistemas de irrigação,

era preciso substituir o trabalho das cooperativas por outro coordenado em escala maior. Eles tinham de escolher um dos dois caminhos. Os camponeses desejavam expandir a sua produção e desenvolver a indústria. A pequena cooperativa não podia satisfazer aos seus desejos e necessidades. Em muitas regiões, as cooperativas se fundiram em outras maiores, tornando-se capazes de construir grandes represas, montar pequenas indústrias, comprar tratores e aumentar o rendimento do trabalho. Assim, escolheram o caminho das comunas populares.

3. Nas cooperativas reunidas em comunas populares, não somente os trabalhos agrícolas, mas também as fábricas e o artesanato prosperaram juntos e fomentaram o desenvolvimento do comércio, das cooperativas de consumo, de crédito e até de bancos.

O número de empresas cresceu e se expandiu a esfera de atividades. Tornou-se necessária uma coordenação em escala maior, que se estendia além dos limites dos distritos e até dos municípios.

Com o desenvolvimento da produção agrícola e a criação de novas empresas, surgiu, na zona rural, uma aguda falta de braços. Comentando esse fato, escreve Li Fu-Chun, presidente do *State Planning Commission*, o seguinte:

“Essa falta de mão de obra que começou a ser sentida num grande país como o nosso, com uma população de mais de 600 milhões de habitantes, é, de resto, não um pequeno, mas um grande acontecimento; não uma coisa ruim, e sim uma coisa boa. Ela mostra que a nossa construção socialista se

expande, dia a dia, e floresce em todos os campos. Ao mesmo tempo, ela cria para nós a tarefa de apressar a inovação e a revolução da técnica, para que progrida firmemente a produtividade de nosso trabalho”².

Diante dessa falta de mão de obra, apelou-se para o trabalho das mulheres. Mas, à medida que elas participavam do trabalho rural, impôs-se o incremento dos serviços de bem-estar social, tais como as creches e os restaurantes públicos, que aliviavam as mulheres das ocupações domésticas.

Por outro lado, para desenvolver a produção e empreender outras atividades complementares, tornou-se necessário o trabalho de pesquisas científicas e se impôs a criação de nova técnica até mesmo para a escrituração mercantil. Fundaram-se para isso escolas de várias categorias nas comunas populares. Escolas de ensino médio de agricultura, de economia, de contadores etc., foram criadas sob a orientação de professores enviados pelos governos das províncias e do centro. O Exército também participou do movimento através de seus reservistas.

Desse modo, a comuna popular começou a abranger a indústria, a agricultura, o comércio, a educação, os negócios militares, o reflorestamento, a pecuária, a piscicultura e uma série de atividades complementares. Com tamanho campo de ação, que se estendia por áreas enormes, as funções dos dirigentes das comunas se confundiam com as dos poderes políticos dos distritos e dos municípios. E acabaram também por se unificarem, o que foi aprovado pela segunda sessão do 8º Comitê Central do Partido Comunista Chinês em maio de 1958.

4. Surgiu assim uma nova e enorme organização social, imposta pela inspiração popular e pela corajosa determinação das massas. Ela é integrada pelo governo local e pela comuna popular, abrangendo todos os ramos de atividades industriais, agrícolas, educacionais, militares, pecuárias etc., de acordo com os desejos e as reivindicações dos camponeses³.

Ao homologar essa iniciativa dos camponeses, o Partido Comunista Chinês, na conferência de Pei Tai Ho (agosto, 1958), reconheceu que a comuna popular era a melhor forma para duas transições: a transição da propriedade coletiva (cooperativa) para a propriedade de todo o povo (socialização); e a transição do socialismo para o comunismo.

Esse apoio e essa compreensão de Mao Tsé-tung agradaram à massa camponesa da China, mas despertaram uma onda contrária no exterior. Toda a imprensa reacionária do Ocidente começou a publicar uma série de acusações às comunas populares. Tivemos oportunidade de ler algumas delas e, por isso, quando voltamos à China em 1959, procuramos estudar a questão e, para a conhecermos melhor, visitamos várias comunas populares em diversos pontos do país e colhemos dados exatos a respeito, que podemos apresentar aos nossos leitores para que julguem por si mesmos.

5. Antes de apresentá-los, parece-nos, todavia, conveniente fazer algumas considerações de ordem teórica.

Diante da comuna popular chinesa, que foi iniciativa dos próprios trabalhadores da terra que eram donos dela, surge uma indagação teórica: qual a mais benéfica forma da propriedade, a particular ou a comum?

Essa pergunta nos veio várias vezes ao espírito quando visitávamos as comunas populares e observávamos o entusiasmo e a satisfação de seus membros. E raciocinávamos assim: estes homens e mulheres eram donos da terra e, depois, voluntariamente, as doaram às cooperativas, reservando-se para si apenas a casa e o quintal em que moravam. Em seguida, concordaram em que as terras da cooperativa se transferissem ao domínio das comunas populares, o que significou o abandono efetivo do direito de propriedade sobre elas, pois, enquanto cooperados, eles vigiavam a sua propriedade e dela podiam dispor através das assembleias da cooperativa, mas, transferida à comuna, a sua influência se reduzia ao mínimo ou mesmo se anulava. Por que isso aconteceu?

As críticas aparecidas na imprensa capitalista não nos convenceram. Elas atribuem a formação das comunas populares à pressão dos comunistas chineses. Isso não é verdade. O nascimento das comunas não obedeceu a nenhuma palavra de ordem do Partido Comunista da China. Elas nasceram espontaneamente da própria necessidade de aumentar a produção agrícola. Somente depois de criadas foi que os comunistas as reconheceram e o governo as legalizou.

Também os mesmos críticos falam em trabalho escravo nas comunas. Mas quem procura a escravidão espontaneamente?

A questão não pode ser respondida tão simploriamente. Preferimos ser mais realistas e objetivos, depois de havermos visitado as comunas populares e termos conversado com vários trabalhadores. Mas se dirá: “Você não fala chinês e somente poderia conversar através de intérpretes industriados

para o enganarem!”. É verdade que não falamos chinês e somente nos comunicamos por meio de intérpretes. Mas há coisas que podemos ver sem intérpretes; e há respostas que têm significação para quem faz a pergunta, apesar dos intérpretes.

Chegamos, pois, a uma conclusão. Se os camponeses transferiram a sua propriedade privada para a cooperativa e desta para a comuna popular, foi porque esta última forma de propriedade – a comum – lhes era, pessoalmente, mais vantajosa, lhes rendia mais, lhes dava maior lucro! Isso é revolucionário! – dirão os homens parados. E nós responderemos que isso está nos Atos dos Apóstolos, fundamento da religião cristã. A propriedade comum é mais fértil, mais dadivosa do que a propriedade individual. Não é por outra razão que muitas ordens religiosas católicas romanas adotam a propriedade comum.

– Mas, se elas adotam a propriedade comum, fazem-no voluntariamente e não obrigadas pelo poder coercitivo do Estado! – podem assim retrucar-nos os opositores. E responderemos simplesmente que as comunas populares surgiram espontaneamente, por livre vontade dos cooperados, e não por imposição do Estado. E daí nossa indagação inicial: qual a mais benéfica forma de propriedade, a privada ou a comum? São de S. Tomás de Aquino os seguintes conceitos:

“A comunidade das coisas é atribuída ao direito natural; não que o direito natural dite que tudo deve ser possuído e nada como próprio. Mas que possuir em separado não se funda no direito natural, mas, antes, na convenção humana que respeita o direito positivo, como já dissemos. Donde

a propriedade dos bens exteriores não é contra o direito natural, mas é um acréscimo feito a este por expediente da razão humana.”⁴

Se a propriedade privada é um expediente da razão humana e não do direito natural, é claro que ela pode ser alterada e até mesmo abolida pelo livre consentimento dos proprietários, desde que a propriedade comum lhes pareça mais útil e vantajosa para a obtenção dos recursos necessários ao sustento seu e de sua família e para a elevação do nível espiritual e moral da coletividade.

Vamos ver que isso aconteceu na China com as cooperativas e, depois, com as comunas populares. Sobre isso não temos a menor dúvida.

Notas do autor:

1. *Artigo publicado em Peking Review.*

2. *Artigo em Peking Review.*

3. *Luiz Carlos Prestes, em artigo citado em Novos Rumos, Rio de Janeiro, 15-1-1960.*

4. *Suma Teológica, art. II, q. LXVI, 1ª da IIª Parte.*



NOTAS SOBRE AS COMUNAS

1. Na última viagem à China, quis conhecer de perto as comunas populares. Visitei várias delas nas cercanias de Pequim (província de Hopei), de Wuhan (província de Hupeh) e de Cantão (província de Kwangtung). Quem tiver à mão uma carta da China poderá verificar que aquelas comunas situam-se no norte, no centro e no sul do país. De Pequim a Cantão a distância é superior a 2 mil quilômetros. Friso essa particularidade para mostrar que não vi as comunas de uma determinada região, mas as conheci em regiões distantes umas das outras. Em Pequim, passei o dia na comuna popular de Huangtugang; próximo de Wuhan, visitei a comuna popular Lu Tai, no município de Hwan-pi; e, nos arredores de Cantão, estive na comuna popular Chung Lok-tan. Conheci outras comunas nas mesmas regiões. Cito, porém, apenas essas três para que possam ser identificadas facilmente e conferidos os dados que apresento.

2. Em 1948, a produção anual era de 370 jins (185 kg) por mu (1/15 hectare ou 666 m²); em 1951, 485 jins (242,5 kg); em 1953, 604 jins (302 kg); 1956, 808 jins (404 kg); em 1957, 820 jins (410 kg) e, em 1958, 914 jins (457 kg) por mu. Em 1959, não obstante ter sido um ano ruim por causa das inundações e das secas, o rendimento foi 920 jins (460 kg) por mu. Em alguns lugares, alcançou-se a produção de mais de 1.000 jins

por mu. Esses dados se referem à comuna popular de Lu Tai, mas o aumento da produção por mu, conforme a espécie de plantação, pouco difere de uma comuna para outra.

Esse rendimento crescente se deve, em primeiro plano, ao regime da propriedade que passou da particular para a cooperativa e desta para a comunitária, sucessivamente. Com a mudança do regime da terra, criaram-se as condições para o melhor emprego da mão de obra, da ampliação do sistema irrigatório e do uso intensivo de fertilizantes e de novas técnicas agrárias.

Somente no município de Hwan-pi, em que se situam onze comunas populares, inclusive Lu Tai, foram empregadas 240 mil pessoas nos trabalhos de irrigação e na construção de represas, num total de 7 mil obras em diferentes lugares, das quais duas têm área superior a 50 mil mus, com capacidade de mais de 10.500 mil metros cúbicos.

Na comuna Huangtugang, com 52 mil mus de terra, foram irrigados, em 1957, 20 mil de terra seca. Na comuna de Chung Lok-tan, com 160 mil mus, foi construída, em 1958, a represa do rio Liu Chi e outras para recolherem as águas das chuvas, irrigando-se 60 mil mus de terra por gravidade.

Em toda a China, depois do inverno 1958-59, foram construídas, além de um número considerável de pequenas represas cuja capacidade não ultrapassa dez milhões de metros cúbicos, 60 grandes represas de mais de 100 milhões de metros cúbicos e 1.200 represas médias cuja capacidade vai de dez a cem milhões de metros cúbicos¹. A superfície irrigada passou de 240 milhões, em 1949, para um bilhão de mus em 1959².

3. Em Chung Lok-tan, não havia fertilizantes. A produtividade antes da Libertação era de 300 jins por mu. Terras secas ou inundáveis, conforme o regime das chuvas. O problema da irrigação foi resolvido. Introduziu-se o uso de fertilizantes, dos quais 80% já produzidos pela comuna. Resultado: na segunda colheita de arroz de 1958, o rendimento foi de 546 jins por mu, ou seja, mais de 1.000 jins por mu nas duas colheitas que se fazem anualmente na China³. Não é, portanto, sem fundamento a seguinte declaração do primeiro-ministro Chou En-lai:

“Em dez anos, o valor global da produção agrícola de nosso país aumentou 1,5 vez. Em 1959, colheram-se 275 milhões de toneladas de cereais, ou seja, 1,5 vez também mais do que em 1949, em que se colheram 108,1 milhões de toneladas; colheram-se 2,31 milhões de toneladas de algodão, ou seja, 4,2 vezes mais que em 1949, quando foram colhidas 444.500 toneladas. Desde 1952, nosso país ocupa o primeiro lugar no mundo pela produção global de cereais, e o segundo pela produção global de algodão do ano passado.”

Isso está de acordo com os dados que colhi em Hwan-pi, onde se situa a comuna popular Lu Tai. Em 1958, a produção agrícola atingiu 320 mil toneladas, o que representa um aumento de 17% em relação à de 1957. A produção de algodão foi 1.380 toneladas, ou seja, mais 25% comparada com a de 1957.

Na comuna Huangtugang, nos arredores de Pequim, onde se cultivam verduras e flores para o abastecimento da capital, produziram-se em 1958 53.500 toneladas de verduras e, em 1959, apesar das calamidades climáticas, foram colhidas 75 mil toneladas.

4. Não foi o crescimento do índice de produtividade a única vantagem decorrente do aparecimento das comunas populares. Essa foi realmente uma grande vitória, porque possibilitou alimentação mais abundante para o povo. Mas as comunas apresentaram outras características que reputo de suma importância, tais como a elevação do nível cultural, o incremento dos serviços de saúde, a racionalização dos métodos de trabalho, a melhoria dos organismos de assistência à infância e à velhice, a criação das pequenas indústrias e muitas outras medidas que estão elevando o padrão de vida do povo e dando dignidade aos trabalhadores. Vou citar alguns exemplos.

No município de Hwan-pi, província de Hupeh, funcionam onze comunas populares, das quais visitei algumas e mais demoradamente a Lu Tai. O município tem a superfície de 5.720 km², ou seja, cerca de cinco vezes a área do Estado da Guanabara. Vivem e trabalham ali 182.150 famílias, com a população de 830 mil habitantes, dos quais 414.100 mulheres. O total dos trabalhadores é de 345.885, divididos em 858 grupos ou brigadas de produção e subdivididos em 5.734 equipes de produção. Em Hwan-pi existem 64 distritos e 6.048 aldeias ou povoados. A área cultivada é de 920 mil mus ou cerca de 613 km² (61.300 ha). Dessa área, 76 mil mus são destinados à cultura de arroz irrigado e o restante à plantação de trigo, algodão, amendoim, colza (*brassica campestris* L.), principalmente.

Antes da Libertação, as terras pertenciam aos latifundiários e camponeses ricos na proporção de 70%. Os camponeses pobres possuíam 14,9%. Os primeiros consti-

tuíam 7% e os segundos 60% da população. Depois da Libertação, as terras foram redistribuídas e, mais tarde, formaram as cooperativas em número de 904. Em 1958, essas cooperativas se fundiram nas onze comunas populares atuais e passaram a constituir as 858 brigadas ou grupos de produção.

A comuna é dirigida por uma Diretoria, cujos membros são escolhidos pela Comissão Administrativa (20 membros) eleita diretamente pelos trabalhadores. Cada brigada também tem a sua direção eleita por seus membros. O número de diretores varia de comuna a comuna. Ora três, ora quatro ou cinco que designam um presidente. A diretoria da brigada tem também um presidente e um ou dois secretários. As equipes de trabalho elegem os seus dirigentes. Tudo é feito à base do voto, democraticamente.

5. Em Hwan-pi, foram construídas 14 pequenas fábricas de ferramentas agrícolas pelas autoridades nacionais. As comunas construíram 87 oficinas; as autoridades regionais e brigadas de produção construíram 506 fábricas. Foram empregados 110 mil operários na produção de ferro-gusa. Em quatro meses, 1.012 fornos caseiros fabricaram 4.100 toneladas de ferro e 170 toneladas de aço de segunda ordem. Foram extraídas 50 mil toneladas de minério de ferro. A produção de coque atingiu 2.660 toneladas; a de carvão 1.720 toneladas e a de carvão bruto inferior, 620 toneladas.

Essa indústria local aliviou a grande indústria, que pôde ser mobilizada para a produção dos equipamentos pesados e, ao mesmo tempo, incentivou a formação de operários

especializados que foram recrutados para ampliação dos quadros industriais mais avançados.

6. Esse desenvolvimento impôs a criação de novos institutos de educação. Lá funcionam uma escola normal com 350 alunos, 23 escolas de ensino médio com 9.650 alunos, 242 grupos escolares com 68.996 alunos. Além desses estabelecimentos, as brigadas abriram 51 escolas de ensino médio e 641 escolas primárias e de alfabetização de adultos. Cerca de 96% dos estudantes são provenientes de famílias operárias e camponesas.

O que aconteceu em Hwan-pi está ocorrendo em toda a China, o que permitiu a Chou En-lai escrever o seguinte*:

“Como predisse o camarada Mao Tsé-tung: Com o apogeu da edificação econômica começará inelutavelmente o apogeu da edificação cultural. De 1949 a 1958 o número de estudantes de grau superior aumentou de 117 mil para 660 mil, quer dizer, 4,7 vezes e, em 1959 subiu para 810 mil; o número de alunos das escolas médias especializadas cresceu de 229 mil para 1.470.000, ou seja, 5,4 vezes; nas demais escolas médias, de 1.040 mil para 8.520 mil, isto é, 7,2 vezes; nas escolas primárias, de 24,4 milhões para 80 milhões, ou seja, 2,5 vezes. Em 1958, em muitos distritos e cidades, estabeleceu-se, no fundamental, o ensino primário geral. Vão à escola 85% das crianças em idade escolar, em todo o país”.

Em 1959, frequentavam as escolas primárias 90 milhões de crianças⁴. Como se vê, o trabalho no setor educacional está sendo levado a sério na China.

7. Na comuna popular Chung Lok-tan, com a população de 34 mil habitantes, existem duas enfermarias-hospitais, nove centros de saúde, 26 postos médicos, uma casa para velhos sem família, oito creches e 26 casas maternais. Os remédios e operações são gratuitos. Tudo é de construção recente e modesta. Nada de luxo, mas tudo muito limpo e bem cuidado.

Em 1958, havia na China mais de 5.600 hospitais e sanatórios e 440 mil leitos nos hospitais, isto é, mais de quatro vezes do que existia em 1949. Além disso, nas pequenas cidades e nas aldeias, há mais de 900 mil leitos nas enfermarias de tipo simples. Em 1950, o pessoal especializado em saúde somava 780 mil pessoas; em 1958, atingia a cifra de 2.160 mil trabalhadores. Um aumento de 1,8 vez*.

Com o crescente cuidado pela saúde do povo e com a política de educá-lo, através de uma propaganda bem-organizada que difunde os conhecimentos básicos de higiene, de nutrição e de medicina preventiva – é natural que o nível sanitário do país se tenha elevado e decrescido sobretudo a mortalidade infantil. Praticamente, como em qualquer país civilizado, já não existem endemias.

É conhecida a campanha que se desenvolveu na China contra as moscas e outros insetos transmissores de moléstias, como os mosquitos, percevejos, pulgas etc.

Quando viajei de trem pela primeira vez à China, indo de Hong Kong para Cantão, presenciei um fato pitoresco que, depois, se repetiu noutros lugares do país. De repente, várias pessoas se levantaram de seus lugares e começaram a perseguir qualquer coisa. Verifiquei que se tratava de uma simples mosca. Interessante foi que alguns dos caçadores

já estavam munidos de mata-moscas. A verdade é que raramente se veem moscas na China.

Nos hotéis, as janelas são protegidas por telas de arame para se evitarem os mosquitos nos quartos. O combate às imundícies, que constituem focos de proliferação de insetos, é levado a sério mesmo no campo. Observei que, nas comunas onde, ao lado da agricultura, sempre se criam animais, as estrumeiras para produção de fertilizantes obedecem aos preceitos da técnica moderna.

8. Cada casa tem o seu quintal com 250 m², em média. O que nele se planta pertence ao morador para o seu gasto ou para vender, se quiser.

Cada brigada ou grupo de produção administra os seus negócios dentro do plano aprovado pela comuna. Do lucro líquido, destinam-se 20 % para o fundo público (maquinaria, bem-estar social) e 30 % para abonos, sementes, fertilizantes e inseticidas. O restante (50 %) é distribuído pelos membros da brigada.

Na comuna popular Huangtugang, o lucro, em 1959, foi 4.050.000 yuans, ou seja, Cr\$ 324.000.000,00, calculando-se o yuan a Cr\$ 80,00 (dólar a Cr\$ 198,00). Isso permitiu que fossem distribuídos, em média e por ano, 114 yuans para cada trabalhador, o que corresponde a cerca de 480 yuans por família, além do suprimento de gêneros, casa, aquecimento, luz e outros benefícios sociais.

Antes da Libertação, na comuna Chung Lok-tan, o salário anual era de 25 yuans e os gêneros recebidos mal davam para quatro meses. Hoje, o salário é de 61 yuans por pessoa e 280

yuans por família. Além do salário, cada membro da comuna recebe 40 jins de cereais por mês para alimentação.

O sistema de abastecimento gratuito, como complementação do salário, foi uma consequência também do desenvolvimento da produção oriundo da reforma agrária. Realmente, como se poderia exigir de 500 milhões de camponeses que trabalhassem mais e melhor sem se resolver o problema da alimentação? Mesmo depois da Libertação, cerca de 30% das famílias chinesas sofriam de déficit alimentar. Recorriam, por isso, ao Estado, que deveria provê-las de alimentos. Por isso mesmo, elas lutavam por melhor distribuição de gêneros ao tempo do regime das cooperativas. Mas estas não podiam resolver o problema dentro de seus recursos. Eis aí outra razão do surgimento das comunas populares, porque, nesse salto para a frente, estas poderiam libertar aquela parcela de camponeses do “medo permanente da fome” e, assim, poderiam trabalhar tranquilamente e com maior entusiasmo.

Mas as comunas populares teriam capacidade para praticarem o novo sistema de abastecimento gratuito?

Li Ching-chuan responde afirmativamente e explica:

“Como temos dito, a comuna popular possui uma força coletiva maior do que a da cooperativa de produção de nível superior; as forças produtivas progridem mais sob sua direção, e a produção para o consumo próprio da comuna e a produção para o mercado aumentaram continuamente. É por isso que podemos pôr em prática o sistema de abastecimento gratuito de alimentos. Demais, em caso de calamidades naturais sérias, a comuna popular é capaz de mobilizar

amplamente os camponeses para lutarem com êxito contra elas. Este ano (1959), Sichuan experimentou desastres naturais relativamente sérios. Mas, utilizando a força das comunas populares para semear uma ampla zona adicional e organizar segundas sementeiras nos lugares em que as outras falharam, e levando uma vida frugal, as dificuldades produzidas foram exitosamente transpostas, com todos os camponeses abastecidos de alimentos.”⁵

Notas do autor:

1. La Chine, *Pequim*, 20-9-1959.

2. Chou En-lai – *El gran decenio* – Décimo aniversario de la Fundación de la República Popular China, *pág. 19*.

3. *Para que o leitor brasileiro possa melhor avaliar o que isso significa, vou referir-me à publicação oficial do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), Barra do Corda, de autoria dos competentes agrônomos Alarico da Cunha Jr., Eudes Alves Simões e Levon Debelian, os seguintes dados: a produção de arroz por hectare (15 mus) foi 1.575 kg e a de algodão 700 kg. Assim, a produção de arroz na China, que atingiu 7.500 kg (15 mil jins) por hectare, foi cerca de 5 vezes mais do que a de Barra do Corda (Estado do Maranhão); e a de algodão, que foi 1.975 kg por hectare, superou em cerca de 2,75 vezes a de Barra do Corda.*

4. Os dados de 1959 são retirados do Boletim que se publicou a 22 de janeiro de 1960.

5. Li Ching-chuan – *Las comunas populares son el resultado inevitable del desarrollo social de China* – Décimo aniversario de la Fundación de la República Popular China, *Pequim*, *pág. 109*. Cabe aqui uma observação que serve, até certo ponto, para distinguir o sistema agrário da China do da União Soviética e, ao mesmo tempo, mostrar a superioridade da comuna popular sobre a cooperativa de nível superior, que se pode igualar à kolkhoz. Ao visitar uma kolkhoz nos arredores de Moscou, em companhia dos parlamentares brasileiros Freitas Cavalcante, Aurélio Viana, Nelson Carneiro e Hermógenes Príncipe e outros parlamentares latino-americanos, fui informado de que se estava substituindo o sistema de pagamento em dinheiro e em gêneros pelo pagamento somente em dinheiro, porque isso era mais conveniente à kolkhoz e aos kolkhozianos.

* Chou En-lai – *El gran decenio* – Décimo aniversario de la Fundación de la República Popular China, *pág. 19*.



ASPECTOS HUMANOS

1. Em nove meses de 1958, o lucro industrial da comuna Chung Lok-tan aumentou 530 mil yuans, ou cinco vezes mais do que obtivera no mesmo período do ano anterior. Com esse lucro, entre outras coisas, foram comprados mil carrinhos de mão. E quando perguntei por que haviam adquirido tantos carrinhos de mão (*barrows*), responderam-me que era para evitar que os trabalhadores transportassem nas costas, isto é, nas cestas que eles carregam nos ombros, dependuradas nas extremidades de uma haste de bambu ou de outra madeira.

2. A primeira vez que tomei uma “*riksha*” em Calcutá, para me transportar do hotel ao consulado brasileiro – à falta de um táxi –, senti-me humilhado por ser conduzido por aquele carrinho puxado por uma criatura humana. E à medida que observava o jogo das suas pernas e dos seus braços, numa corrida contínua que requeria extraordinário esforço físico, lembrei-me da informação lida num dos muitos livros que se têm escrito sobre a velha China, segundo o qual os puxadores de “*riksha*” morriam precocemente de tuberculose ou lesões cardíacas, numa proporção de 90%.

Bem sei que outras profissões exigem igual esforço físico e matam na mesma proporção, mas aquela do puxador de “*riksha*” rebaixa o homem à condição de animal irracional, iguala-o ao cavalo, ao burro ou ao camelo. É a sua carga que o degrada. Ele carrega outro homem.

É claro também que, enquanto o puxador merece o meu respeito e a minha solidariedade humana, não tenho por que ocultar a aversão que me provoca o sistema social de que ele é consequência. É o sistema social que gera as condições humilhantes do trabalho da *“riksha”*.

Nunca mais a utilizei, nem na Índia, nem em Hong Kong. Na China, foi abolida a *“riksha”*. Substituíram-na pelo triciclo, que reduz o esforço físico a condições admissíveis. Mas, mesmo assim, esse problema está preocupando as autoridades chinesas. E, segundo fui informado, elas tratam de construir, em massa, triciclos motorizados que eliminarão, afinal, a tração humana.

3. A fachada da nova estação ferroviária de Pequim ocupa um dos lados de uma praça com 40 mil m² de superfície. A estação ocupa uma área de 46 mil m² e foi construída com dois pavimentos, no prazo de 7 meses e 10 dias, por 1.800 operários. O hall tem 1.225 m², ou seja, 35 m por 35 m, sem colunas. Escadas rolantes levam ao pavimento superior, onde se encontram 18 salas de espera que comportam 14 mil pessoas, cinema, televisão, restaurantes, vários banheiros e todas as comodidades. O serviço de informações para os passageiros é feito não só diretamente, em pequenos bureaux, mas também por um sistema de telecomunicação. Sobe-se num estrado e faz-se a pergunta. A resposta é imediata. Sabe-se o horário do trem, o preço da passagem, o guichê em que se deve comprá-la, a sala de espera e a gare do comboio. Sabe-se o horário do cinema para matar o tempo; sabe-se onde fica a sala de televisão. Além desse serviço de informações,

há também as indicadoras que ajudam, sobretudo aos velhos e aos mais acanhados, a se transportarem para o lugar que desejam. Tudo limpo e cuidado, com os matadores de moscas a postos... Existe uma plataforma para os trens internacionais com 400 m de extensão e suntuosa sala de espera, ornada com quadros de Qi Baishi, onde se serve o chá aos recém-chegados. E, quando manifestei admiração pelo que via, respondeu-me o superintendente da estação: “A China tem amigos em todo o mundo e precisamos recebê-los com o carinho que eles merecem”. A frase “A China tem amigos em todo o mundo”, que eu acabara de ouvir, é repetida em toda parte. É um *slogan* que demonstra o anseio do povo chinês pela amizade com todos os povos do mundo.

Mas o que mais me impressionou na estação de Pequim foi a Mu Zi Hou Che Shi. Escrevo no alfabeto latino porque ali, como em todos os edifícios modernos, se habitua o povo à ideia de substituir os ideogramas chineses pelas nossas letras. A Mu Zi Hou Che Shi não existe em nenhuma estação ferroviária do mundo que conheço. Não a vi em Nova York, Chicago, Londres, Quebec, Paris, Roma, Amsterdã, Moscou, Viena, São Paulo, Singapura, Rio de Janeiro, Zurique, Buenos Aires, Hong Kong, Santiago, Nova Délhi, Madri, Bombaim, Cairo, Tóquio, Istambul, Atenas, Varsóvia, Leningrado ou Berlim, para somente citar algumas das maiores cidades conhecidas.

A Mu Zi Hou Che Shi é a sala das mães e das crianças. Há duas na estação de Pequim. Cada qual é dividida em dois amplos compartimentos: um com toda sorte de brinquedos para que os meninos se distraiam, vigiados pelas mães e pelas

nurses que ali trabalham; e outro com iluminação apropriada, que serve de dormitório para as crianças e de repouso para as mães e as gestantes. O movimento de passageiros na estação de Pequim é de 200 mil pessoas diariamente.

4. Antes de ler a opinião que citei do deputado Pereira Pinto sobre a elegância das chinesas, já ouvira idêntica observação expedida por minha mulher e pela deputada nacional Berta Ferrari, da Argentina, que nos honrou com a sua companhia durante alguns dias de nossa permanência na China, em 1959. Minha mulher fez, em nossas visitas àquele país, um grande número de amigas chinesas e, com a sua sensibilidade feminina, viu muitos aspectos que me passavam despercebidos.

As chinesas, sobretudo as das novas gerações, praticam os esportes. São esguias, altas, formosas. Não usam rouge, batom, nem qualquer maquiagem. Vestem-se com simplicidade: comumente blusas e calças. Mas, nas reuniões, usam o vestido tradicional, fechado até o pescoço. São realmente elegantes e de uma graça incomum nos gestos e atitudes.

Quando minha mulher perguntou por que não se pintavam, responderam que, após a Libertação, não era possível importar rouge e batom, e a indústria chinesa não poderia ser desviada das necessidades do povo para ser empregada na produção de coisas suntuárias. Então, as mulheres deixaram de lado a maquiagem e todas se acostumaram com isso. Somente se pintam as artistas no palco e as atendentes no aeroporto internacional de Pequim. Nem por isso perderam a sua graça e os seus encantos.

Como puderam as mulheres submeter-se ao sacrifício de sua vaidade? O jornalista brasileiro Samuel Wainer, fundador da *Última Hora*, me confessou em Pequim que considerava extraordinário esse fato. A deputada argentina, também. Minha mulher, também. Mas há uma explicação para o sacrifício. Tantas e tamanhas foram as conquistas das mulheres chinesas com a Libertação que elas se tornaram entusiastas do regime. Não exagerarei se disser que ele é sustentado, sobretudo, pelo entusiasmo das chinesas.

Realmente, a Lei do Casamento (*The Marriage Law of the People's Republic of China*), promulgada logo após a Libertação, revolucionou o milenar sistema matrimonial. Diz logo, em seu artigo primeiro, que “o arbitrário e compulsório sistema feudal do casamento, que é baseado na superioridade do homem sobre a mulher e que ignora os interesses dos filhos, será abolido”. E acrescenta que o novo sistema, posto em vigor, se baseia sobre a livre escolha dos cônjuges, sobre a monogamia, os iguais direitos de ambos os sexos e a proteção legal aos interesses da mulher e dos filhos. O artigo segundo proíbe a bigamia, o concubinato, as núpcias de crianças, a interferência contra o casamento das viúvas e a doação de dinheiro ou presentes em conexão com o casamento.

A lei especifica os direitos e deveres dos cônjuges, estabelece os casos de divórcio e assegura o futuro dos filhos. Quanto a estes, a lei adota o princípio de que os laços de sangue entre pais e filhos não acabam com o divórcio dos pais e, em consequência, os protege com a maior cautela, indo ao ponto de não admitir o divórcio caso a sorte dos filhos não fique

assegurada. Depois do divórcio, se uma parte se conservar solteira e tiver dificuldades de manter-se, a outra parte deverá dar-lhe assistência. Acabando com a bigamia e o concubinato, e dando direitos à mulher na gestão dos bens do casal, a lei sacudiu a estrutura feudal da China e elevou o nível moral da família chinesa.

Dando, por outro lado, acesso à cultura e ao trabalho em todas as atividades políticas e econômicas, a lei possibilitou o desaparecimento da prostituição na China. A mulher não precisa mercadejar o próprio corpo, porque encontra remuneração para o seu trabalho honesto, em igualdade de condições com o outro sexo. É, portanto, natural que, havendo conquistado estabilidade social e econômica, as mulheres empenhem o seu esforço na consolidação do regime que as libertou e elevou na sociedade.

A personificação desse entusiasmo se encontra na Sra. Soong Ching-ling, viúva do Dr. Sun Yat-sen, que ora exerce a função de vice-presidente da República Popular da China. Companheira do fundador da República de 1911, ela tem lutado pela emancipação de suas patricias desde a mocidade. Constitui um exemplo para a juventude feminina chinesa, que a venera justamente. Certa vez, ao visitar em Xangai um Instituto para Crianças fundado por Mme. Sun Yat-sen, alguém indagou da diretora do estabelecimento qual a idade daquela senhora. A resposta veio à maneira chinesa: “Não sei a idade de Mme. Sun Yat-sen, mas, para nós, chineses, ela é sempre jovem...”. Das três irmãs Soong, uma se casou com o banqueiro Kung, outra com Chiang Kai-shek e outra com o Dr. Sun Yat-sen. “A diferença entre elas”, disse-me uma senhora

chinesa, “é que Mme. Kung ama o dinheiro, Mme. Chiang Kai-shek ama o poder e Mme. Sun Yat-sen ama a China.”

5. A Federação Democrática das Mulheres da China (*All-China Democratic Women's Federation*), que tem a sua sede em Pequim e se espalha por todo o país, é o órgão que aglutina as militantes chinesas no sentido de educar todas as mulheres para a compreensão de seus novos direitos e responsabilidade no trabalho de libertação nacional. Ali me informaram que a execução da nova lei do casamento encontrava dificuldades, pois que interferia em velhos costumes que somente através da educação poderiam ser desarraigados. Citaram-me alguns exemplos, como o da autoridade das sogras sobre as noras, o da proibição do casamento das viúvas, o de núpcias de crianças etc. O papel da Federação era precisamente esse de dar às mulheres consciência de seus direitos e de fiscalizar a aplicação da lei do casamento em defesa das mães e dos filhos. Nestes últimos dez anos, porém, enormes haviam sido os progressos, sobretudo entre as mulheres jovens que galgavam os mais altos graus de instrução.

Ao referir-me ao problema da natalidade numa população que, para um índice de 2%, crescia de 12 milhões de criaturas anualmente – constituindo um sério problema social –, respondeu-me a diretora (médica) que o controle da natalidade (*birth control*) não era finalidade da Federação, pois o casamento visava a ter filhos e não o contrário disso. O neomalthusianismo é um preconceito burguês que não se aplica à China, cujo sistema de produção socialista deve

ser apto para produzir os bens necessários ao sustento dos chineses de hoje e dos que viriam a nascer.

Saliento aqui um fato incontestável. Enquanto a doutrina social-cristã sustenta princípios que não se praticam nas sociedades ocidentais ou cristãs, a China, que não é cristã, os cumpre, levada por outras concepções de vida, moralmente superiores às do Ocidente. Isso me leva a convencer-me daquela verdade proclamada por Sto. Ambrósio e repetida por Sto. Agostinho: *Omne Verum a quocumque dicatur a Spiritu Sancto est* (Toda verdade, seja quem a profira, pertence ao Espírito Santo). Pratica-se, portanto, na China, o cristianismo em certos setores da vida mais do que nos países cristãos ou ocidentais.

6. Em todas as comunas populares, peço, inesperadamente, para visitar a casa dos velhos. Querem mostrar-me as fábricas, as plantações, o cinema-teatro, a casa da cultura, a biblioteca, o sistema de irrigação, o lago para criação de peixes, os estábulos, o ginásio, a escola, o hospital etc. Vejo tudo. Mas, depois, peço que me mostrem a casa dos velhos. Eles me levam até lá com satisfação.

Estou em Lu Tai. A comuna tem nove casas para velhos desamparados. Visito uma que abriga 65 de ambos os sexos: um pavilhão para as mulheres e outro para os homens. Tudo modesto, mas limpo. O doutor que dirige o posto médico explica-me que a casa dos velhos fica sempre junto ao posto, porque eles estão a toda hora precisando de assistência. Minha mulher e eu fomos recebidos com palmas pelos velhinhos. Tenho vontade de chorar, porque me lembro do Asilo S.

Vicente de Paulo, de Goiás, que meu pai ajudou a construir e ao qual, em sua memória, sempre auxiliei. Recordo-me de seus esforços e de outros abnegados para proverem a minha cidade natal de um abrigo para os velhos que, aliás, não comporta senão uma pequena parcela dos necessitados. Lembro-me dos velhos do meu Estado e de todo o Brasil que encontro pelas ruas esmolando. Recordo-me dos velhos de todo o mundo que vivem sem lar, sem comida, sem roupa, sem parentes e sem amigos.

E, por isso, que as lágrimas me vêm aos olhos ao visitar a casa dos velhos de Lu Tai e receber as palmas dos velhinhos. E me pergunto: por que um país pobre, com 650 milhões de habitantes, pode em dez anos resolver o problema da velhice desamparada, enquanto outros mais ricos e sem as dificuldades da superpopulação ainda permanecem perplexos diante dele?

7. Em dezembro de 1956, fui a Wuhan para ver a ponte que se construía sobre o rio Yangtze. Wuhan, que se situa na confluência do rio Han com o Yangtze, é formada por três cidades que a ponte deveria juntar: Hankow, à margem esquerda do Han; Hanchang, à margem direita do mesmo rio; e Wuchang, no outro lado do Yangtze. Gastei quase uma hora para atravessar o Yangtze de Wuchang a Hankow de barco. Fui ver a construção da grande ponte que ligaria o norte ao sul da China. Sobre essa ponte, há uma referência de Mao Tsé-tung no seu poema “Nadando”, em que descreve as suas emoções ao atravessar a nado o Yangtze, de Wuchang a Hankow. Diz ele: “alentamos projetos gigantescos: uma

ponte vai juntar o sul ao norte; o abismo profundo será um caminho reto”¹.

Fui recebido pelo engenheiro-chefe da construção. Um chinês ainda moço para tão grande responsabilidade. Mostrou-me a maquete e as plantas. Ponte com 1.690 metros de extensão e altura de 80 metros, com dois andares: um para a ferrovia e outro para rodovia e transeuntes. A pista para automóveis tem 16 metros de largura com passeios laterais de 2,25 m para pedestres. Nas pilastras das margens, com 30 m de largura, há elevadores que conduzem o visitante da margem do rio ao lado da ponte, com andares em que se situam escritórios, salas de espera etc. A ponte liga as colinas da Tartaruga (margem esquerda) à da Serpente (margem direita do Yangtze). Mao Tsé-tung a elas se refere em seu poema. As obras de arte de um e de outro lado do rio, para que os trens e automóveis atingissem o alto da ponte, seriam por si sós enormes. Tratava-se, portanto, de uma obra ciclópica.

Perguntei ao engenheiro-chefe qual o prazo previsto para a construção da ponte. Respondeu-me que era de três anos. A obra havia começado em setembro de 1955 e deveria estar terminada em setembro de 1958. “Mas”, disse ele, “os meus 63 engenheiros e 3.800 operários decidiram fazer um presente à Nova China: a ponte será construída em dois anos apenas”. Duvidei disso.

Isto me foi dito em dezembro de 1956. A ponte foi terminada em agosto de 1957 (1 ano e 11 meses) e solenemente inaugurada a 15 de outubro daquele ano. Em outubro de 1959, voltei a Wuhan. Atravessei o Yangtze pela ponte em dez

minutos. Então acreditei mais em muitas coisas difíceis de se acreditarem.

8. Acreditei mais no espírito da fraternidade quando vi a preocupação de comprar mil carrinhos de mão para que se aliviasse o homem do desgaste da sua força física no trabalho que deveria realizar. Acreditei mais na bondade humana quando se aboliu a “*riksha*” na China e se substituiu a tração humana pela tração motorizada. Cri melhor na caridade popular quando vi as casas dos velhos e verifiquei que não há na China nenhum ancião desamparado pela coletividade, porque eles são respeitados e honrados pelas novas gerações. Comecei a acreditar no entusiasmo coletivo ante a construção da grande ponte sobre o Yangtze, onde ninguém se beneficiaria individualmente com a terminação rápida da obra, mas que se alçara à compreensão de que seu esforço favoreceria a toda a nação e, portanto, a si mesmo. Comecei a acreditar na seriedade da Nova China quando, não só na estação de Pequim, mas em toda parte, observei o carinho com que são tratadas as crianças, as mães e as gestantes, e como se dignificou a mulher na sociedade.

Certamente que são fatos isolados que podem ser vistos em todo o mundo. Mas eles servem como índices de uma nova mentalidade que orienta a atividade de todos. O ambiente que se respira em toda a China é o da seriedade. Seriedade no governo, nos seus atos e nas suas palavras. Seriedade no povo, nos seus hábitos e costumes. Sente-se, em toda a parte, a preocupação do bem-estar do povo, que Mao Tsé-tung prometeu antes da Libertação e está cumprindo

agora. Ele transmite amor ao povo e este corresponde a seus apelos com entusiasmo e amizade. Porque Mao não é apenas o guerreiro da Grande Marcha ou o governante esclarecido. Ele é, sobretudo, filósofo e poeta. Por isso, não lhe falta força interior para imprimir no governo e no povo a marca de sua bondade.

Não há na China aquilo a que se chamou de culto da personalidade. O que existe é respeito e amor do povo por Mao Tsé-tung. É o reflexo da dedicação de Mao Tsé-tung ao povo chinês. São sentimentos que se interpretam e se fortalecem à medida que o tempo passa.

Nota do autor:

1. Na tradução espanhola, são estes os versos:

“Se estremecen los mástiles en el agua agitada, inmóviles están los montes de la Tortuga e la Serpiente. Alentamos proyectos gigantescos: un puente va a juntar el sur y el norte, el abismo profundo será un camino recto”.



**NEM
PARAÍSO
NEM
INFERNO**

1. Revolução agrária assim profunda, num país tão extenso como a China (9.000.000 km²), não poderia ser feita sem maiores dificuldades e complicações. Uma série incrível de problemas surgiu a desafiar a argúcia e a capacidade de decisão dos dirigentes, que tinham de enfrentar, ao mesmo tempo, inimigos internos e, sobretudo, externos.

A quem examina o que ali foi feito nestes últimos dez anos, a quem se aprofunda no estudo imparcial ou na análise sem sectarismo das providências que se tomaram – desde a orientação geral da política agrária até as minúcias de medidas que foram adotadas, numa escala que devia adaptar-

se a regiões diferentes, habitadas por nacionalidades diversas com outros costumes e outras línguas –, será impossível deixar de proclamar que não faltou a Mao Tsé-tung uma elite altamente categorizada, que soube recrutar para a sua causa o melhor da inteligência e da cultura chinesas, a juventude da China e, acima de tudo, a multidão dos camponeses pobres e dos trabalhadores sem-terra que estavam lutando, há séculos, por sua libertação.

A esse respeito, a visão de Mao Tsé-tung só encontra paralelo na genialidade de Mahatma Gandhi que, seguindo outros caminhos, soube captar e orientar os sentimentos e as reivindicações do povo da Índia e levá-lo à independência política. Não conheci pessoalmente Mahatma Gandhi, mas senti, ao visitar o seu país várias vezes, como ele foi amado por seu povo. Falei com Mao Tsé-tung em duas oportunidades. Conhecia os seus escritos e a sua biografia, mas ainda não o tinha visto. Com ele conversei duas vezes. Olhei-o bem nos olhos. E a impressão que tive foi que defrontava um homem de extrema bondade e cordura, o que não exclui energia e coragem.

Refiro-me a isso porque, nas minhas andanças pelo mundo, tenho conhecido muitos chefes de Estado pessoalmente. E deles guardo a melhor impressão. Além dos presidentes do Brasil, também conheci Franklin D. Roosevelt, Dwight Eisenhower, Ibáñez, Elizabeth II, Hirohito, Sukarno e muitos outros chefes de Estado. De todos – repito – tive a melhor impressão pessoal. Entretanto, dois homens me comoveram pela aura de bondade que despendiam: Pio XII e Mao Tsé-tung. O primeiro, chefe da religião em que nasci e da

qual nada me apartará. O segundo, que segue uma filosofia, o marxismo-leninismo, muito diferente da minha, mas que, por sua atuação altruísta, humana e generosa, conquistou a minha admiração e o meu mais profundo respeito.

Sempre me pareceu que um líder com essas qualidades humanas não cometeria o erro de visão política, para mim grosseiro, de pensar que poderia realizar transformações tão profundas na estrutura econômico-social de sua Pátria sem o apoio entusiasta do povo. E, para isso e para obter esse apoio popular, ele não poderia ser contrário à índole, às aspirações e reivindicações do povo chinês. Senão, ele não seria o líder que é. Assim, nunca pude aceitar como exatas as críticas que a propaganda ocidental formula ao sistema de vida chinês.

2. Um dos erros crassos dessa campanha antichinesa é sustentar que um povo julga o seu regime não em função do seu próprio passado, mas tomando por paradigma o regime de outros povos. Isso é um falso critério que denota o orgulho dos dominadores de outros povos.

Evidente é que o povo inglês, por exemplo, ama o seu sistema de vida porque este resultou da sua experiência histórica. Todavia, não tolera e, às vezes, condena veementemente o sistema de vida dos Estados Unidos, cujo povo, por sua vez, ama o *american way of life*, porque também este resultou da sua experiência histórica. Seria uma tolice impor aos norte-americanos o *british way of life* ou aos ingleses o *american way of life*.

Igual infantilismo será, portanto, pensar que os chineses julgam o seu sistema de vida tomando por padrão o dos

ingleses ou o dos norte-americanos. Eles o julgam também em função da sua experiência histórica. Comparam o seu regime atual com aquele em que viveram sob a opressão colonialista e imperialista até 1949. Não acredito que na China algum chinês, em sã consciência, queira voltar ao regime das concessões estrangeiras e da ocupação japonesa, salvo os que disso se aproveitavam. Ele julga o regime atual como um passo à frente no progresso do seu país. O mesmo acontece com o norte-americano ou com o inglês. Qual o brasileiro que quer voltar ao regime do trabalho escravo, anterior à Abolição de 1888?

O sistema de vida de um povo é o resultante de fatores característicos de cada país: fatores geográficos, técnicos, climáticos, culturais que determinam a índole de cada um. Nenhum povo pode exportar o seu sistema de vida. O que é ótimo nos Estados Unidos pode ser péssimo na Inglaterra, no Brasil ou na China; e vice-versa.

3. Os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo, que têm muito em comum (língua, religião), não se entendem na política internacional com a exatidão que seria natural se prevalecesse o falso critério. Leio no número do 35º aniversário da revista norte-americana *Foreign Affairs* (outubro de 1957) o seguinte comentário de Aneurin Bevan a respeito da política dos Estados Unidos em face da China:

“Para o britânico, ela não tem sentido e causa revolta (*bad blood*) tanto nos círculos de homens de negócio ingleses quanto entre aqueles que os americanos qualificam de radicais. É fácil para os britânicos entender e simpatizar com o tom emocional invocado. Soldados americanos foram

mortos pelos chineses na Coreia. É, portanto, compreensível que a opinião americana não possa ser levada facilmente a retomar relações de comércio normal com a China. Mas quando, ao contrário, verificamos a política americana com a Alemanha, torna-se difícil para nós entender aquele estado de emoção unilateral. Os Estados Unidos insistem em ajudar a Alemanha Ocidental, armando-a e trazendo-a para a NATO. No momento, não entro no mérito dos argumentos dessa política, mas, com maior razão, ela induz o britânico a não ter as mesmas emoções. Se foi somente ontem que chineses mataram soldados americanos (G.I.s), foi somente anteontem que os alemães mataram soldados britânicos (British Tommies) e soldados americanos. Levando isso em conta, receio que o argumento americano a esse respeito não tenha muito peso para a opinião inglesa.”

Realmente, enquanto os Estados Unidos se recusam a reatar relações com a China e a hostilizam da maneira que se conhece, armando Chiang Kai-shek e pressionando o Ocidente no sentido de impedir o ingresso dela na ONU, a Inglaterra mantém relações amistosas com o governo de Pequim e estabeleceu um comércio intenso, através, sobretudo, de Hong Kong.

A mesma divergência se manifestou quando a Inglaterra e a França se empenharam na operação militar de Suez. O Partido Trabalhista Britânico se declarou contrário à invasão; e Bevan a condenou com a maior veemência, apoiando a atitude dos Estados Unidos na ONU, também contrária à expedição anglo-francesa. Mas que aconteceu depois? Eis os comentários de Bevan na revista citada:

“Os oradores conservadores não se esforçaram por esconder o seu amargo ressentimento contra os Estados Unidos. Aqueles que, como eu, tinham sido por muitos anos sumamente críticos de certos aspectos da política exterior americana, foram deixados para trás em suas censuras. Os críticos conservadores de atitude do Presidente Eisenhower souberam compensar o tempo em que o deixaram de lado. Quando terminou o *affair* e o solo egípcio ficou livre dos invasores, eles apontaram, num triunfo cínico, a Doutrina Eisenhower sobre o Oriente Médio que imediatamente se seguiu como prova evidente da perfídia americana. Acreditaram que o Leão Britânico tinha sido enxotado de sua toca somente para que a Águia Americana pudesse dominar o mesmo território. Este ponto de vista persiste, e é reforçado pela suspeita, quase pela certeza, de que armas fornecidas pela América à Arábia Saudita foram recentemente empregadas contra interesses britânicos em Omã. É abertamente declarado na Inglaterra que os Estados Unidos são assistentes na liquidação do Império Britânico para que possam ser legatários do espólio.”

4. Não há nada mais difundido pela propaganda dirigida, nem menos consistente, do que dizer que o mundo está dividido em duas partes: mundo livre, que abrange os países capitalistas, e mundo escravo, que abarca os países comunistas. Num está o céu próspero, livre e feliz da Civilização Ocidental ou Cristã; noutro se situa o inferno da escravidão, da miséria e da desgraça, em que predomina o materialismo ateu.

É uma divisão que não chega a ser simplista porque é simplória. Aqueles que conhecem os dois mundos sabem que a URSS, a China e os demais países socialistas não são nenhum paraíso, mas estão longe de ser o inferno que se descreve. Certo é que o sistema de produção socialista resolveu muitos problemas que ainda angustiam o homem ocidental, mas ele não solucionou todos os problemas humanos, nem está em vias disso. São os problemas espirituais que independem dos sistemas de produção, mas do próprio homem, da sua consciência e da sua formação moral.

Mas seria negar a mais clara evidência dizer que tais problemas inexistem no Mundo Ocidental. Aqui não se resolvem sequer aqueles problemas de subsistência material que afligem o homem trabalhador. Uma real e honesta comparação entre os dois mundos chegaria a conclusões bem diferentes das apregoadas. Na Ásia, sente-se que uma velha civilização se rejuvenesce através das lutas que estão sendo travadas por seus povos. Na Índia, como na Birmânia, no Ceilão tanto quanto na Indonésia, há esperança e fé nos seus destinos. Entreabriu-se para eles um mundo novo, em que procuram livrar-se das servidões que lhes foram impostas pelas nações mais ricas e poderosas militarmente. No mundo árabe, nasce uma nova consciência de liberdade e os povos sacodem o jugo que sobre eles pesava. No Oriente, onde vivem dois terços da humanidade, fermenta-se o mundo do futuro, o mundo que o nacionalismo está forjando, o mesmo mundo que está nascendo na América Latina e no Brasil, especialmente. Lá está a China, a Nova China, libertada das concessões estrangeiras e da ocupação imperialista.

Mas o “nacionalismo é uma força que corta dentro do mundo soviético tanto quanto no mundo ocidental” – como objeta John F. Kennedy, democrata norte-americano, em *Foreign Affairs* (outubro, 1957).

A realidade, porém, é outra. No mundo ocidental, cujos sinais de decadência são visíveis a olho nu – decadência do Império Britânico, do colonialismo francês, holandês, português, belga e espanhol –, existe a mentalidade velha e bolorenta, cansada e exausta, que não quer aceitar as transformações dos outros povos e que somente pode oferecer pruridos de virilidade à custa de injunções dos empréstimos de Wall Street ou de ajudas do tipo da NATO. Na Europa, nos países colonizadores, predomina a perplexidade, a desorientação, quando não se chega ao desespero até.

O liberalismo, tão materialista quanto o comunismo ateu, está agonizante porque, tendo destruído os valores espirituais, não teve capacidade sequer para oferecer os sucedâneos de uma vida material organizada. Matou o espiritualismo e ainda conservou os povos na miséria.

Dentro de uma dialética incoercível, os novos povos socialistas estão forjando uma civilização em que se respeitam os valores religiosos, ao mesmo tempo em que se promovem as medidas para o bem-estar material. É por isso que a Ásia oferece um exemplo digno de atenção. De lá foi que desceu para o mundo ocidental toda a espiritualidade. Foi em Benares que Brahma subiu aos céus, há 8 mil anos, e Buda iniciou a sua pregação, há 2500 anos; lá Moisés recebeu os dez mandamentos, há 5 mil anos. Lá nasceu Jesus Cristo, há quase 2 mil anos, e Maomé viveu há mais de 1.400.

Confúcio e Lao-Tsé foram asiáticos, precisamente chineses, e não europeus.

Onde está a espiritualidade ocidental? Onde nasceu o materialismo? O materialismo é a doença do mundo ocidental e não do mundo oriental. O materialismo é lucubração dos filósofos europeus, desde a Grécia antiga. O materialismo informou o liberalismo, que domina os povos ocidentais. Ele impregnou a vida e os costumes do Ocidente. A civilização ocidental é, por isso, intrinsecamente materialista. De Cristã apenas roubou o adjetivo.

E daí a diferença de linguagem. Enquanto a União Soviética, percebendo bem o sentido do nacionalismo dos povos subdesenvolvidos e compreendendo as suas aspirações, fala uma linguagem cristã na conferência do Cairo – quando declara que está disposta a ajudar os povos pobres, sem nenhuma condição, como um irmão deve ajudar outro irmão –, qual a linguagem da Declaração de Paris e de outras conferências da NATO? É a linguagem pagã do *si vis pacem para bellum*, em contraposição ao ideal cristão de *si vis pacem para pacem*.

Donde vem a linguagem cristã? Dos que não são cristãos. É a linguagem de Mao Tsé-tung quando prega a paz e a amizade entre todos os povos do mundo, ou quando declara que não se pode governar um povo de 650 milhões senão pela inteligência e com o coração. *Misereor super turbam*.

Em Bandung ou em Pequim se usa a linguagem cristã e se sente o espírito da fraternidade cristã. Em Paris ou em Washington, os defensores da civilização cristã usam os métodos da força e as expressões pagãs. Não é, pois, muito

simplista a divisão do mundo em duas partes. Não é fácil verificar que as coisas boas e ruins, que são inerentes à condição humana, existem em toda parte, lá como aqui.



**LIBERDADE
E
DEMOCRACIA**

1. Enfatadamente, o Ocidente chama a si mesmo de mundo livre. Num dos discursos que pronunciou em sua viagem ao Brasil (fevereiro de 1960), o presidente dos Estados Unidos ainda empregou aquela expressão para designar os países que vivem sob o regime capitalista, em contraposição ao mundo escravo, que é formado pelos países socialistas. Naqueles há liberdade; nestes, não.

Até onde isso é verdade? – foi a pergunta que me fiz ao entrar, pela primeira vez, na China. Antes de tudo, convém notar que o conceito de liberdade varia dentro do próprio mundo ocidental. Não existe um conceito pacífico, sufragado por todos. Mesmo na Europa, ninguém dirá que a liberdade salazarista é a mesma liberdade inglesa, nem que, fora da Europa, a liberdade norte-americana é idêntica à liberdade brasileira.

Dentre os conceitos de liberdade, o que me parece mais simpático é aquele que a define como o exercício tranquilo do direito. Desde que o indivíduo goza, pacificamente, os seus direitos – é um homem livre. Quais são esses direitos? Em primeiro plano, alinham-se os direitos inerentes à condição humana, os chamados direitos naturais, sem o exercício dos quais o homem não poderá sequer viver. Ele tem direito de ter e possuir aqueles bens necessários à conservação da vida e à manutenção de sua família. Ele pensa; logo tem o direito de manifestar o seu pensamento, de acreditar ou não naquilo que lhe pareça verdade ou mentira. E assim por diante.

Mas o exercício de todos os direitos naturais ou positivos está limitado pelo interesse da sociedade, vale dizer, pelo bem comum. Daí a existência imprescindível do Estado, que pode regular aquele exercício, mas que não tem o poder de suprimir os direitos. Parece-me justa a definição de Ferri: “direito é a limitação necessária e recíproca das atividades humanas, de modo que possam coexistir no meio social”.

Como pessoa cívica, o homem tem o direito de participar na escolha de seus governantes. Afigura-se-me correta a

fórmula de Jacques Maritain: autoridade, sim; mas com liberdade.

Autoridade e liberdade são conceitos que se completam se se subordinarem ao bem comum, vale dizer, aos interesses espirituais e materiais da coletividade.

Dentro dessa concepção de liberdade, posso concluir que os negros nos Estados Unidos e na África do Sul, ou os judeus na Alemanha Ocidental, não são homens livres – isto é, não gozam de liberdade –, porque não exercem tranquilamente os seus direitos; enquanto os negros e judeus no Brasil não sofrem nenhuma limitação. Ainda na mesma concepção, ninguém dirá que há liberdade na terra dos Salazar, Franco, Stroessner, Trujillo, Somoza e outros ilustres defensores do mundo livre, porque ali o povo não participa na constituição de seus governos, nem desfruta daqueles direitos naturais inerentes à condição humana. Não temos, os brasileiros, por que receber lições de liberdade de outros povos ocidentais. Com todas as deficiências, estamos constituindo o nosso sistema de vida que, sob múltiplos aspectos, é superior ao deles.

Nota Histórica: Em 1960, a segregação racial nos EUA ainda era legal sob as leis Jim Crow. Em estados do Sul, negros eram sistematicamente impedidos de votar através de taxas e “testes de alfabetização”. Em 1950, a população negra nos EUA era de aproximadamente 15 milhões (10% da população), vivendo sob severas restrições civis. Na África do Sul, o Apartheid estava em seu auge, privando a maioria negra de direitos básicos em favor de uma minoria branca de cerca de 3 milhões de pessoas.

2. Cada um vê as coisas quando está preparado para vê-las. Um médico, professor de clínica geral, deu-me, certa vez, uma lição. Perguntou-me, ao apresentar-lhe um amigo, se eu sabia que este padecia de grave lesão. Respondi-lhe que não, apesar de nossa longa convivência. Meses depois, confirmava-se o diagnóstico do médico. Ele vira, em rápidos instantes, o que eu não vira durante anos. É que eu não estava preparado para ver os sintomas da lesão.

Cada pessoa vê o país estrangeiro de acordo com a sua capacidade. Cultura superficial, coisas superficiais. Daí as tolices que os turistas escrevem sobre os países que visitam. Alguns chegam ao Rio de Janeiro e só veem a miséria de nossas favelas. Outros só enxergam as belezas do Pão de Açúcar, do Corcovado ou de Copacabana. Cada um viu as coisas que podia ver. Raros são os que, como Stefan Zweig, viram algo do que é fundamental no Brasil. Preparei-me para ir à China. É claro que não desejo comparar-me a Stefan Zweig, mas, como me dediquei durante trinta anos ao estudo da questão social e das doutrinas que se propunham a resolvê-la, sentia-me habilitado a compreender certos fatos que poderiam passar despercebidos ao médico, professor de clínica geral, a que acima me referi.

3. Sobre o conceito de liberdade, além do capítulo III da Constituição da República Popular da China, no qual se definem os direitos e deveres dos cidadãos, há um documento da mais alta importância que é o discurso pronunciado por Mao Tsé-tung a 27 de fevereiro de 1957, na sessão ampliada da Conferência Suprema do Estado convocada nos termos

do art. 43 da Constituição. Esse documento recebeu o título de “Sobre o problema da justa solução das contradições que existem no seio do povo” e foi publicado a 18 de junho daquele ano. Sem conhecer esse discurso – que deve ser incluído, a meu ver, entre os mais lúcidos escritos da literatura marxista-leninista –, é impossível compreender o conceito chinês da liberdade na sua prática diária. Porque não basta conhecer os textos constitucionais, que pouco diferem dos das constituições ocidentais.

Assim, por exemplo, na China, todos são iguais perante a lei (art. 85); todos os cidadãos maiores de 18 anos, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, profissão, origem social, religião, instrução, fortuna e residência permanente, têm o direito de eleger e de serem eleitos (art. 86); todos os cidadãos gozam da liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de passeata e de manifestação (art. 87); todos os cidadãos gozam da liberdade religiosa (art. 88); a liberdade individual do cidadão é inviolável, não podendo ser preso sem decisão do tribunal popular (art. 89); o domicílio do cidadão é também inviolável, como garantido é o sigilo da correspondência; os cidadãos chineses gozam da liberdade de residência e de transferência dela (art. 90); o Estado protege o casamento, a família, a mãe e a criança (art. 96); o direito de asilo é garantido a todo estrangeiro perseguido por defender uma justa causa, por participar no movimento da paz ou em razão de sua atividade científica (art. 99); e todos os cidadãos chineses têm o direito de representar contra qualquer autoridade que viole a lei ou falte ao cumprimento de seus deveres (art. 97).

Esses e outros artigos reproduzem o capítulo dos direitos e garantias das constituições democráticas ocidentais, com diferenças sem importância. Assim, do ponto de vista do direito constitucional, ninguém poderá dizer que na China não haja liberdade para o cidadão. Assim, é difícil situá-la fora do chamado mundo livre.

4. Mas, como em todas as democracias do mundo livre, uma coisa é o que prescreve a Constituição e outra é a prática dessa liberdade democrática. É preciso, pois, conhecer o documento escrito por Mao Tsé-tung, porque ele teve a clarividência de discernir as situações para a aplicação dos dispositivos constitucionais. Não há liberdade e democracia abstratas, mas liberdade e democracia concretas. No mundo ocidental, as leis de segurança do Estado reprimem toda a atividade contrária ao sistema vigente. Nos Estados Unidos, essa defesa chegou aos extremos da intolerância. O macartismo é bem o testemunho disso, porque ali se estabeleceu um regime inquisitorial que não admitia sequer que um artista da projeção de Paul Robeson conseguisse vender os seus discos em território norte-americano. É que ele, embora cantasse as melhores canções dos Estados Unidos, cometera o crime de visitar a União Soviética e confessara que lá não havia discriminação racial. Paul Robeson é negro.

No Brasil e em muitos países da América Latina, os comunistas foram postos na ilegalidade e tiveram cassados os seus direitos políticos. O fato do cidadão se declarar comunista era, e é, bastante para o banir da vida pública e

o tornar inelegível para qualquer função política. Essa é a democracia ocidental. Mas as constituições dizem que todos são iguais perante a lei... E assim é o mundo livre.

5. Diante disso, vale a pena conhecer o pensamento de Mao Tsé-tung que vigora na China. Em vez dos alçapões, tocaias e tergiversações das democracias ocidentais, em vez das interpretações sibilinas dos direitos assegurados pela Constituição, surge uma honesta e explícita definição que, em muitos aspectos, supera a do mundo livre. Mao Tsé-tung diz claramente que, na sociedade chinesa, existem dois tipos de contradições: “as contradições entre nossos inimigos e nós outros e as contradições no seio do próprio povo”. Para se compreenderem essas contradições, é preciso saber o que é povo e o que são os inimigos. Convido o leitor a examinar o que diz Mao Tsé-tung:

“O conceito de povo tem diferente conteúdo nos diversos Estados e nos diferentes períodos históricos de cada Estado. Durante a guerra contra os invasores japoneses, o povo era integrado por todas as classes, camadas e grupos sociais partidários da resistência ao Japão, enquanto os imperialistas nipões, os traidores nacionais e os elementos pró-japoneses eram os inimigos do povo. No período da guerra de Libertação, os inimigos do povo foram os imperialistas norte-americanos e seus lacaios (a burguesia burocrática, os latifundiários e os reacionários do Kuomintang que representavam estas classes); e o povo era constituído por todas as classes, camadas e grupos sociais que lutavam contra esses inimigos. Na etapa atual, no

período da edificação do socialismo, integram o povo todas as classes, camadas e grupos sociais que aceitam e apoiam a causa da edificação do socialismo e nela participam ativamente. Os inimigos do povo são as forças e os grupos sociais que se opõem à revolução socialista, que se declaram hostis à edificação socialista e a perturbam.”

Está aí definido o que é povo; e estão claramente marcados os inimigos do povo. Quem quiser aceitar essas definições, aceite-as. Quem não as compreender não poderá entender o que se passa na China, nem no Brasil, nem no mundo. No Brasil, também, quem está contra a nossa independência econômica está contra o interesse do povo brasileiro e deve ser considerado inimigo da Pátria. Quem está contra a nossa emancipação econômica está a favor dos interesses dos trustes internacionais e são seus serviçais que devem ser combatidos duramente. Porque não deve haver liberdade, no Brasil, para aqueles que combatem o Brasil, como não existe na Inglaterra para os que combatem a Inglaterra, nem na França para os que são contra a França, nem nos Estados Unidos para os que são contra os Estados Unidos.

Na China é a mesma coisa. Mas lá isto se faz honestamente, às claras. Lá existe uma ditadura democrática. O que significa isso? Significa que, para o povo, subsistem todos aqueles direitos inscritos na Constituição, isto é, a mais completa liberdade democrática; mas, para os inimigos do povo – quer dizer, para os que estão contra a China e a favor do retorno à situação anterior à Libertação (1949), na qual o povo se submetia ao imperialismo japonês e ao regime de concessões estrangeiras que espoliavam a China –, prevalece a ditadura

com todas as suas sanções que lhes torna impossível a vida na Pátria que traíram. Porque, para os chineses, não há a liberdade de serem contra a China. Mas em que país do mundo livre se admite essa liberdade?

6. No seio do povo, há sempre contradições que podem ser resolvidas democraticamente, através da crítica, da livre discussão, dos métodos de persuasão e da educação. Mas, entre o povo e seus inimigos, existem somente antagonismos que têm de ser eliminados ditatorialmente. Dentre as contradições existentes no seio do povo, Mao Tsé-tung se refere a uma que me parece interessante levar ao conhecimento do leitor. É a que existe, na China, entre a burguesia nacional e a classe operária. Eis o texto:

Em nosso Estado, as contradições entre a classe operária e a burguesia nacional estão compreendidas nas contradições que existem dentro do povo. A luta de classe entre o operariado e a burguesia nacional está incluída, em geral, na luta de classes no seio do povo, já que é inerente à burguesia nacional um duplo caráter. No período da revolução democrático-burguesa, a burguesia nacional tem inerente o espírito revolucionário, por uma parte, e o espírito conciliador, por outra. No período da revolução socialista, a burguesia nacional, de uma parte, explora a classe operária e obtém benefícios com isso; mas, ao mesmo tempo, apoia a Constituição e deseja aceitar as transformações socialistas. A burguesia nacional se diferencia dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia burocrática. As contradições entre a classe

operária e a burguesia nacional são contradições entre explorados e exploradores, antagônicas por si mesmas. Entretanto, nas condições concretas de nosso país, se se regularizam devidamente as contradições antagônicas entre essas duas classes, podem elas transformar-se em não antagônicas e podem resolver-se por via pacífica. Ao contrário, se estas contradições forem por nós erroneamente regularizadas, se não seguimos com a burguesia nacional a política de coesão, de crítica e de educação, ou a burguesia nacional não aceita esta nossa política, as contradições entre a classe operária e a burguesia nacional podem converter-se em contradições entre nós e nossos inimigos.

7. Há na China um órgão da mais alta importância política, que não figura na Constituição. É o Conselho Consultivo Político do Povo Chinês, que funciona desde antes da Libertação. Reúne esse órgão os dez partidos políticos, as organizações culturais e sindicais, as associações chinesas residentes no exterior, as diferentes igrejas religiosas e as personalidades destacadas nas artes e na ciência. Essa frente política se fundou à base de um Programa Comum, aprovado em 1949, o qual serviu de base à Constituição de 1954, conforme esta declara em seu Preâmbulo. O Conselho Consultivo tem o seu órgão central em Pequim e se dissemina pelas províncias, regiões autônomas, pelos departamentos, municípios e distritos. Todas as questões importantes, antes de submetidas aos poderes do Estado, são ali analisadas e resolvidas de comum acordo.

– Mas se a maioria do Conselho é dominada pelo Partido Comunista, segue-se que a vontade deste sempre prevalece – disse eu aos dirigentes nacionais do Conselho, na recepção que me ofereceram em Pequim. Respondeu-me o sr. Burhan Shahidi, líder dos muçulmanos chineses, que é hoje um dos meus melhores amigos naquele país:

– Assim seria se dominasse aqui o conceito das democracias ocidentais, segundo o qual a vontade da maioria sempre predomina. Temos tido, e certamente ainda teremos, divergências com os comunistas na escolha do melhor caminho para a construção da Nova China. Mas, como todos nós somos fiéis ao Programa que nos reuniu nas horas graves e à Constituição que adotamos em 1954, segue-se que há, entre nós, plena confiança. A livre discussão permite, assim, que encontremos a solução que mais convém à nossa Pátria. Às vezes, os comunistas nos convencem de que estão com a razão; outras, eles cedem aos nossos argumentos. É que estamos certos de que a maioria não tem o direito de esmagar a minoria. E não seria possível a unidade da China, que se constitui de tantas nacionalidades diferentes, se as minorias nacionais, por exemplo, não fossem respeitadas pela maioria chinesa.

Ao receber essa resposta, lembrei-me do que eu mesmo havia escrito em 1946 (*Rumos Políticos*, AGIR, Rio), na carta que enderecei a um democrata, na qual sustentei exatamente o mesmo princípio contrário à democracia do número, pois mil mentiras não formam uma verdade¹.

O Conselho Consultivo permite, assim, que se mantenha a unidade dentro da pluralidade. Esse mecanismo político

se afigura muito estranho aos ocidentais. Acostumados aos regimes de dois partidos – um no governo e outro na oposição –, não compreendem a coexistência de vários partidos que trabalhem no mesmo sentido. Li no *The Straits Times*, de Singapura, uma entrevista que o sr. Sa Kung-liao, líder da Liga Democrática da China, concedeu a Richard Hughes, em Pequim, e foi publicada a 5 de janeiro de 1957. Nessa entrevista, após informar o repórter de que na Assembleia Nacional Popular havia 668 deputados do Partido Comunista, 274 da Liga Democrática e 284 independentes ou sem partido, respondeu a várias perguntas interessantes sobre o convívio dos partidos políticos. Disse ele:

“Alguns de nossos deputados se têm filiado ao Partido Comunista. Outros membros comunistas têm ingressado na Liga Democrática. Nós trabalhamos juntos. Como bloco de Oposição, não somos adversários do Partido Comunista. Todos os partidos estão trabalhando para o Governo – para o Governo, entenda-se, e não para o Partido Comunista. Isto não é a essência da verdadeira democracia?”. No caso de os partidos democráticos julgarem errada uma sugestão do Partido Comunista, como se opõem eles a esse erro? “Em primeiro lugar”, responde o sr. Sa, “o senhor deve compreender que a base de nossas operações como um partido de oposição é entender-nos com os deputados do Partido Comunista e os sem-partido, para consultarmos, discutirmos, considerarmos e acertarmos. Nossos objetivos democráticos, como oposição, são uma fiscalização recíproca e uma coexistência política a longo termo. Em segundo lugar, o Partido Comunista não tem cometido

nenhum erro nas linhas de sua política. Deixe-me ser claro sobre isso. Mas sobre certos assuntos menores, pode haver opiniões diferentes. É nosso dever, como Oposição, considerar tais opiniões”.

O repórter, diante dessas explicações, advertiu que a linha oposicionista da Liga Democrática, embora admirável, sem dúvida (*although doubtless admirable*), era algo diferente da ideia ocidental de oposição parlamentar. “Exatamente, exatamente”, concordou o sr. Sa. “O senhor pode achar nossas ideias um pouco estranhas a princípio. Oriente é Oriente; e Ocidente é Ocidente, como dizem os filósofos ocidentais.”

8. Essa ideia da oposição parlamentar, à moda ocidental, não é aceita na China pelas razões que Mao Tsé-tung explana no documento a que me tenho referido neste capítulo. Respondendo a críticas de algumas personalidades chinesas, escreveu o seguinte:

“Creem que em nosso sistema democrático-popular há muito poucas liberdades, enquanto no sistema democrático parlamentar ocidental há muitas. Exigem que se implante, no estilo do Ocidente, o sistema de dois partidos, sob o qual um partido está no Poder e outro na Oposição. Entretanto, este sistema de dois partidos é somente uma forma de apoio à ditadura burguesa e não pode assegurar, em nenhum caso, liberdade e direitos aos trabalhadores. Na realidade, no mundo só há liberdade concreta e democracia concreta, e não existem liberdade abstrata e democracia abstrata. Na sociedade à qual é inerente a luta de classes, os trabalhadores não desfrutam de liberdade que esteja isenta de exploração,

já que as classes exploradoras têm a liberdade de explorar os trabalhadores. Posto que nessa sociedade existe a democracia para a burguesia, nela não há democracia para o proletariado e os trabalhadores. Alguns Estados capitalistas também permitem a existência legal dos Partidos Comunistas, mas unicamente na medida em que isso não prejudique os interesses vitais da burguesia; ultrapassar esse limite não é permitido. As pessoas que exigem a liberdade abstrata, a democracia abstrata, creem que a democracia é um fim e não reconhecem que a democracia é um meio. Às vezes, a democracia parece um fim, mas realmente é só um meio.”

9. Ainda sobre o problema da liberdade e da democracia na China, creio que são fundamentais estes conceitos de Mao Tsé-tung:

“O marxismo nos ensina que a democracia forma uma parte da superestrutura que se integra na categoria da política. Isto significa que, no fim das contas, a democracia serve à base econômica. O mesmo ocorre com a liberdade. A democracia e a liberdade são relativas e não absolutas; surgiram e se têm desenvolvido no curso da história. No seio do povo de nosso país, a democracia pressupõe o centralismo; e a liberdade, a disciplina. Tudo isso constitui os dois aspectos opostos de um todo único; são opostos, mas, ao mesmo tempo, estão unidos; e, por isso, não devemos destacar unilateralmente um desses aspectos, negando o outro. No seio do povo, não se pode prescindir da liberdade, mas tão pouco se pode excluir a disciplina; não se pode prescindir da democracia, mas tão pouco se pode excluir o centralismo. Semelhante unidade da

democracia e do centralismo, da liberdade e da disciplina, constitui precisamente nosso centralismo democrático. Num sistema como este, o povo desfruta de uma democracia e de uma liberdade amplas; mas, ao mesmo tempo, deve restringir-se a si mesmo com a disciplina socialista. Esta verdade é compreendida pelas amplas massas populares.”²

Notas do autor:

1. Comentando, na “Carta a um democrata”, a afirmação que me parece equívoca, segundo a qual a democracia é o governo da maioria, de que decorre esta outra: “somos maioria, logo poderemos fazer o que quisermos” – escrevi, à pág. 82 de Rumos Políticos (AGIR, Rio, 1946, reeditado pela Fundação João Mangabeira, Goiânia, 2026) o seguinte:

“Tenho para mim que isso ainda é um ranço da democracia burguesa. E depois de tantos sofrimentos por que passou a humanidade e de tantas esperanças que agitam a mente dos homens, o problema não é encontrar um nome novo para a democracia. O problema é passar da democracia burguesa, ressecada por suas hipocrisias e pela falta de seiva evangélica, a uma democracia inteiramente humana; da democracia falada à democracia real – como escreve Maritain no livro acima citado. E ainda melhor definindo o meu pensamento, transcreverei estas palavras de outro documento católico: ‘A democracia não pode ser apenas um regime baseado nas maiorias efêmeras. O bem e o mal não são consequência do número. Mil atos iníquos somados não produzem um só ato de justiça. Mil votos num erro não o transformarão jamais em verdade’ (Programa da Liga Eleitoral Católica)». E, depois de várias considerações sobre a definição de Lincoln, conclui: ‘Assim, o conceito da Democracia, government of the people, by the people and for the people, inspirado no cristianismo, como se viu, não se compadece com a simplicidade da definição de que seja o governo da maioria. Da maioria, sim, mas a maioria não tem o poder de fazer as leis que quiser. É preciso que estas atendam ao bem público e sejam, sobretudo, justas. Por isso, diz a Escritura: Ai dos que estabelecem leis iníquas! (Vae qui condunt leges iniquas! – Isa. X, 1)’.”

2. “No século passado, Arthur Verhaegen, presidente da Liga Democrática Católica da Bélgica, fez algumas afirmações que os conceitos de Mao Tsé-tung me fazem recordar. Dizia ele: ‘A liberdade absoluta acarreta necessariamente a vitória dos fortes e a opressão dos fracos, isto é, a anarquia. E isto se compreende. As paixões humanas tiram do capital inteligência e do capital dinheiro uma superioridade contra a qual não se pode quebrar-se não só os esforços como as próprias paixões do indivíduo privado de apoio. A proteção aparece, pois, como a sanção da liberdade. Não há, absolutamente, liberdade verdadeira sem proteção; por isso, não será difícil chegar a um acordo no sentido de proclamar que é necessário um regime protetor para garantir os operários de ambos os sexos, ainda mesmo adultos, contra os abusos da liberdade’. (A doutrina social da Igreja, Padre G. C. Rutten, O.P., pág. 180).”



**LIBERDADE
ELEITORAL
E
COEXISTÊNCIA
DOS
PARTIDOS**

1. Insisto em analisar a questão da liberdade e da democracia na China porque ela me parece sobremaneira interessante também para o estudioso desses assuntos no Ocidente. Em capítulo à parte, examinarei o problema da liberdade religiosa, que tanto apaixona os defensores do mundo livre. Por agora, vou cuidar de outros aspectos do funcionamento daquilo que lá se chama de centralismo democrático.

É preciso salientar que o centralismo democrático é uma fórmula que não invade o campo da livre discussão dos problemas ideológicos e dos problemas do reconhecimento da verdade e da mentira no seio do povo.

“Não podemos forçar as pessoas – diz Mao Tsé-tung – a que deixem o idealismo, nem podemos obrigá-las a que aceitem o marxismo. Todos os problemas de caráter ideológico, todas as questões litigiosas no seio do povo, podem resolver-se unicamente através de métodos democráticos (os métodos do estudo, da crítica, da persuasão e da educação) e nunca por métodos coercitivos e repressivos.”

Perguntaram-me se era possível criticar publicamente o marxismo na China. Respondi que dependeria da qualidade do crítico. Se ele fosse um contrarrevolucionário declarado, incluído na categoria dos inimigos a que me referi no capítulo anterior, a palavra lhe seria cassada, simplesmente. Mas, se pertencesse ao povo, poderia fazer as críticas que entendesse. Mao Tsé-tung vai mesmo ao ponto de incentivar a manifestação dessas críticas quando usa das velhas expressões chinesas: que floresçam cem flores; que rivalizem

cem escolas. E o seu raciocínio é lógico. Podem proibir-se tais pontos de vista, não lhes dando oportunidade alguma de serem expressos? Não se pode. É possível proibir a expressão de opiniões errôneas; elas, porém, existirão. Por isso, somente pelo método da discussão, pelo método da crítica e da explicação da verdade, é que se poderá desenvolver a opinião justa e eliminar a errônea.

2. Mas a livre discussão está disciplinada por critérios que decorrem dos princípios da Constituição, da vontade manifestada pela maioria do povo e das diretrizes políticas gerais proclamadas reiteradamente no país. Grosso modo, estes critérios podem assim ser definidos:

1. Favorável à coesão de todos os povos da China multinacional e não o que provoca a cisão do povo;

2. Favorável às transformações socialistas e à edificação socialista, e não ao que é prejudicial às transformações e à edificação socialistas;

3. Favorável ao reforçamento da ditadura democrática do povo, e não ao que solapa ou debilita essa ditadura;

4. Favorável ao centralismo democrático, e não ao que mina ou debilita esse sistema;

5. Favorável ao fortalecimento da direção do Partido Comunista, e não ao que conduz ao isolamento dessa direção ou a seu debilitamento;

6. Favorável à solidariedade internacional socialista e à solidariedade internacional de todos os povos amantes da paz, e não ao que causa danos a estas duas formas de solidariedade.

“Tais critérios – segundo Mao Tsé-tung – se promovem para ajudar o povo a desenvolver a livre discussão em diferentes questões, e não para obstaculizar aquela discussão. As pessoas inconformadas com estes critérios podem, desde logo, expressar suas opiniões e discuti-las. Entretanto, quando a maioria tenha critérios bem definidos, a crítica e a autocritica poderão ser conduzidas para a frente e pelo caminho justo e, aplicando esses critérios, determinar a justeza dos atos e palavras das pessoas, e definir se estes atos e palavras são a flor flagrante ou a erva má.”

Aplica-se, por essa forma, na discussão dos problemas ideológicos, o princípio de que a liberdade deve ser disciplinada, isto é, que ela sofre a limitação imposta pelos interesses da coletividade, ou seja, aquilo que em cada país se chama de bem comum (1). Esses interesses variam; e os critérios para a disciplina da liberdade devem também variar de um país para outro. É o que adverte Mao Tsé-tung quando declara que “todos os pontos de vista acima expostos se baseiam sobre as condições históricas concretas existentes em nosso país” e que, por isso, outros povos não estão obrigados a aplicar os métodos chineses.

3. E a liberdade eleitoral? Existe, na China, o livre exercício do direito de voto na escolha dos representantes do povo?

A Constituição, em seu art. 86, responde afirmativamente quando estabelece que todos os cidadãos maiores de 18 anos – sem distinção de nacionalidade, de raça, de sexo, de profissão, de origem social, de religião, de instrução (voto para o analfabeto), de fortuna e tempo de residência – têm

o direito de eleger e de serem eleitos, com exceção dos alienados e das pessoas privadas deste direito pela lei.

Quais são as pessoas privadas do direito de voto pela lei? São os inimigos do povo. Liu Shaoqi, atual presidente da República Popular da China, em seu relatório sobre o Projeto da Constituição de 1954, escreve o seguinte:

“Certos críticos estrangeiros acham estranho que, de um lado, garantamos os direitos e as liberdades democráticas ao povo e, de outro, punamos severamente todos os traidores e contrarrevolucionários. Nossa Constituição e todas as nossas leis jamais darão a menor facilidade aos imperialistas estrangeiros e a seus lacaios que sonham escravizar nosso povo. Não é precisamente porque os traidores e contrarrevolucionários têm sido privados da liberdade que o nosso povo adquiriu uma verdadeira liberdade?”

4. A Assembleia Popular Nacional é o órgão supremo do poder do Estado e é composta de deputados eleitos pelas províncias, regiões autônomas, municipalidades diretamente subordinadas à autoridade central, Forças Armadas e chineses residentes no exterior (art. 21 e 23 da Constituição). Nenhum deputado pode ser preso ou processado sem o assentimento da Assembleia ou, no recesso parlamentar, do seu Comitê Permanente. O processo de eleição é o de lista única de candidatos em cada circunscrição, como, de resto, em todos os países socialistas.

Nos países ocidentais, cada partido apresenta ao eleitorado a sua própria lista de candidatos. Desenvolve-se, depois, a propaganda para a conquista da preferência do

eleitor que, no dia da eleição, escolhe um dentre aqueles que foram inscritos. Em certos países, admitem-se candidatos avulsos ou independentes, mas raramente têm eles êxito eleitoral porque a massa de votantes acompanha a indicação de seus partidos. No Brasil, o eleitor somente pode votar em pessoa registrada por um partido na justiça eleitoral. Por esse processo, o eleitor não influi na organização da lista de candidatos, a qual fica, praticamente, ao sabor das cúpulas partidárias. Sua interferência se manifesta apenas no dia do pleito, quando deposita o voto na urna.

Na China, o processo é inverso. Toda a campanha eleitoral se desenvolve para a organização da lista única de candidatos. Em cada empresa industrial, nas comunas populares, nas instituições distritais – enfim, nas organizações de base –, surgem os candidatos que apresentam o seu programa de trabalho. Em determinado dia, reúnem-se os eleitores e, dentre os candidatos, escolhem um que vai disputar com outros candidatos da mesma região ou circunscrição eleitoral o direito de figurar na lista oficial como representante do povo. Desenvolve-se a campanha eleitoral através de cartazes, volantes e escritos nos jornais murais. Trava-se, portanto, uma batalha para obter a inclusão do candidato na chapa oficial, batalha em que participa, com o seu voto, qualquer eleitor. É claro que as direções partidárias locais influem nessa escolha. Depois dessa campanha eleitoral, é escolhido, pelos organismos competentes, o nome daquele que deve figurar na lista de candidatos como representante da região ou da circunscrição eleitoral. No dia da eleição, o votante apenas homologa a lista oficial de candidatos. Vota

nos demais candidatos porque o seu – isto é, aquele que democraticamente foi escolhido na sua região – também será sufragado pelos eleitores de outras regiões.

Em sua entrevista ao *The Straits Times*, de Singapura, o sr. Sa Kung-liao, líder da Liga Democrática da China, diz que uma das tarefas desta é combinar com o Partido Comunista a seleção e a preparação da lista de candidatos ao Parlamento, seja dos comunistas ou dos partidos democráticos, para submetê-la aos eleitores. E aduz:

“Esta preparação preliminar e este acordo economizam muito dinheiro que poderia, de outra forma, ser desperdiçado mais tarde na propaganda pessoal e partidária e possibilitaria, indevidamente, que as posições caíssem nas mãos dos homens ricos” (5-1-1957).

Não sei qual o melhor processo eleitoral, se o das democracias ocidentais, se o da China. Ambos têm acertos e defeitos. Mas os que conhecem o direito eleitoral sabem que ainda não se conseguiu um sistema isento de erros (2). Não se pode, por isso, tachar de antidemocrático o processo eleitoral chinês somente porque difere do processo adotado no Ocidente. Deixo isso ao julgamento do leitor ocidental que esteja acima dos preconceitos jurídicos e políticos dominantes no mundo livre.

5. Mas, se o processo eleitoral chinês é o da lista única, para que a existência de vários partidos? A resposta poderia ser simplesmente esta: porque na China há mais de duzentos milhões de pessoas que não são comunistas e, portanto, não se filiam ao Partido Comunista; mas que se esforçam pelo

progresso do país e se opõem às ameaças do imperialismo e do colonialismo. São milhões e milhões de homens e mulheres que participaram das lutas pela Libertação da China, contra a ocupação japonesa e o regime das concessões; e que, depois de 1949, resolveram aliar-se aos comunistas na construção da Nova China. Para que haja uma verdadeira união, é preciso que se respeitem as diversidades. A unidade se faz dentro da pluralidade. É por isso que lá coexistem com o Partido Comunista da classe operária vários partidos democráticos da burguesia e da pequena burguesia.

Falando na II sessão do Conselho Consultivo Político Popular da China, em que se representam todos os partidos, declarava Mao Tsé-tung em 1950:

“Se alguém serve ao povo com verdadeira sinceridade e o ajuda efetivamente nos momentos difíceis, faz boas coisas e será consequente também no futuro, sem voltar da metade do caminho – nem o povo nem o Governo Popular terão fundamentos para desprezá-lo, nem para o privarem da possibilidade de existir e servir ao povo.”

Aí está, como mais tarde reafirmaria Mao Tsé-tung, a base política da possibilidade da coexistência duradoura dos partidos, que é “o nosso desejo e o nosso rumo”. É claro que essa coexistência depende não apenas do Partido Comunista, mas também dos partidos democráticos. Para mantê-la, é preciso que todos ganhem e conservem a confiança do povo.

6. Essa confiança popular é que permite o controle recíproco dos partidos, ou seja, a expressão recíproca de opiniões e a crítica mútua.

“O controle mútuo – escreve Mao Tsé-tung – não é unilateral, sem dúvida: o Partido Comunista pode controlar os partidos democráticos e estes o Partido Comunista. Por que, então, se admite o controle dos partidos democráticos sobre o Partido Comunista? Porque o partido, tal qual uma pessoa, tem muita necessidade de ouvir as vozes dos heterodoxos. É de todos conhecido que o controle sobre o Partido Comunista é exercido principalmente pelo povo trabalhador e pelas massas do partido. Entretanto, será muito mais proveitoso se deste controle participarem os partidos democráticos. Naturalmente, a expressão mútua de opiniões pelos partidos democráticos e o Partido Comunista, assim como a crítica mútua, somente poderá revelar o papel positivo do controle recíproco no caso de estes critérios e a crítica responderem aos seis critérios políticos expostos mais acima.”

Não é novo este processo de entendimento de diversos partidos. Nas democracias ocidentais ele tem sido praticado em várias oportunidades, sobretudo nos casos de guerra ou de ameaça aos interesses vitais do país. Surgem, então, os governos de união nacional, como aconteceu na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Os três partidos se uniram, apesar das divergências doutrinárias entre conservadores, trabalhistas e liberais. Mas, acima dessas divergências, estava o interesse do povo inglês, que precisava defender-se contra a invasão hitlerista. Houve, apesar disso, necessidade de se estabelecerem critérios, a fim de que a convivência dos três partidos no governo pudesse produzir os melhores resultados na mobilização de todos os recursos

para a defesa do país. Sem a preexistência dessas regras, o governo não funcionaria com a eficiência imprescindível.

O que ocorreu na Inglaterra reproduziu-se noutros países. Mesmo em tempo de paz, o processo é praticado quando se trata da política internacional. É o que ocorre nos Estados Unidos. A linha geral da política externa é adotada após consultas à oposição. Há, nesse setor, uma convivência entre os partidos Republicano e Democrata – convivência determinada pelos interesses do povo norte-americano. Para se chegar a saber qual a solução que corresponde melhor a esses interesses, consulta-se, discute-se, sugere-se e concorda-se afinal.

Isto não é a essência da verdadeira democracia? – perguntaria eu, repetindo palavras do sr. Sa Kung-liao, líder da Liga Democrática Chinesa, em entrevista ao *The Straits Times* já por mim citada.

É exatamente o que está acontecendo na China. Desde 1934 ela está em guerra. Sofreu a invasão japonesa até 1945, a que se seguiu a guerra da Libertação até 1949. E desse ano até hoje, defende-se contra a ameaça de Chiang Kai-shek, apoiado pela Sétima Esquadra dos Estados Unidos e pelas bases norte-americanas na Coreia do Sul, no Japão, em Okinawa, em Formosa e nas Filipinas. Nesse período, já teve de defender as suas fronteiras contra a ameaça da invasão das tropas coreanas e norte-americanas no conflito de 1952.

O governo de união nacional impôs-se ali pelas mesmas razões que levaram conservadores, trabalhistas e liberais a se unirem durante a Segunda Grande Guerra na Inglaterra ou republicanos e democratas a adotarem uma linha comum

na política internacional dos Estados Unidos. E essas razões são os interesses do povo chinês, não apenas nos assuntos da defesa nacional contra as ameaças imperialistas, mas também na luta para libertá-lo da fome, da ignorância e da doença. Para isso, constituiu-se ali o Conselho Consultivo Político através do qual se estabelecem as consultas, se trocam opiniões, se fazem críticas e se tiram conclusões, realizando aquilo que Mao Tsé-tung chama de controle recíproco dos partidos. Foram as condições históricas concretas que determinaram o processo da coexistência dos dez partidos chineses nas funções de governo do país.

Notas do autor:

1. *Estes conceitos me trazem à mente outros do Monsenhor Fulton Sheen, Bispo auxiliar católico de Nova York, sobre o conceito da obediência. São os seguintes: "Diz-se que a obediência pertence às ordens sociais mais antigas da monarquia e do feudalismo, mas é inadequada à democracia e à liberdade. A liberdade, porém, não é inimiga da obediência. A liberdade é mais segura, não quando escolhe o mal, mas quando se movimenta dentro de sua própria esfera que é a do bem moral. Bem moral é para a alma o que o ar é para o pássaro e a água para o peixe. Este pode saltar fora da água e morrer na margem, mas a liberdade do peixe é completa sem esta capacidade de autodestruição. Assim é com o homem. Escolher o mal é violentar sua natureza superior. A liberdade extrai força da obediência às leis. Um motorista é livre para dirigir seu carro no tráfego porque obedece às leis civis. O avião é livre para voar, desde que obedeça às leis da gravitação e da aviação". (Família suplemento, 13-3-1960, Rio de Janeiro).*
2. *Já cuidei deste assunto em Direito Eleitoral, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1935, pág. 126 e seguintes.*



**LIBERDADE
RELIGIOSA**

I. Cristão e católico romano, fiel à minha Igreja, nada vi na China que repugnasse à fé que professo. Ao contrário disso, encontrei praticados por não cristãos muitos dos preceitos do Cristo. E aí está a razão por que compreendo a atitude de S. Exas. Revmas., os Bispos Católicos chineses que apoiam a República Popular da China, a despeito da onda que, no mundo livre, se levanta contra o regime dominante no país. Mas a essa propaganda interessada do capitalismo, que amplia os erros e deturpa ou silencia os acertos, prefiro o testemunho dos Bispos da minha Igreja que, a seu múnus sacerdotal, aliam o pleno e honesto conhecimento de causa. Para os católicos, mais vale a opinião de um Bispo católico que vive na China do que o parecer de agentes do capitalismo anticristão, que são estipendiados para difundirem informações suspeitíssimas.

É verdade que essa propaganda tem gerado incompreensões entre o Vaticano e alguns Bispos chineses. Delas me falou o Vigário-geral da Diocese de Tianjin (Tientsin), Pe. Ly-Te-Pei (Joseph), com quem me encontrei em Pequim (1959) e que estava acompanhado do Pe. Pan Shi-Hung (François) e do sr. Tsao-Tao-Sheng (Jacob), vice-presidente da Associação Patriótica dos Católicos Chineses. Citaram-me vários fatos que demonstram os efeitos das informações tendenciosas que de Formosa (Taiwan) são enviadas a Roma. Não os reproduzo aqui porque minha convicção é de que, cedo ou tarde, a Santa Sé os corrigirá, com a prudência e a sabedoria da Igreja. Prevalecerá a verdade, afinal. E é também o que esperam os católicos da China. Com esse objetivo é que dou o meu testemunho.

2. Há liberdade religiosa na China? – é a pergunta que me fazem depois das visitas que fiz àquele país. E foi também o que indaguei ao Padre Ignace Tseu quando o encontrei na Igreja de São José, em Xangai, em julho de 1957. Estávamos sozinhos porque eu dispensara o intérprete. Conversávamos em francês. Friso esta circunstância para que ninguém pense que o reverendo não me pudesse dizer exatamente o que pensava por receio de possível vigilância de terceiros. Ele sabia que eu era católico e ali fora para assistir à missa dominical. Convenci-o de que não desejava senão a verdade.

– A vida dos católicos na China sempre foi muito difícil, pois somos minoria demasiado pequena – disse o Pe. Ignace Tseu. – Numa população de cerca de 650 milhões de habitantes, somos apenas três milhões de católicos. Nossa

vida não pode comparar-se à dos católicos do Brasil, que constituem imensa maioria do povo de seu país. Sempre foi trabalhoso o nosso apostolado. Depois da Revolução de 1949, tivemos dificuldades bem grandes. Graças a Deus, elas foram superadas. Hoje, são boas nossas relações com as autoridades. E nosso trabalho continua. Há, em Xangai, cem padres católicos; e minha escola paroquial é frequentada por 150 alunos que aprendem o catecismo.

Tais informações me foram confirmadas, em Pequim, pelo Padre Paul François Li, vigário-geral da Arquidiocese. Conversamos também em francês. Vivem na capital sessenta padres, entre os quais dez lazaristas, distribuídos pelas 23 paróquias que atendem os vinte mil católicos de Pequim. Existem dois seminários: o seminário maior para filosofia e teologia, com 27 alunos; e o seminário menor, cuja frequência é de 36 estudantes. Funcionam escolas de catecismo durante todo o ano em cada paróquia. Na escola da Catedral há 150 alunos.

Disse-me ainda o Padre Li que, após a Libertação, elementos do Kuomintang (partido de Chiang Kai-shek) que sempre foram anticatólicos, para mostrarem lealdade ao novo regime, denunciaram os católicos ao governo como reacionários e direitistas – o que lhes acarretou dificuldades muito sérias. Mas, felizmente, tudo foi esclarecido; e agora a situação, apesar dos obstáculos com os quais sempre lutaram os católicos na China, está normalizada, e a Igreja prospera.

Quando eu estava em Pequim, ali se reuniu a Conferência dos Católicos da China. Tomaram parte, além de doze Bispos, muitos elementos do clero e do laicato, em número de 241. A Conferência foi presidida por S. Exa. Revma. Dom Paulus

Wang, de 77 anos de idade, Bispo de Nanchung desde 1930; e tratou das relações da Igreja com o governo chinês. Como já informei, existe naquele país o Conselho Político Consultivo, fundado antes da vitória da Revolução. Nele se representam, além dos partidos políticos, os sindicatos, associações culturais e também as igrejas, que discutem as providências que o governo pretende apresentar ao Parlamento. Os católicos começaram a participar do Conselho em 1956. E daí a Conferência dos Católicos que se realizou em 1957, com a presença do sr. Xi Zhongxun (Hsi Chung-hsun), secretário-geral do Conselho de Estado, que é o Governo Central, vale dizer o executivo do órgão supremo do poder do Estado e órgão administrativo supremo do Estado (art. 47 da Constituição). Esteve também presente à Conferência o sr. Ho Cheng-hsi, chefe do Departamento de Assuntos Religiosos. O comparecimento desses altos funcionários foi interpretado como um gesto de apreço do governo pelo movimento católico chinês.

3. O Bispo de Zhouzhi (Chou Chih), Dom Luiz Li, que participou do Conselho Consultivo em 1956 e que estava em Pequim quando, em 1957, se reuniu a Conferência Católica, publicou em julho desse ano na revista *China Reconstructs* um artigo ao qual já me referi, em que historia as incompreensões surgidas após a Revolução de 1949 e a volta à normalidade a partir de 1951, quando S. Exa. Revma. foi nomeado Bispo daquela Diocese pela Santa Sé.

Nesse artigo, Dom Luiz informa que “estamos levando uma vida religiosa normal, observando solenemente todas as

cerimônias do ano litúrgico. O povo vem à missa, à bênção e à confissão, como de uso. As crianças aprendem o catecismo; nos grandes dias de festa, as igrejas de nossa diocese estão sempre repletas. Batizamos 900 crianças, em média, por ano; e nossos sacerdotes vão levar a Extrema-Unção aos lares. Nestes seis anos, após minha elevação ao Bispado, já administrei o sacramento da Confirmação (crisma) a mais de 5 mil pessoas. Mais de 20 mil tomam parte na peregrinação anual ao Monte da Sagrada Cruz, na cidade de Mei”.

Dom Luiz acrescenta as seguintes informações:

“Várias aldeias, com população inteiramente católica, têm recebido menções de louvor nos relatórios das autoridades locais pela sua energia e pelo seu bom êxito no trabalho coletivo. Construímos três novas igrejas em minha Diocese e estamos reparando várias outras com os recursos dados pelos membros mais abastados de nossa Igreja. Em outros lugares – não em nossa Diocese – donativos governamentais têm sido feitos para esse fim. Sei, por exemplo, que quando um dos magníficos campanários da Catedral de Santo Inácio, em Xangai, foi danificado por um tufão em agosto de 1956, o Conselho Municipal de Xangai contribuiu para a sua restauração, de maneira que ela fosse completada antes do Natal.”

Dom Luiz Li, cuja família se converteu ao catolicismo há mais de três séculos, termina o seu artigo com estas palavras:

“A Igreja Católica tem cerca de três milhões de membros na China. Com exceção de poucos que colaboraram com os antigos opressores de nosso país e cometeram atos ilegais, todos eles acolheram bem a Libertação e todos se rejubilam com a crescente prosperidade de sua Pátria. É por seu desejo

que o clero dirigente e o laicato deram, recentemente, os primeiros passos para a formação da Associação Patriótica dos Católicos Chineses, organização de voluntários cujo objetivo é dar coerência ao apoio católico à construção do socialismo e criar um meio mais rápido para as consultas entre a Igreja e o governo. Não sentimos nenhuma contradição entre o amor ao nosso país e a nossa Igreja, cuja sede está em Roma. Amar nossa Pátria é amar a Deus e seguir o ensinamento do Santo Padre, o qual está de acordo com o espírito de nossa Fé e com o seu Fundador.”

4. Fiz tais citações do artigo de Dom Luiz Li porque desejei comprovar com a palavra episcopal, dita publicamente pela imprensa e pelo rádio, aquilo que ouvi do Pe. Ignace Tseu, em Xangai, e do Pe. Paul François Li, vigário-geral da Arquidiocese de Pequim. Poderia limitar-me a citar o art. 88 da Constituição, que assim está redigido: “Os cidadãos da República Popular da China gozam da liberdade religiosa”. Poderia apenas transcrever conceitos de Mao Tsé-tung em discurso já por mim comentado (Sobre o problema da justa solução das contradições que existem no seio do povo), em que ele declara:

“Somos partidários da liberdade realizada com a existência de uma direção e da democracia orientada pelo centralismo, mas isto não significa, de jeito nenhum, que os problemas ideológicos e os problemas do reconhecimento da verdade e da mentira no seio do povo possam resolver-se com métodos coercitivos. A intenção de resolver os problemas ideológicos e o problema da verdade e da mentira

por métodos administrativos e coercitivos é inútil e pernicioso. Não podemos empregar processos administrativos para liquidar a religião, nem podemos obrigar alguém a não crer.”

5. Poderíamos apenas citar os textos das leis e a opinião dos dirigentes da China, que são favoráveis à liberdade religiosa. Quisemos, porém, divulgar a verdade através do testemunho autorizado e das informações que colhemos pessoalmente. Bem sei que há opiniões contrárias respeitáveis e que já se chegou a afirmar que não se pode negar o gigantesco progresso material da China, mas que, por outro lado, aqueles visitantes do Ocidente que o louvam sem reserva são “ou infantilmente ingênuos ou culpadamente cínicos” (*either childishly naive or culpably cynical*). Mas o mesmo autor escreve, a respeito do regime chinês: “Sem querer levantar nenhuma dúvida sobre o que outros têm dito a respeito deste assunto, e falando apenas com a minha própria experiência, testemunhei somente uma política de disciplina e integridade” (*“Without wishing to cast any doubt on what others have said in this matter, and speaking only from my own experience, I witnessed only a policy of discipline and integrity”*).¹ Assim também, sem desejar contestar outros testemunhos, mas dizendo apenas o que observei, sem ingenuidade nem cinismo, mas com independência e sem paixão, é que passo a divulgar a opinião de líderes de outras religiões que se praticam na China. Sabe-se que lá existem cem milhões de budistas, dez milhões de maometanos, setecentos mil protestantes e vinte mil padres e freiras taoistas, além de três milhões de católicos romanos.

6. Muhammad Makien (Ma Chien), líder muçulmano, escreve:

“Os chineses crentes no Islã, cujo número é de cerca de dez milhões, estão finalmente livres de perseguição, discriminação e de qualquer indício de desigualdade. Sua carta de liberdade é o Programa Comum da República Popular da China. Uma vez que muitos chineses muçulmanos são também membros das minorias nacionais, para eles é muito importante que o Programa Comum não se limite à garantia de liberdade para todas as religiões, mas também assegure a qualquer nacionalidade o direito de desenvolver a sua língua ou o seu dialeto e preservar ou reformar as suas tradições, os seus costumes e crenças religiosas, de acordo com o desejo de seus membros.”²

Chao Pu-chu, membro da Associação Budista, sustenta que os seus correligionários desfrutam da mais plena liberdade de crença:

“Na China, a vida religiosa dos budistas dos três sistemas sofreu severamente durante os quarenta anos anteriores à Libertação. Guerras civis, intervenção estrangeira e governo corrupto interferiram na educação monástica e secular dos budistas. Eles também nos roubaram muitos tesouros de nossa arte religiosa... Hoje, os budistas chineses são protegidos pelo Governo Popular, não somente na prática de sua religião, mas também na preservação de seus templos históricos e obras de arte. Os monges e leigos budistas estão amparados pelo art. 88 da Constituição da República Popular da China, que trata da liberdade religiosa.”³

Num artigo sobre o desenvolvimento do cristianismo na China, o Rev. Ting Kuang-hsun, pastor protestante anglicano, informa:

“Conquanto eu não possa dizer que os serviços nas igrejas rurais estejam em ordem e bons, vi que as congregações eram grandes, o espírito era ardoroso, o cântico sentido, e o nosso clero, de modo geral, gozava uma alta estima em suas paróquias. É conhecido de todos como, no passado, a miséria levou homens e mulheres, em desespero, à oração. Agora, podemos ver que a espiritualidade não vem apenas da miséria. Ao contrário, o alívio do sofrimento conduz os homens e mulheres a agradecerem a luminosa presença de Deus.”

Eis aí os depoimentos. Quando me perguntam se há liberdades religiosas na China, costumo responder afirmativamente. E o faço à luz do que observei e do que li nos escritos de pessoas autorizadas. Ao mesmo tempo, verifiquei que é possível a realização do programa econômico do socialismo dentro do maior respeito à religião de todos. Não vejo, como já tenho sustentado⁵, nenhum antagonismo entre aquele programa e a minha fé religiosa. É também o que diz, com a sua experiência bem vivida, o Bispo católico Dom Luiz Li em seu artigo. Estou, portanto, em boa companhia.

7. E não é outra a atitude que se poderia esperar de homens como Mao Tsé-tung e os altos dirigentes da China. Quem está realizando a obra formidável de humanizar a economia de seu país não poderia rebaixar-se à prática

da opressão religiosa, que iria atirar contra si milhões de pessoas, de cujo apoio não pode prescindir para alcançar os êxitos que tem em mira.

Notas do autor:

1. Dom Eleutherius Winance, OSB – *The Communist Persuasion: A Personal Experience of Brainwashing* – New York, 1959, ed. P. J. Kenedy and Sons, pág. 197.
2. *China in Transition*, pág. 202, ed. de China Reconstructs, Pequim, 1957.
3. *Id.*, pág. 208.
4. *Id.*, pág. 213.
5. *Cristianismo Social*, ed. Organização Simões, Rio de Janeiro, 1957.



NOTAS SOBRE O SURTO INDUSTRIAL

I. O progresso industrial da China se caracteriza por um ritmo que tem despertado a admiração de eminentes economistas estrangeiros e desmoralizado o mito de que “a indústria somente pode crescer aos poucos”. Isso se deve, na opinião de observadores capazes, ao planejamento cuidadoso que obedece à linha geral traçada por Mao Tsé-tung: pensar, falar e agir com audácia; produzir maior quantidade com mais rapidez, melhor qualidade e mais economia, sob a orientação da política de desenvolvimento simultâneo da indústria e da agricultura, com prioridade para a indústria pesada. Esta política preconiza também o desenvolvimento simultâneo da indústria pesada e da leve.

Dentro dessa linha geral, abandonou-se a velha ideia de que as cidades desenvolveriam somente indústrias e que as áreas rurais desenvolveriam apenas agricultura. Assim, enquanto as cidades cuidam principalmente das indústrias, elas também tratam da produção agrícola em suas vizinhanças para atenderem às próprias necessidades. Por outro lado, enquanto as zonas rurais se dedicam preferencialmente à agricultura, elas também, na medida de sua capacidade, desenvolvem indústrias que servem à agricultura.

“O desenvolvimento simultâneo das grandes, médias e pequenas empresas, o emprego simultâneo de métodos modernos e de métodos autóctones (*indigenous*) de produção, tendo as grandes e modernas empresas como alavancas-chave – são outro importante fundamento da linha geral.”¹

É claro que o desenvolvimento industrial há de basear-se nas grandes e modernas empresas-chave, mas a construção de uma delas exige enormes recursos, consome um longo tempo, depende de técnicas que não se aprendem totalmente de uma vez com facilidade e requer equipamentos cuja aquisição sofre muitas limitações. Se, portanto, o desenvolvimento da indústria se limitar à construção dessas empresas gigantescas, não se atenderão às necessidades de toda a sociedade, não se alcançará o pleno aproveitamento dos recursos disponíveis e se diminuirá o ritmo do progresso industrial. Daí a política do desenvolvimento simultâneo das grandes, médias e pequenas empresas, e do emprego também concomitante dos métodos modernos e tradicionais na produção. Atribui-se a essa linha geral o surpreendente surto industrial da China.

2. Vou apresentar o exemplo da produção de aço. Há uma frase inglesa muito repetida: *as steel goes, so goes the economy*, vale dizer que a importância da economia de um país se mede pela sua produção de aço. Se verdadeira a frase, a China vai muito bem, vai maravilhosamente bem.

No período de 1900 a 1948 (49 anos), a produção de aço – incluindo-se a das províncias do Nordeste (Manchúria) ocupadas pelo Japão diretamente ou através do Manchukuo

durante muitos anos – foi somente de 7.600.000 toneladas, o que dá a média anual de 155.000 toneladas. Em 1949, foram produzidas 158.000. Estabelecido o primeiro plano quinquenal (1953/1957), a média anual passou para 3.300.000 toneladas, uma vez que a produção durante os cinco anos atingiu a 16.500.000. No último ano do quinquênio (1957), produziram-se 5.000.000. Em 1958, ano do grande salto para a frente, a produção alcançou mais do dobro da de 1957: 11.080.000 toneladas.

Estava programada para 1959 a produção de 18.000.000 de toneladas, inclusive o aço fabricado pelos métodos autóctones, mas se retificou a previsão para 12.000.000 porque o aço assim produzido servia apenas às necessidades elementares das comunas. Então, foi ele excluído do cômputo geral, ainda que continue a ser produzido e avaliado em cerca de 5.000.000 toneladas sob a rubrica de aço de segunda categoria. A produção em 1959 ultrapassou a prevista. Atingiu a 13.350.000 toneladas de aço, das quais 4.720.000 fundidas pelas médias e pequenas empresas. Desta maneira, a produção de 1959 foi cerca de 85 vezes maior do que a de 1949.

No Brasil, a produção de 1960 está prevista em 2.300.000 toneladas. Cito esse algarismo para se compreender melhor o surto industrial da China.

3. Isso se deve, segundo o sr. Yang Lung-kwei, diretor do *Research Bureau of the State Planning Commission*, a três causas principais: a) a boa execução do primeiro plano quinquenal (1953/1957); b) a ajuda da União Soviética e de outros países socialistas, que possibilitou rápidas soluções

para os difíceis problemas; c) a fidelidade à linha geral, que é a mais importante das causas, como se verifica pelos excelentes resultados de 1958 a 1959.

No setor do aço, enquanto o governo central promoveu, entre outras, a construção das grandes usinas de Anshan, Wuhan e Baotou, os governos provinciais instalaram usinas médias; e os municipais, aliando-se a organizações locais, montaram pequenos fornos nas escolas de grau médio, nas comunas populares, nos colégios e por toda parte. Em 1958, as fábricas de máquinas produziram, em onze meses, 10.564 altos-fornos (*blast furnaces*) com capacidade de três metros cúbicos, 5.500 fornos de fundição de aço (*steel-smelting furnaces*), incluindo-se fornos de soleira aberta (*open hearth furnaces*), fornalhas elétricas e conversores. Produziram-se também 45.113 foles (*blowers*).

Tudo isso funcionou em 1959 juntamente com o que já estava em operação no ano anterior. E, para que isso acontecesse, técnicos aos milhares ensinaram o povo e o ajudaram a melhorar os métodos tradicionais da pequena fundição. A China assim alcançou o lugar de sétimo produtor de aço no mundo.

4. Nos demais setores industriais, o êxito alcançado foi notável. Extraíram-se, em 1959, 347.800.000 toneladas de carvão mineral, ou seja, dez vezes mais do que se produziu em 1949, quando a produção atingia a 32.430.000 toneladas. Com isso, a China se colocou em terceiro lugar na produção mundial. A energia elétrica produzida em 1949 era de 4.310 milhões de kWh, quase dez vezes menor que a de 1959: 41.500 milhões de kWh.

Em proporções semelhantes foi o crescimento de outras indústrias pesadas, como petróleo, alumínio e outros metais não ferrosos, fertilizantes químicos, equipamentos metalúrgicos, potência elétrica, madeira etc. A título de ilustração, lembro que a indústria do cimento no Brasil produz anualmente 5.000.000 de toneladas, segundo a mensagem do presidente da república ao Congresso Nacional em 1960. E temos uma boa produção, embora ainda pequena para a nossa extensão territorial. Na China, a produção de cimento já alcançou 12.270.000 toneladas em 1959, quando era menor do que a nossa em 1949.

Na indústria leve, o maior crescimento verificado na China foi na fiação e tecelagem de algodão. Explica-se o fato pela contingência de terem de ser vestidas 650 milhões de criaturas. Foram produzidos em 1959 8.250.000 fardos de fio de algodão (*cotton yarn*), contra 1.800.000 fardos em 1949, vale dizer, 3,5 vezes mais. Em 1959, fabricaram-se 7.500 milhões de metros de tecido de algodão, 1.130.000 toneladas de açúcar, 11.040.000 toneladas de sal e 1.460.000 toneladas de óleos vegetais comestíveis. O valor total da produção da indústria em 1949 foi 163.000 milhões de yuans, ou cerca de 66 bilhões de dólares norte-americanos.

5. Mais importante do que o volume da produção industrial – que, em muitos setores, ainda não corresponde às necessidades da China, como é o caso do potencial elétrico (China, 1959, 6.000.000 kW; Brasil, 1960, 5.000.000 kW) – é o ritmo de seu crescimento, que se acelera de ano para ano. Tomemos alguns exemplos. O aumento médio do valor

da produção industrial no período 1950/58 foi, na China, de 28%; nos Estados Unidos, 3,7% e, na Inglaterra, 2,9%.

A produção anual de aço passou de 158.000 toneladas em 1949 para 13.350.000 em 1959. Em dez anos, aumentou, portanto, de 13.192.000 toneladas, o que representa, aproximadamente, igual volume de crescimento nos Estados Unidos em 32 anos (1872/1904) e na Inglaterra em 71 anos (1869/1940). A China duplicou a sua produção de carvão mineral num ano apenas, quando extraiu em 1957 130 milhões de toneladas e, já em 1958, 270 milhões. Para atingir a mesma produção, os Estados Unidos gastaram 14 anos (1888 – 134 milhões de toneladas) e a Inglaterra levou 37 anos (1873 – 129 milhões; 1910 – 273 milhões de toneladas).²

6. Em seu Relatório à Comissão Permanente do Parlamento, Zhou Enlai (Chou En-lai) escreve:

“A história do desenvolvimento industrial em todos os países mostra que, havendo ferro e aço, a maquinaria pode ser feita; e, havendo ferro, aço e maquinaria, é possível alcançar um rápido desenvolvimento da indústria no seu conjunto e de toda a economia nacional.”

Dentro desse espírito, ao mesmo tempo em que se procura produzir ferro e aço, desenvolvendo as grandes, médias e pequenas empresas com as técnicas modernas e autóctones, seguindo a política de “andar com as duas pernas” (*we must walk on two legs, not on one leg alone*), desenvolve-se a fabricação de máquinas-matrizes, máquinas-ferramentas (*metal-cutting machine tools*), para a produção intensiva de maquinaria simples. Assim é que, somente em 1959, foram

produzidas 70 mil unidades de máquinas-ferramentas, 205.000 toneladas de equipamentos metalúrgicos e 2.150.000 kW de equipamento para geradores de energia (*power-generating equipment*).

No total da produção da agricultura e da indústria, o valor da produção industrial aumentou de 30 % em 1949 para 63,6% em 1958; e a parcela correspondente ao valor da produção de meios de produção no total da produção industrial naquele período subiu de 26,6% para 57,3%.

“Em nosso país – escreve Zhou Enlai – já se começou a produção de 500 classes, aproximadamente, de aço, e os laminados de aço, por seu tipo e suas dimensões, chegam a 6 mil; fabricam-se muitos novos tipos de tornos pesados, prensas hidráulicas forjadas de 2.500 toneladas, equipamentos para extração de carvão e fabricação de coque, equipamentos para os grandes fornos com volume de mais de 1.500 metros cúbicos, aviões a jato, diversas marcas de automóveis, tratores, navios transoceânicos com capacidade de carga de 5 mil toneladas, equipamentos hidroelétricos para 72.500 kW e equipamentos termoelétricos para 50 mil kW, equipamentos completos para as fábricas têxteis, de papel e de açúcar etc.”

E conclui com esta frase:

“Não há forças no mundo que possam impedir que nosso país se converta, em prazo não muito largo, numa poderosa potência industrial florescente e rica.”

Disso também não duvido.

Notas do autor:

1. Os dados deste capítulo foram extraídos de trabalhos insertos nas seguintes publicações: *Peking Review*, de 9-10-1958, 13-1-1959, 1-9-1959 e 6-10-1959; *China Reconstructs* de outubro de 1958; Relatórios ao Parlamento de 1957 e 1958 e artigo em “Décimo aniversário da República Popular da China”, tudo da autoria de Zhou Enlai; Comunicado Oficial publicado em 22-1-1960.

2. Em dez anos (1949/59), foram investidos em obras básicas cerca de 114.300.000 de yuans ou, aproximadamente, US\$ 46.275.000.000. O aumento de novos capitais fixos de 1950 a 1958, empregados na construção das empresas modernas, atingiu a cifra de 71.900.000.000 yuans, ou seja, cerca de 30 bilhões de dólares norte-americanos. Nos setenta anos anteriores (1880/1949), investiram-se apenas 20.000.000.000 yuans, ou cerca de oito bilhões de dólares, incluindo-se os investimentos japoneses durante os oito anos de ocupação. Esse emprego de enormes recursos, a partir de 1950, foi fator decisivo do surto industrial. [Artigo de Li Xiannian (Li Sian-nian), em Décimo Aniversário, Pequim, 1959].

——定赶上世界水平

中国足球队在1982年世界杯预选赛中的表现，显示了我国足球运动水平的提高。



**FIM
DE
CONVERSA**

I. Os aspectos expostos até aqui possibilitam ao leitor uma visão, ainda que ligeira, da Nova China. Essa foi, pelo menos, a minha intenção. Pois é claro que não pretendi, nem seria possível nos limites deste opúsculo, focalizar todos os aspectos da Revolução Chinesa. Escolhi aqueles que respondiam às perguntas mais insistentes que me foram feitas depois de minhas visitas à China. Creio que, assim, poderia satisfazer melhor a curiosidade ocidental.

Devo, porém, ressaltar que estes aspectos valem somente como um instantâneo da vida daquele país. Porque muito acelerado é o ritmo – ou o tempo, na acepção inglesa desta palavra – do desenvolvimento chinês. Os algarismos citados exprimem, eles mesmos, apenas a situação num dado momento; e foram insertos com o objetivo de facilitar ao leitor a previsão das etapas a que atingirá o povo chinês no seu avanço para níveis de vida mais altos.

Realmente, informações mais recentes sobre o progresso realizado no primeiro semestre de 1960, em todos os setores da economia nacional, demonstram que prossegue o “salto para a frente” na indústria e na agricultura, que alcançaram agora os limites previstos para 1963. Na educação, na ciência

e nas artes continua o esforço persistente do governo e do povo. As construções de rodovias e de estradas de ferro receberam maior impulso. Assim, por exemplo, o túnel de 2.565 metros que liga as ferrovias Neichiang-Kunming e Yunnan-Guizhou (Kuichou) foi terminado 55 dias antes do prazo estabelecido. Foi inaugurada a primeira escola noturna por televisão, em Pequim, que é seguida por dezenas de milhares de pessoas em diversos cursos sobre matérias de ordem técnica.

2. Este livro serve apenas como ponto de partida para que se anteveja o que vai ser a China de amanhã.

Um estadista brasileiro, Joaquim Nabuco, há oitenta anos, previu o que se podia esperar da China. Desejo terminar estes aspectos da nova China com as palavras por ele proferidas a 1º de setembro de 1879:

“A China, eu suponho, é um país muito diverso daquele que nos representam os seus imigrantes. Não se pode compreender que uma máquina política dessa ordem tenha sobrevivido por tantos anos aos grandes Impérios ocidentais, sem que haja nas suas bases, nos seus alicerces, qualidades dignas de manter, de sustentar uma grande nação.”

E, depois de ressaltar os feitos chineses durante milênios, declara Nabuco:

“Não se pode supor que um grande Império dessa força, dessa organização, cujas origens são imemoriais, não tenha realmente muita vitalidade própria, e não seja alguma coisa muito diversa dessa nação decrépita e dessa raça que todos os dias se nos descreve como condenada a desaparecer.”

POSFÁCIO

A NOVA CHINA: 66 ANOS DEPOIS

POR DOMINGOS LEONELLI

A reedição do livro *Nova China* de Domingos Vellasco pela Fundação João Mangabeira nos ajuda muito a compreender a China do século XXI com seu socialismo de mercado e o cumprimento de uma espécie de profecia feita pelo primeiro-ministro Zhou En-lai na década de 50: “não há forças no mundo que possam impedir que nosso país se converta, em prazo não muito largo, numa poderosa potência industrial florescente e rica”. Ao que Vellasco, há mais de 60 anos, acrescentava: “Disso também não duvido.” Como se veria em 2026, ambos estavam certos.

Nova China refere-se ao período de 1949, ano da vitoriosa revolução libertadora chinesa, até o começo dos anos 60 quando se iniciou o Grande Salto liderado por Mao Tsé-tung.

Grande parte do livro é dedicado a demonstrar a profunda e objetiva afinidade entre o cristianismo católico professado ardorosamente pelo socialista Domingos Vellasco e o novo regime socialista chinês inspirado nas ideias materialistas de Karl Marx.

Vellasco que foi um dos fundadores do PSB dois anos antes da Revolução Chinesa, não hesita em afirmar que o socialismo levado à prática pela China é muito mais cristão do que o capitalismo da maior parte do mundo. Ele procura demonstrar isso com a firme orientação do Partido Comunista Chinês em colocar todo o progresso econômico da China a serviço do bem-estar de seu povo, inclusive das crianças e dos idosos, da saúde, da educação, das melhores condições de trabalho e da dignidade de todos os cidadãos.

Domingos Vellasco tinha 61 anos quando escreveu seu pequeno livro, que ele próprio chama de opúsculo, sobre a

Nova China. Ele já havia, àquela altura, cumprido uma longa e profícua trajetória política desde o movimento tenentista de 1920, quando participou da revolta de 5 julho de 1924 em São Paulo e depois apoiando a Revolução de 1930. A partir daí posicionou-se sempre a favor dos direitos dos trabalhadores, dos altos interesses nacionais e do socialismo democrático. E quando fundou a Esquerda Democrática e depois o Partido Socialista Brasileiro, junto com o advogado baiano João Mangabeira e outros intelectuais brasileiros, já havia lido as obras de Karl Marx e agregado às suas profundas convicções cristãs, os principais conceitos econômicos do socialismo. Convenceu-se de que era possível realizar de forma democrática a superação do capitalismo. Vellasco chegou a travar elevado debate com Luiz Carlos Prestes que nos anos 40 do século passado era o grande líder do PCB. Apoiou Getúlio Vargas na defesa dos direitos trabalhistas e na defesa da Petrobrás, mas se opôs firmemente a ele no plano democrático.

Foi, portanto, um experimentado lutador pelo socialismo democrático e um intelectual católico respeitado em todo Brasil que testemunhou a primeira fase da Revolução Chinesa e o início da construção do socialismo no grande país asiático.

NOVA CHINA DE VELLASCO EXPLICA A CHINA ATUAL

Quando afirmo que o livro de Domingos Vellasco nos ajuda muito a compreender a China da terceira década do século XXI é porque o mais recorrente argumento antissocialista é que o progresso alcançado pela segunda

economia do mundo, deve-se, exclusivamente, a abertura às empresas capitalistas realizadas a partir das reformas de Deng Xiaoping ao final da década de 70. O argumento tenta desqualificar o grande esforço revolucionário realizado pelo povo chinês e pelo seu Partido Comunista até a vitória da Revolução em 1949 e depois dela nos primeiros dez anos de socialismo na China. Os dez anos iniciais foram aqueles em que justamente se implantaram as bases sobre as quais evoluiu o projeto nacional de desenvolvimento da China. E sem esse projeto não teria sido possível a abertura de 1978. Um projeto nacional que proporcionou um desenvolvimento industrial pari-passu ao crescimento da produção agrícola. Proporcionou também a formação de mão de obra especializada e de técnicos, num grande esforço educacional, a construção de uma hegemonia cultural revolucionária e o envolvimento de todo o povo no compromisso com a revolução chinesa.

É deste período histórico que nos fala o livro *Nova China* de Domingos Vellasco.

Vellasco começa por nos recordar do significado da Libertação, denominação que os chineses se referem à Revolução de 1949: “Hoje o povo chinês tem consciência de que é dono de sua terra e de seu destino. Tem um governo que se respeita e, por isso mesmo, impõe respeito a todos”. Antes da Libertação, continua Vellasco, “o povo chinês sofreu muito durante séculos, sobretudo no último século. Em Xangai, cita ele na entrada do Jockey Club inglês havia um aviso: “*No allowance to dogs and chinese people*”. “Proibida a entrada de cachorros e chineses.”

A Revolução de 1949 marca uma enorme fronteira entre o passado de fome, miséria, ópio e dominação inglesa e japonesa, que incluiu a proteção norte-americana a Chiang Kai-shek em Formosa e o início da recuperação da independência nacional chinesa. O socialismo chinês é um marco de libertação nacional e, de alguma forma, de retomada do ancestral Império do Meio quando a China se considerava o centro da civilização mundial. Mas o primeiro desafio do novo regime socialista eram os simples e elementares fenômenos que atingiam a maioria do povo: a fome e o frio. Como alimentar e vestir uma população de 650.000.000 de chineses em 1949.

Se ainda hoje, em 2026, metade da população de 1,4 milhões de pessoas vive no campo, em 1949 essa proporção era ainda maior: dos 650 milhões de habitantes, 500 milhões estavam na área rural chinesa.

Assim, segundo Vellasco, “o primeiro problema que o novo governo teve de enfrentar foi o secular problema da fome e do frio que dizimavam milhões de criaturas anualmente. Havia necessidade de produzir alimentos, roupas e combustíveis em grande quantidade. Isso obrigou o governo a cuidar, primeiramente, da produção agrícola o que se fez no período de 1949 a 1951, para depois lançar o Primeiro Plano Quinquenal em 1953, abrangendo a industrialização, a modernização da agricultura, a ampliação da rede de transportes, a formação de técnicos, enfim todos os ramos das da economia e das finanças chinesas. Em 1958, iniciou-se a política do “Grande Salto para a Frente”. Como concluiu seu livro ao final de 1960, Velasco não pôde registrar os resultados

negativos dessa política, tampouco prever sua relação com outro grande desastre político futuro: a Revolução Cultural.

Sempre estabelecendo paralelos entre a China e outros países, inclusive o Brasil, o autor goiano descreve todo o processo político, social e jurídico, da Reforma Agrária chinesa e atribui ao sucesso da mesma o resultado positivo do incrível aumento da produção agrícola da Nova China. “Em dez anos, a China, com um quarto da população da Terra, aumentou em 130% a sua produção de alimentos, enquanto a população cresceu apenas 20%. Em 1949, cada chinês podia comer por ano 399 jin (199,5 kg) de alimentos. Em 1959 ele teve a sua disposição 750 jin (375 kg). Para que se compreenda o que foi essa luta contra a fome, vou comparar o aumento da produção de trigo na China com o de alguns países ocidentais. De 1949 a 1959, o aumento anual foi de 9.75% na China. Na Itália 4.02%. Na França 3.06%. Nos EUA 2.34%. No Canadá 1.55%. Em números absolutos, a China produzia em 1949, 216 milhões de jin (108.000.000 de toneladas) de trigo. Em 1959 a colheita atingiu 500.000 milhões de jin (250.000.000 de toneladas).”

Confirmando as observações de Elias Jabbour, esse grande estudioso do socialismo na China, já agora no século XXI, Domingos Vellasco relata o primeiro Plano Quinquenal de 1953 como grande fator de organização das bases industriais que viriam a ser a infraestrutura do desenvolvimento ulterior da China.

Sempre articulando campo e cidade, produção agrícola e produção industrial, a Comunas Populares constituíam-se nos núcleos de desenvolvimento em toda a China.

Segundo Vellasco, as comunas eram organizadas de forma extremamente democrática com seus dirigentes eleitos por voto direto. E enquanto o Governo tratava da grande indústria pesada, as comunas organizavam as pequenas fábricas.

“Em Hwan-pi foram construídas 14 pequenas fábricas de ferramentas agrícolas pelas autoridades nacionais. As comunas construíram 87 oficinas, as autoridades regionais e brigadas de produção construíram 506 fábricas. Foram empregados 110 mil operários na produção de ferro-gusa. Em quatro meses, 1.012 fornos caseiros fabricaram 4.100 toneladas de ferro e 170 toneladas de aço de segunda ordem. Foram extraídas 50 mil toneladas de minério de ferro. A produção de coque atingiu 2.600 toneladas, a de carvão 1.720 toneladas e a de carvão bruto inferior, 620 toneladas. Essa indústria local aliviou a grande indústria, que pôde ser mobilizada para a produção dos equipamentos pesados e, ao mesmo tempo, incentivou a formação de operários especializados que foram recrutados para ampliação dos quadros industriais mais avançados”.

Continua Vellasco, “... esse desenvolvimento impôs a criação de novos institutos de educação.” E transcreve pronunciamento de Chou En-lai: “Como predisse o camarada Mao Tsé-tung “Com o apogeu da edificação econômica começará inelutavelmente o apogeu da edificação cultural.”

¹. De 1949 a 1958, o número de estudantes de grau superior aumentou de 117 mil para 660 mil alunos e em 1959 subiu para 810 mil. O número das escolas médias especializadas (escolas técnicas) cresceu de 229 mil para 1.470.000 ou seja 5,4 vezes.”

Nos primeiros 10 anos de socialismo, a China já tinha 85% das suas crianças em escolas.

Eis aí a gênese de uma nova China que em 2026 está batendo recordes mundiais em tecnologia, em inteligência artificial e em pesquisa científica.

O GENEROSO E HUMANO SOCIALISMO CHINÊS

Além do progresso material Vellasco dedica grande parte do seu livro ao caráter generoso e humano do socialismo nos primeiros anos da revolução libertadora e do socialismo chinês.

“Realmente, a Lei do Casamento, promulgada logo após a Libertação, revolucionou o milenar sistema matrimonial. Diz logo, em seu artigo primeiro que ‘o arbitrário e compulsório sistema feudal de casamento, que é baseado na superioridade do homem sobre a mulher e que ignora os interesses dos filhos, será abolido’. O texto estabelece a igualdade de direitos, a livre escolha dos cônjuges e a proteção legal dos filhos. O artigo segundo proíbe a bigamia, o concubinato, as núpcias de crianças, a interferência contra o casamento de viúvas e a doação de dinheiro ou presentes em conexão com o casamento.” Segundo Vellasco, “a lei sacudiu a estrutura feudal da China e elevou o nível moral da família chinesa.”

A igualdade entre homens e mulheres e a proteção das crianças tem um profundo significado revolucionário na China dos anos 50. Mas o que levou o nosso socialista cristão às lágrimas foi o cuidado com os velhos: “Estou em LuTai. A comuna tem nove casas para velhos desamparados. Visito uma que abriga 65 de ambos os sexos: um pavilhão para as mulheres e outro para os homens. Tudo modesto, mas limpo.

O doutor que dirige o posto médico explica-me que a casa dos velhos fica sempre junto ao posto... recordo-me dos velhos de todo mundo que vivem sem lar, sem comida, sem roupa, sem parentes e amigos.”

“E, por isso, que lágrimas me vêm aos olhos... E me pergunto: porque um país pobre com 650 milhões de habitantes, pode em dez anos resolver o problema da velhice desamparada, enquanto outros mais ricos e sem as dificuldades da superpopulação ainda permanecem perplexos diante dele?”

Em relação aos cuidados com as crianças, Vellasco registra que a (então) nova Estação Ferroviária de Pequim com 46 mil metros quadrados e construída em apenas 7 meses por 1.800 operários, possui uma característica inédita: a Mu Zi Hou Che Shi uma sala para mães e crianças. “não existe em nenhuma estação ferroviária do mundo que conheço. Não a vi em Nova York, Chicago, Londres, Quebec, Paris, Roma, Amsterdã, Moscou, em São Paulo, Buenos Aires, Tóquio, Istambul, Varsóvia, Leningrado ou Berlim. Há duas na estação de Pequim. Dividida em dois amplos compartimentos, um com toda sorte de brinquedos para que os meninos se distraiam, vigiados pelas mães e pelas nurses que ali trabalham. Outro com iluminação apropriada que serve de dormitório para as crianças e de repouso para mães e gestantes”.

LIBERDADE E DEMOCRACIA

O socialismo trouxe para a China condições de igualdade de direitos, liberdade individual e dignidade que durante séculos de dominação estrangeira “os séculos de humilhação”

- eram negados ao povo chinês. E Domingos Vellasco examina com rara coragem política essas questões na China socialista. Ele começa com uma contestação absolutamente pertinente: “Enfaticamente, o Ocidente chama a si mesmo de mundo livre. Num dos discursos que pronunciou em sua viagem ao Brasil (fevereiro de 1960) o presidente dos Estados Unidos ainda empregou aquela expressão para designar os países que vivem sob o regime capitalista, em contraposição ao mundo escravo, que é formado pelos países socialistas. Naqueles há liberdade, nestes não.”

“Até onde isso é verdade?”- foi a primeira pergunta que me fiz ao entrar na China. Dentre os conceitos de liberdade, o que me parece mais simpático é aquele que a define como o exercício tranquilo do direito. Se o indivíduo goza, pacificamente, de seus direitos, então ele é um homem livre.”

E Vellasco prossegue no seu questionamento indagando se os negros norte-americanos na década de 50 gozavam de plena liberdade. E se os regimes políticos de Salazar, em Portugal, Franco na Espanha, Stroessner no Paraguai, Trujillo na República Dominicana, sob regime capitalista faziam parte do chamado “mundo livre”.

Vellasco cita, inclusive, a teoria das contradições de Mao Tsé-tung para definir quem são os inimigos do povo. Ressalta o direito do Estado chinês de defender o socialismo. Para o povo, subsistem todos aqueles direitos inscritos na Constituição, isto é, a mais completa liberdade democrática, mas para os inimigos do povo - quer dizer, para os que estão contra a China e a favor do retorno à situação anterior, na qual o povo se submetia ao imperialismo japonês e ao regime

de concessões que espoliavam a China - prevalece a ditadura com todas as sanções.”

E para explicar outro conceito político importante na China, o centralismo democrático, Vellasco recorre a outra citação de Mao Tsé-tung: “Não podemos forçar as pessoas que deixem o idealismo, nem podemos obrigá-las a que aceitem o marxismo. Todos os problemas de caráter ideológico, todas as questões litigiosas no seio do povo, podem resolver-se unicamente através de métodos democráticos (os métodos do estudo, da crítica, da persuasão e da educação) e nunca por métodos coercitivos e repressivos.”¹

Como já disse, Domingos Vellasco não poderia adivinhar que as justas palavras de Mao seriam desmentidas pela violência da Revolução Cultural a partir de 1966.

“Cristão e católico romano, fiel à minha Igreja, nada vi na China que repugnasse a fé que professo. Ao contrário disso, encontrei praticados por não cristãos muitos dos preceitos do Cristo.”

Domingos Leonelli – Deputado Federal Constituinte

Coordenador de Formação Política da

Fundação João Mangabeira - PSB

1. MAO TSÉ-TUNG. “Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo”. Discurso proferido na XI Sessão Ampliada da Conferência Suprema de Estado. Pequim, 27 de fevereiro de 1957. In: *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung. Tradução de Edições em Línguas Estrangeiras da Editora do Povo de Pequim. São Paulo: Alfa-Omega, v. 5, 2012.*



Acervo da família (foto recuperada digitalmente)

Domingos Vellasco e o presidente da República Popular da China, Mao Tsé-tung

BREVE BIOGRAFIA DE DOMINGOS VELLASCO

Foi militar, magistrado, jurista, advogado, jornalista, pesquisador, historiador, escritor, ativista, diplomata e político brasileiro que serviu como deputado federal, senador por Goiás e ministro do Tribunal Superior do Trabalho; também foi deputado federal pelo Rio de Janeiro. Participou do Movimento Tenentista. Foi um dos membros e fundadores da União Democrática Nacional (UDN), em 7 de abril de 1945, da ala Esquerda Democrática da UDN e, posteriormente, do Partido Socialista Brasileiro em 1947, sendo um dos dois primeiros deputados socialistas do Brasil e o primeiro senador socialista de todo continente americano.

PRIMEIROS ANOS

Domingos Netto de Vellasco era filho de Anna Maria Netto de Vellasco e de Francisco d'Abadia de Vellasco, nasceu no domicílio dos seus pais, no município de Goiás, no dia 8 de outubro de 1899.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Depois de ter cursado o primário na Escola Dona Pacífica, na antiga capital de Goiás, ter estudado no Lyceu de Goiaz e no Colégio Militar do Rio de Janeiro, Vellasco ingressou na Escola Militar do Realengo, também sediada no Rio de Janeiro. Lá, um “trote” aleijou-o. Veteranos ordenaram-lhe que ficasse de quatro. Um deles sentou-se no “lombo” de Vellasco e o grupo obrigou o calouro a dar inúmeras voltas em torno da piscina da escola. Horas depois, quando permitiram que Vellasco se levantasse, o seu joelho esquerdo estava completamente lesionado. Naquela época, diagnosticaram-no “sem cura”. Desse modo, Vellasco ficou deficiente da perna esquerda e, para auxiliá-lo a andar, teve de usar bengalas.

Em 1920, Domingos Netto de Vellasco saiu da Escola Militar do Realengo, com deficiência física, como primeiro-tenente. Juarez Távora e Cordeiro de Farias foram seus colegas de turma. A atração pela carreira militar teve uma explicação na família: o seu pai, Francisco d’Abbadia de Vellasco, “foi o primeiro goiano que se apresentou como voluntário na Guerra do Paraguai”. Vellasco tocava piano e violão, dentre outros instrumentos musicais. Durante alguns anos cursou Odontologia e Engenharia, mas só se graduou em Direito.

CASAMENTO E FAMÍLIA

No dia 13 de outubro de 1921, às 17h30min, o tenente Domingos Netto de Vellasco casou-se com Irisbella Rosa Marques de Paula, goiana, diante do Juiz de Paz e Casamentos, general Luiz Guedes D’Amorim, na residência dos pais da noiva, situada na Praça 11 de Junho, na cidade de Goiás.

Domingos Vellasco e a sua esposa tiveram dois filhos: Colmar de Paula Vellasco, nascido em 1923, e Cleone de Paula Vellasco, em 1924, alunos do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, depois graduados como engenheiros civis na Escola Nacional de Engenharia, também no Rio de Janeiro. Ambos tiveram cinco netos: dois filhos do Dr. Colmar de Paula Vellasco, e três filhos do Dr. Cleone de Paula Vellasco.

CARREIRA POLÍTICA

Seu ingresso na política iniciou-se ao tomar parte do movimento tenentista, na década de 1920. A partir disso, Domingos seguiria ao Secretariado do Interventor Federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, e, por fim, assumiria o parlamento federal por Goiás e pelo Rio de Janeiro.

MOVIMENTO TENENTISTA

Entre 1920 e 1921, colaborou na *Revista dos Militares*, de Porto Alegre. Em Goiás, fundou e dirigiu *A Imprensa*, jornal especializado em política, linha de frente da Reação Republicana, movimento que promovia, entre 1921 e 1922, a candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República. A vitória de Artur Bernardes levou Vellasco ao Movimento Tenentista. Revoltado com as perseguições, participou da revolta de 5 de julho de 1924 em São Paulo.

Como grande número dos tenentistas, Vellasco passou a apoiar a Aliança Liberal, com o objetivo de quebrar a hegemonia de São Paulo, que, em oposição à política do café com leite, lançou Getúlio Vargas como candidato próprio a presidente do Brasil. Vellasco ficou do lado de Vargas,

candidato a presidente apoiado pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais. Com a derrota deste, deu apoio à Revolução de 1930.

Goiás estava dominado pela oligarquia da família Caiado. Alguns opositores do caiadismo decidiram criar no município de Anápolis, Goiás, um comitê de apoio à Aliança Liberal. Em 13 de outubro de 1929, em Anápolis, reunidos vários eleitores, na presença de Domingos Vellasco e de Mário de Alencastro Caiado, organizaram o comitê da Aliança Liberal de Anápolis, solidário com o extinto Partido Republicano de Goiás, para dar suporte eleitoral à campanha de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República. Resolveram, ainda, comunicar o ocorrido ao presidente Antônio Carlos, chefe da Aliança Liberal, hipotecando à sua Excelência o apoio do comitê, e manifestar o acatamento à administração de Alfredo de Moraes, enquanto estivesse agindo consoante a sua plataforma liberal.

Assinaram o documento, entre outros eleitores: Domingos Netto de Vellasco, Mário de Alencastro Caiado, João Luiz de Oliveira, Hermógenes Monteiro, José Rodrigues Jucão, Augusto Nominato, Lázaro Rodrigues de Sousa, Benedito Luiz de Oliveira, Sebastião Alarcão, Joaquim Flausino Teixeira e Querubino Pires Batista.

Em Anápolis, os membros da Aliança Liberal foram intimidados por caiadistas a não comparecerem às urnas, sob pena de espancamento. No dia das eleições, os aliancistas foram impedidos de votar, tanto que os candidatos da oposição não tiveram nenhum voto na cidade. Foi um dos fatores que levou à Revolução de 1930.

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE GOIÁS

Ao se tornar presidente da República, Getúlio Vargas indicou interventores federais para os Estados. Vellasco foi o nome sugerido a interventor do Estado de Goiás pelo presidente Vargas e pelos aliados goianos. Mas não aceitou, alegando que só cumpriria mandatos quando eleito pelo povo. Havia uma disputa entre Mário de Alencastro Caiado e o médico Pedro Ludovico Teixeira para governar Goiás. O parentesco de Mário travou a indicação. Vellasco então indicou ao presidente Vargas o nome de Pedro Ludovico Teixeira. E ficou acordado entre os aliados goianos que Vellasco seria o candidato a governador de Goiás na primeira eleição popular. Em 23 de dezembro de 1930, Ludovico Teixeira foi nomeado Interventor do Estado de Goiás e ficou no comando do Estado até 1945. Quando empossado, Ludovico convidou Vellasco para chefe de polícia de Goiás e, em seguida, para o cargo de secretário de segurança.

Pouco depois de empossado na Secretaria de Segurança de Goiás, Vellasco baixou portaria coibindo a utilização da polícia na cobrança de dívidas entre patrões e trabalhadores. Alguns dias depois, convidou os patrões a se reunirem às 10 horas e os camaradas às 15 horas do dia 7 de dezembro (domingo) no edifício do governo municipal, para debater:

- a) salários mínimos;
- b) cadernetas de contas;
- c) assistência médica e acidentes no trabalho;
- d) outros assuntos.

Na sequência dessa intervenção, Vellasco redige e obtém de Pedro Ludovico Teixeira o Decreto 411, cujo introito justifi-

cativo diz: “Considerando que é antijurídica a situação das relações entre patrões e camaradas, em alguns municípios deste Estado; considerando que há vultoso capital empregado nas contas de camaradas e merecedor de amparo legal, de vez que foi empregado de boa-fé; considerando também que ao camarada assiste o direito de ter justa remuneração e outras garantias ao seu trabalho...”. O Decreto 411, de 23 de dezembro de 1930, publicado no *Correio Oficial* de 30 de dezembro de 1930, da autoria de Vellasco, representou uma tomada de posição política do governo goiano diante de uma situação escandalosa de patrocínio da ilegalidade. Mandava que a caderneta de contas ficasse em poder do trabalhador, estabelecia uma tabela de salários mínimos, proibia a contratação de menores sem assistência de curadores e estabelecia a Secretaria de Segurança Pública como órgão de fiscalização de relações de trabalho no campo e o secretário como árbitro ao qual competia aplicar multas e mandar prender os que fugissem aos termos dos contratos. No final de 1931, Vellasco assumiu a Procuradoria dos Negócios de Goiás no Rio de Janeiro.

CLUBE 3 DE OUTUBRO

Nesse ambiente, os principais líderes da facção tenentista decidiram criar uma organização política que sistematizasse as propostas do grupo e unificasse sua atuação. Essa organização política foi denominada Clube 3 de Outubro, fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por pessoas vinculadas ao movimento tenentista, em apoio ao governo provisório de Getúlio Vargas. Domingos Vellasco tornou-se integrante do Clube 3 de Outubro em 1932. Domingos

foi o comandante-geral das forças goianas no combate à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo.

DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE DE 1934

Em 1933, Domingos Netto de Vellasco foi eleito deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte, pelo Partido Social Republicano de Goiás, ao lado de Mário de Alencastro Caiado, José Honorato da Silva e Sousa e Nero de Macedo. Na Assembleia Constituinte de 1933-1934, o PSR dividiu-se: uma ala dita “esquerdista”, representada por Vellasco, Wagner Estelita Campos, Paulo Fleury da Silva e Sousa e Dário Délío Cardoso, e a corrente moderada, com a maioria dos líderes. Vellasco era um dos líderes da dissidência.

Domingos Netto de Vellasco pensava no social de modo amplo e defendia a necessidade da intervenção do Estado na economia. Apresentou à Comissão Constitucional, em 19 de dezembro de 1933, uma emenda que daria à União competência para intervir no funcionamento do sistema econômico do País, reorganizando-o “conforme os princípios da justiça social e as necessidades da vida nacional”. Entre os pontos principais dessa emenda, constava o que permitia a socialização de empresas econômicas, mas com base na lei e quando assim o exigisse o interesse público.

Em linhas gerais, Vellasco defendeu, de modo orgânico, a intervenção do Estado na economia, com finalidades sociais e com o objetivo de reordená-lo em nome do bem comum. Leitor de Karl Marx, discordava do pensamento leninista e acreditava no socialismo democrático. Era um cristão socialista e não um comunista. Defendeu, na elaboração da

Constituição de 1934, a limitação do lucro à justa distribuição do capital, pertencendo o excesso, em 2/3, à União, aos estados e aos municípios.

DISPUTA PELO GOVERNO ESTADUAL DE GOIÁS

Em 1934, Domingos Neto de Vellasco rompeu com Pedro Ludovico Teixeira, no Congresso de Ipameri, consolidou seu apoio político com a base caiadista, inclusive com Totó Caiado se candidatando ao lado de Domingos ao Senado. Subsequentemente, ele foi eleito deputado federal e disputou na eleição indireta pelo governo de Goiás em 1935, porém, dado o fato de que a maioria qualificada estava com o Partido Social Republicano, Ludovico venceu por 16 a 8. O fato era que Domingos foi preterido pelo grupo situacionista para ser o candidato da base governista.

Ele formalizou a Coligação Libertadora, após a fundação do Partido Libertador de Goiás em 25 de julho de 1934, com apoio, além de Caiado, de Alfredo Lopes de Moraes e o desembargador Emílio Francisco Póvoa.

ESTADO NOVO

Em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo foi instaurado por Getúlio Vargas, durando até 29 de outubro de 1945, caracterizado pela centralização do poder, pelo nacionalismo, pelo anticomunismo e pelo autoritarismo. Domingos Vellasco foi opositor do Estado Novo. Entre outras acusações, o deputado Domingos Vellasco bradava que Vargas não permitia que os brasileiros procurassem petróleo livremente no território nacional.

Durante o Estado Novo, Vellasco buscou a criação da carteira de trabalho e da Justiça do Trabalho; pela implantação do salário mínimo; pela estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço – revogada em 1966, substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) –; pelo descanso semanal remunerado; pela regulamentação do trabalho dos menores de idade, da mulher e do trabalho noturno; pela jornada de trabalho em oito horas diárias de serviço, e pelo direito à aposentadoria a todos os trabalhadores. Vellasco defendeu a ANL. Posicionou-se, com os deputados Octávio da Silveira e Abguar Bastos, contra a expulsão de sargentos, praças e oficiais do Exército que participaram de comício da ANL. No plenário da Câmara, o deputado, próximo das lideranças da ANL, contra-atacou, baseando-se na mesma lei para pedir a suspensão das atividades da Ação Integralista Brasileira.

Diante das ameaças crescentes contra as liberdades públicas, os deputados federais Domingos Netto de Vellasco (PSR-GO) e João Café Filho (Aliança Social-RN), mais dezenove deputados federais e o senador Abel Chermont (UPP-PA), fundaram, em 11 de novembro de 1935, o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, para combater o avanço do integralismo, a aplicação da lei de segurança nacional, defender a vigência das liberdades constitucionais e o cumprimento do rito processual legislativo.

PRISÃO

Conferindo ao governo poderes de repressão quase ilimitados, as medidas repressivas solicitadas pelo Poder

Executivo e aprovadas pelo Parlamento tornavam vulneráveis até mesmo os próprios parlamentares. Com a edição do Decreto n.º 702, de 21 de março de 1936, que declarava, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra a comoção intestina grave, articulada em diversos pontos do País desde novembro de 1935, com a finalidade de subverter as instituições políticas e sociais, o presidente Getúlio Vargas deu o passo decisivo para a implementação do regime de exceção, demonstrando dentro da própria Casa legislativa a força que então passava a deter. Um outro decreto – aprovado por uma seção permanente do Senado, que estava em recesso – eliminava mais algumas garantias que ainda prevaleciam durante o estado de guerra interna, como as imunidades parlamentares.

Velasco era um socialista cristão, não comunista. Mesmo assim, foi acusado de pertencer a um grupo que pretendia organizar um levante revolucionário similar à Intentona Comunista de 1935. No dia 23 de março de 1936 – apenas dois dias após a decretação da medida excepcional –, a força policial de Filinto Müller prendeu quatro deputados opositores: Domingos Netto de Velasco, João Mangabeira (Concentração Autonomista-BA), Otávio da Silveira (ANL-PR) e Abguar Bastos (PL-PA), e o senador Abel Chermont (UPP-PA), integrantes do Grupo Pró-Liberdades Populares, especialmente devido ao apoio dado à Aliança Nacional Libertadora.

A prisão de Velasco e dos seus aliados por Filinto Müller provocou protestos por parte dos deputados da Minoria. Para legalizar essa medida, o procurador criminal da República encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 3 de maio, uma

solicitação de suspensão das imunidades parlamentares para instaurar processo-crime contra os deputados presos. O deputado João Café Filho (Aliança Social-PN) protestou contra essa medida.

Os deputados Pedro Aleixo (PP-MG) e Adalberto Correia Sena (PRL-RS) representaram o governo no Congresso Nacional, em contrariedade à minoria parlamentar que se colocara contra a proposta do ministro da Justiça e do procurador. A relatoria do parecer coube ao deputado Alberto Álvares (Representante dos empregadores da lavoura e da pecuária-MG), que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 29 de junho e ratifica a autorização, solicitada pelo procurador criminal da República e concedida pela Sessão Permanente do Senado, para instaurar processo-crime contra os deputados Domingos Vellasco, Otávio da Silveira, Abguar Bastos e João Mangabeira.

Depois de intensas discussões nos dias 6 a 8 de julho de 1936, o Plenário da Câmara dos Deputados aceitou a justificativa para as prisões e autorizou o processo contra os parlamentares presos. A proposição foi aprovada por 190 votos contra 59, depois de acirrados debates e apesar dos protestos da minoria opositora, liderada pelo deputado João Neves da Fontoura (PRR-RS). O Parlamento acabou cedendo, também, às pressões governistas para a prorrogação do estado de guerra. Nessa ocasião, a minoria parlamentar, defendendo o respeito às imunidades, conseguiu eleger o deputado Domingos Netto de Vellasco (PSR-GO), que se encontrava na prisão, para membro da Comissão de Segurança Nacional. Domingos Netto de Vellasco escreveu a sua Defesa

Prévia (Rio de Janeiro, Editora Apollo, 1937) junto ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e, ao se defender, jamais negou as suas convicções políticas em prol do socialismo, mas argumentou que, apesar de simpatizante da ANL, não apoiava a ideologia do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em 12 de maio de 1937, Domingos Vellasco e Abel Chermont foram julgados e absolvidos pelo TSN e postos em liberdade. João Mangabeira teve a sua pena anulada pelo Superior Tribunal Militar (STM). Abguar Bastos foi condenado a seis meses de prisão. Octávio da Silveira teve a pena reduzida, também pelo STM, de três anos para seis meses. A atuação política de Vellasco foi um pretexto para o fechamento do Congresso Nacional, em 11 de novembro de 1937.

A UDN E A ESQUERDA DEMOCRÁTICA

No contexto da crise da ditadura, Vellasco participou ativamente do movimento em prol da redemocratização e da criação da União Democrática Nacional (UDN), em 7 de abril de 1945. Domingos integrou a Comissão de Estudos de Direito Eleitoral e Organização Partidária da UDN. O partido reunia os opositores ao governo de Getúlio Vargas. Havia simpatizantes do socialismo e de outras correntes de esquerda, muitos deles atingidos pela repressão do Estado Novo.

Vellasco participou da fundação da ala Esquerda Democrática (ED) da UDN, que defendia o aprofundamento das conquistas sociais do governo de Vargas. O objetivo da ED era combinar as transformações sociais com ampla liberdade civil e política. Baseava-se em um conceito amplo de esquerda: socialismo construído de forma gradual e legal,

o nacionalismo e a defesa da democracia. Diferenciava-se dos udenistas que defendiam o liberalismo econômico, e do socialismo autoritário e estatista dos comunistas. O seu programa defendia o regime representativo, a liberdade sindical e de organização partidária, a saúde pública, o ensino gratuito, a reforma agrária, a industrialização e o divórcio.

Ao lado de Vellasco, à esquerda, estavam Sérgio Buarque de Holanda, Herculino Cascardo, Hermes Lima, João Mangabeira, Juracy Magalhães, Edgar de Castro Rabelo, Joel Silveira, José Lins do Rego, Rubem Braga, Osório Borba, Jáder Moreira de Carvalho, Antonio Candido de Mello e Souza, Gilberto Freyre, Ozório Borba, Mário Apolinário dos Santos, Aluísio Campos, Nestor Duarte, Hélio Pellegrino, Roberto Gusmão, Bruno de Mendonça Lima, Paulo Emílio Salles Gomes e Azis Simão, entre outros intelectuais brasileiros. Inicialmente, também os comunistas Astrojildo Pereira e Caio Prado Júnior fizeram parte da Esquerda Democrática, mas retornaram ao PCB quando da legalização do partido. Vellasco foi imediatamente eleito pelos seus correligionários como Secretário-Geral da Esquerda Democrática. Em 25 de agosto de 1945, a Esquerda Democrática, como bloco autônomo dentro da UDN, concorreu na mesma legenda da UDN para as eleições nacionais.

DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE POR GOIÁS EM 1946

Em 2 de dezembro de 1945, embora o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN a presidente, tivesse sido derrotado por Eurico Gaspar Dutra, candidato de Vargas, o partido conseguiu eleger 77 deputados federais – entre eles Vellasco, por Goiás, e dez senadores. Como deputado federal,

Velasco teve atuação na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 5 de fevereiro de 1946. No Congresso Nacional, assumiu a liderança da defesa do monopólio estatal do petróleo. Como Constituinte, Velasco foi o relator-geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light e membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária.

Conforme os Anais da Câmara dos Deputados, logo no início dos trabalhos constituintes, Domingos Velasco tomou a palavra para manifestar-se veementemente contrário à vigência da Constituição de 1937 (II,343; II, 377) e para ler documento elaborado pela Esquerda Democrática analisando a conjuntura política-econômica do momento e criticando a postura governamental de repressão às greves (III, 51). Também ocupou a tribuna para proferir vários discursos enfocando a situação da pecuária no Brasil Central (IV, 226-231; VIII, 397-400; XIV, 523-524; XVII, 204; XIX, 359) nos quais criticou duramente os proprietários dos frigoríficos e os “grupos do capital financeiro internacional” por estarem especulando no mercado de carnes em detrimento dos fazendeiros criadores de gado, e expôs várias reivindicações dos pecuaristas ao governo central.

Além disso, posicionou-se diversas vezes contra as medidas governamentais de repressão ao movimento grevista e sindical, e manifestou-se favorável ao mandato de quatro anos para deputados e para presidente da República, e veementemente contrário à concessão à Câmara e ao Senado Federal da prerrogativa de suspensão das imunidades dos parlamentares.

Na condição de relator-geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light, posicionou-se a favor da readmissão dos trabalhadores demitidos durante a greve na empresa anglo-canadense (XII,336). Apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, a de n. 3.550, regulamentando a aposentadoria, por tempo de serviço, do funcionalismo público.

Em 6 de agosto de 1947, a Esquerda Democrática da União Democrática Nacional (ED-UDN) transformou-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB), com o mesmo programa e propostas da ala esquerdista da UDN. O PSB contava na sua bancada com os dois deputados federais, Domingos Vellasco, em Goiás, e João Mangabeira, na Bahia, eleitos pela ED. Vellasco foi a Roma conversar com o Papa Pio XII sobre os alicerces do socialismo cristão no PSB.

O PSB propunha-se a ser de “todos os que dependam do próprio trabalho”. Defendia reformas imediatas como a nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a garantia de saúde e educação públicas, além do desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular. Teve, na *Folha Socialista*, desde 1947, um centro de debates. Em 1950 tornou-se um semanário, vendido em bancas, combinando o debate político com as informações cotidianas.

O EMBATE COM PRESTES

Em 1948, envolveu-se em uma polêmica com Luís Carlos Prestes, que o denunciava como mesmerizado pelo imperialismo. Em longo artigo no jornal *Diário de Notícias*,

do Rio de Janeiro, de 20 de junho de 1948, Domingos Vellasco discorreu sobre a “incapacidade política dos dirigentes comunistas” e divulgou alguns dos ensinamentos socialistas. Nesse artigo, o deputado manifestou-se, alegando que “(...) cabe-lhes (aos comunistas) a maior parcela de responsabilidade no retrocesso democrático em que vivemos. (...) Nestes três anos, eles (os dirigentes comunistas) têm cometido erros fundamentais (...) críticas em nada influem na orientação do comunismo internacionalizado. Servem, porém, para definir posições. (...) O PSB sempre acertou, nestes três anos de vida, porque tem quadros mais experientes e mais capazes que os do PCB.(...) Podemos admirar os orientais, inclusive o povo russo que tanto cresceu na nossa estima durante a última guerra. Mas é desconcertante pensar que nas divergências que nem sequer afetam os nossos interesses, entre o Ocidente e a Rússia, o povo brasileiro possa pender para esta com a qual não temos nenhum traço de união”, sentenciou Vellasco.

Francisco Britto, em entrevista ao *Jornal Opção*, de Goiás, menciona Domingos Vellasco do seguinte modo: Vellasco teve uma polêmica com Prestes. Quando saiu para a legalidade, no auge do seu prestígio, Prestes, na revista *Fundamentos*, do PCB, escreveu um tratado de 30 a 40 páginas intitulado “O Imperialismo em Busca de Novos Quadros”, contra Domingos Vellasco, que então respondeu ao Prestes, contundentemente, frisando-lhe que o erro dos comunistas era o radicalismo, que os levava ao isolamento. Vellasco era um homem de esquerda, de muita perspicácia. Em um Estado em que só se elegia quem tinha curral eleitoral, ele conseguia ser eleito sem pedir voto.

SENADO FEDERAL

No pleito de 1950, Domingos Vellasco tornou-se o primeiro senador socialista da América Latina, eleito pelo PSB de Goiás. Assumiu a secretaria-geral do partido e a liderança da bancada no Senado. Em meio à oposição da UDN ao recém-eleito presidente Getúlio Vargas, declarou: “Não éramos contra o Presidente, mas sim contra a política de opressão e de continuísmo. Lutávamos por um governo de amplas liberdades democráticas e pela moralidade administrativa”.

Em 1951, Vellasco e João Mangabeira fundaram no Rio de Janeiro o jornal *O Popular*, diário e vespertino que circulou até outubro de 1954. Ainda que ambos fossem vinculados ao PSB, a publicação não se confundia com órgão partidário. Seu manifesto de fundação sintetizava as linhas ideológicas de Vellasco:

- a) regime representativo de origem popular, com sufrágio universal direto e secreto e representação proporcional;
- b) liberdade de manifestação do pensamento, de organização partidária, de associação, de reunião e de cátedra;
- c) liberdade de crença e de culto, sem qualquer relação de dependência ou aliança com os governos da União ou dos Estados;
- d) autonomia sindical e direito de greve, com destaque para a defesa da liberdade civil e política em meio às reivindicações populares.

O Popular dedicava-se às questões trabalhistas e alinhava-se às reivindicações proletárias. O projeto político de

Velasco articulava-se em torno da nacionalização do petróleo, da liberdade sindical e da conjuntura internacional, como o debate sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia.

Embora próximos dos trabalhistas, Velasco e Mangabeira não poupavam críticas a eles, inclusive aos getulistas. Em 9 de julho de 1951, sob a manchete “Ditadura Fascista sobre os sindicatos – ‘trabalhistas’ tiram a máscara...”, Velasco cobrou de Vargas o cumprimento da promessa, feita no 1º de maio, de promover a sindicalização em massa: “o que está fazendo o Ministério do Trabalho com os seus ‘pelegos’ é matar a sindicalização livre; transformar os sindicatos dos trabalhadores em uma espécie de curral em que os operários e empregados, como animais ou como escravos, são tangidos pelos senhores do ministério.” (*O Popular*, 09/07/1951, p. 1).

Pouco depois, o jornal voltou a questionar: “Onde está a liberdade para os trabalhadores?”, denunciando a intervenção em sindicatos, a violência policial contra reuniões e a repressão às greves, concluindo que nada mudara em relação ao governo Dutra, “intensamente repressivo e conservador” (*O Popular*, 17/09/1951, p. 2).

O principal atrito com o governo dizia respeito à perseguição aos comunistas. Enquanto os trabalhistas defendiam a exclusão integral do PCB da vida política, inclusive com violência, Velasco combatia essa postura. *O Popular* ironizava a “indústria do anticomunismo”: “Jornais falidos, escritores semianalfabetos, jornalistas sem leitores, ‘pelegos’, desprezados pelos trabalhadores, tiras fantasiados de ‘orientadores’ e ‘técnicos’ sindicais do Ministério do Trabalho – todos esses têm conseguido gordas subvenções

e polpudas gorjetas, com a exploração do ‘anticomunismo’. Como tem sido rendosa!” (*O Popular*, 14/07/1951, p. 3). E completava Vellasco: “Para se combater a ideia e a ação dos comunistas, os métodos têm de ser outros. Os métodos da justiça, da educação, do esclarecimento dos seus erros. Enfim, os métodos da democracia que somente pode ser defendida por métodos democráticos.” (*O Popular*, 18/08/1951, p. 3).

Sobre a questão fundiária no Sertão Carioca, Vellasco propunha que a prefeitura levantasse as terras em litígio, verificasse se o posseiro efetivamente as cultivava e não era funcionário público, militar ou comerciante; então, deveria negociar com os proprietários a desapropriação dos lotes ocupados por lavradores, revendendo-os a eles em prestações módicas.

Em 10 de julho de 1951, *O Popular* noticiou um conflito em Pedra de Guaratiba, envolvendo o pretenso proprietário Pedro Moacyr e famílias de pequenos lavradores. A abordagem do jornal alinhava-se à de outros periódicos, como o comunista *Imprensa Popular*, o trabalhista *O Radical* e o liberal-conservador *O Globo*, todos condenando as tentativas de despejo.

O caso levou Vellasco a reafirmar sua posição sobre o anticomunismo, visto como instrumento de preservação de interesses de grupos tradicionais, que mantinham relações próximas com o poder público. *O Popular* destacou: “O proprietário é poderoso. É tão poderoso que conseguiu que a Delegacia de Ordem Política e Social enviasse a Mangaratiba [sic] um policial para dar cobertura ao seu ato desumano. Entretanto, mesmo acompanhado de um investigador, não teve o proprietário êxito, uma vez que os prejudicados não

se intimidaram, recusam abandonar seus lares”. Nesse ponto, Vellasco divergia da direita e de amplos setores do trabalhismo que fomentavam a indústria do anticomunismo.

Com a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, encerrou-se o financiamento do Banco do Brasil a órgãos de imprensa. *O Popular*, um dos últimos a receber o subsídio, encerrou atividades em outubro daquele ano, inviabilizado pela dependência de papel e tinta importados.

No Senado, Vellasco continuou a empenhar-se pelo monopólio estatal do petróleo e pela criação da Petrobras, ao lado de aliados como Alberto Pasqualini (PTB-RS), Landulfo Alves (PTB-BA) e Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (PSP-RN). A Petrobras, criada em 1953, foi considerada “filha” de Vellasco.

Presidiu também as delegações brasileiras nas conferências da União Interparlamentar (UIP). A Resolução da Câmara dos Deputados n. 378, de 28 de setembro de 1953, assinada por Nereu Ramos, designou quatro membros para a conferência de Washington (outubro de 1953), sob sua presidência. O Grupo Brasileiro foi oficialmente fundado em 25 de outubro de 1954 e reconhecido pelo Senado (Resolução n. 9, 6 de junho de 1955) e pela Câmara (Resolução n. 28, 22 de junho de 1955). Em 18 de maio de 1955, aprovou-se seu primeiro regimento interno, elegendo Vellasco presidente da Comissão Executiva, com mandato renovado nos anos seguintes, inclusive para a conferência na Polônia.

Pela Resolução n. 23 de 27 de julho de 1954, o presidente do Senado e vice-presidente da República, João Café Filho, designou Vellasco para liderar a representação brasileira na

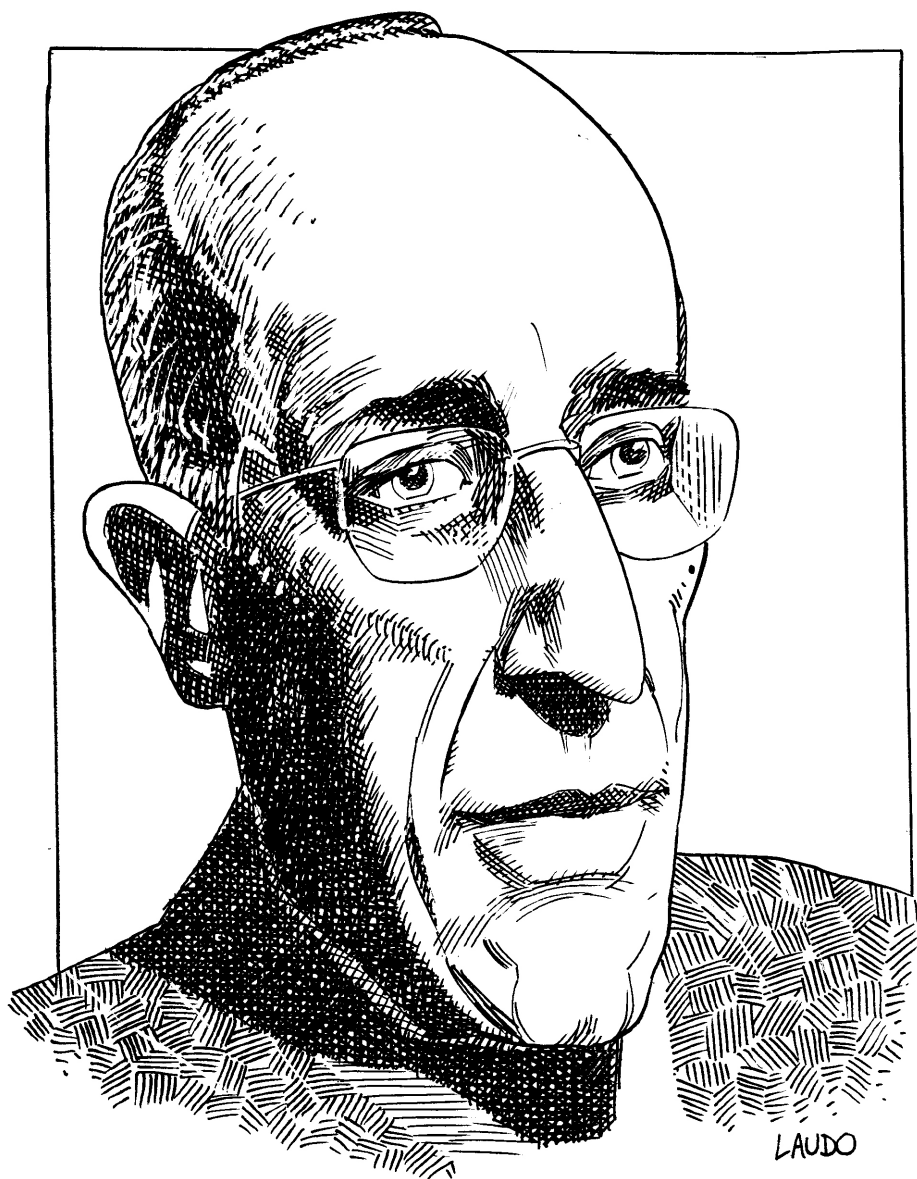
Conferência Anual da UIP. Vellasco presidiu o Grupo Brasileiro na 47ª Conferência da UIP, realizada no Rio de Janeiro (24 de julho a 1º de agosto de 1958), quando propôs a criação do Grupo Regional Americano, integrado por Brasil, Chile, Argentina, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Teve atuação destacada também na reunião do Conselho da UIP em Genebra. A UIP deu origem ao atual Parlamento Latino-Americano.

Além das missões da UIP, Vellasco visitou, a convite de governos, a China (duas vezes), a União Soviética, a Checoslováquia, a Polônia, a Hungria e diversos países capitalistas, com êxito diplomático para o Brasil. Em 1959, foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, desta vez pelo PTB de João Goulart e Leonel Brizola.

MINISTRO TOGADO DO TST E CASSAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Indicado pelo presidente Juscelino Kubitschek, Vellasco assumiu em 8 de fevereiro de 1961 o cargo vitalício de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), renunciando ao mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 1968, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n. 5, durante a ditadura militar instaurada em 1964.

Domingos Netto de Vellasco faleceu em 10 de março de 1973, no Hospital Samaritano, em Botafogo, Rio de Janeiro, cercado pela esposa Irisbella, pelos filhos Colmar e Cleone e pela neta mais velha, Ana Maria. Foi sepultado no cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1973.



Domingos Vellasco em seus tempos de senador, retratado por Laudo Ferreira

HOMENAGEM POST MORTE NO SENADO FEDERAL DO BRASIL

“REQUERIMENTO n. 6, de 1973. (p. 41 a 43) Requeremos, na forma regimental, pelo falecimento do ex-senador Domingos Vellasco: a) inserção em ata de um voto de profundo pesar; b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Goiás. Sala das Sessões, em 12 de março de 1973. Nelson Carneiro - Cattete Pinheiro - Osires Teixeira - Petrônio Portella - Ruy Carneiro - Benjamin Farah.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) - Concedo a palavra ao nobre senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO - (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, srs. senadores, havia assinado, com o nobre senador Petrônio Portella, esse requerimento, em primeiro lugar. Mas entendi que a homenagem, embora fosse de toda a Nação, deveria partir da nobre bancada de Goiás. Infelizmente, não vejo neste instante neste plenário o seu primeiro signatário, o nobre senador Osires Teixeira. Todos nós, os que envelhecemos na vida pública, conhecemos Domingos Vellasco e dele temos que guardar a imagem de um combatente, de um lutador, de um inconformado. Foi um dos quatro parlamentares presos nos dias que antecederam 1937. Colhido no gozo de suas imunidades, a

Câmara de então transigiu e, em vez de reivindicar a volta ao seu seio dos seus representantes, teve a fraqueza de apoiar o ato governamental, concedendo a licença para o processo. Os parlamentos, Sr. Presidente, podem ruir por insubmissão, como a Assembleia de 1823; mas também podem desaparecer sem o apreço público pela submissão excessiva. Assim foi em 1937. Domingos Vellasco foi um homem fiel a si mesmo. Integrante do Partido Socialista, um pequeno partido, manteve até a morte as suas ideias, lutou por elas, trabalhou por elas. Mas a sua projeção foi além das fronteiras do País e lhe coube, na direção do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, levar ao estrangeiro a expressão viva do Parlamento Nacional. Deixou nesta Casa, além de amizades, recordações da sua dignidade, da sua intrepidez, da coragem com que sempre defendeu aquilo que lhe parecia correto.

O Sr. Benjamin Farah - V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO - Com muita honra, nobre senador.

O Sr. Benjamin Farah - V. Exa. fala como Líder da nossa bancada. Mas eu me permito dar um aparte a V. Exa., porque tive a satisfação de privar aqui, neste Congresso, com Domingos Vellasco. Pertenci àquela Constituinte de 1946, a que S. Exa. também pertenceu. Já o conhecia de longa data, através de suas lutas, de suas posições, de sua combatividade – e vim encontrá-lo naquela famosa Assembleia de 1946. Na verdade, é isso mesmo. Ele sempre se colocou na defesa das suas causas, das grandes causas, com uma bravura invulgar; não temia as pressões, viessem de onde viessem. Em todos os movimentos de interesse dos trabalhadores, Domingos Vellasco estava sempre na linha de frente e, ainda mais, nos movimentos de interesse do País. Quantas vezes fomos à praça pública – eu, muito jovem ainda,

inexperiente, ao lado de Domingos Vellasco, Gabriel Passos e Artur Bernardes, para defender certas teses, como aconteceu no caso do petróleo. Quando defendíamos a tese de que ‘o petróleo é nosso’, éramos escoraçados e perseguidos pela polícia; em verdade, o petróleo hoje é nosso, mas graças a uma luta que veio de longe, ganha em batalhas de rua, enfrentando os piores inimigos, não só do povo como do País, que não permitiam que se defendesse uma causa como a do petróleo e outras do interesse nacional, como a areia monazítica etc. Portanto, quero me congratular com V. Exa. e trazer o testemunho de um ex-companheiro de Domingos Vellasco, que sempre manteve no Congresso uma linha de comportamento corajosa na defesa dos interesses do País. Quero particularmente me reportar a um discurso que ele proferiu certa vez na Câmara dos Deputados, alertando os políticos contra os nossos inimigos ostensivos e contra os que estão encapuçados, sobretudo aqueles que estão em postos administrativos e que vivem a proclamar por aí: ‘eu não sou político, sou técnico, administrador, não quero nada com a política’ mas que, muitas vezes, combatem a política e servem-se dos políticos. Ele fez essa advertência com muita propriedade. O discurso de V. Exa. merece a nossa irrestrita solidariedade, e aqui está também a expressão de solidariedade de um companheiro de Domingos Vellasco nas suas lutas dentro da Câmara e fora do Parlamento.

OSR. NELSON CARNEIRO - Agradeço a V. Exa. a contribuição que trouxe à modéstia do meu discurso. Sr. Presidente, a diferença entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é que a Câmara é constituída de jovens, dos que começam, em geral, a vida. Aqui estão os que vêm de longas caminhadas pelos roteiros do

passado. Não é preciso, portanto, numa Casa de homens vividos na área política, para não dizer na arena política, recordar quem foi Domingos Vellasco. Cada um de nós o conheceu, cada um de nós sabe de suas virtudes e, possivelmente, de seus defeitos. Hoje, que ele desapareceu, rogo ao Senado que lhe preste uma homenagem: a homenagem do seu respeito a um homem que foi autêntico, absolutamente igual a si mesmo, que nunca transigiu, que nunca deixou morrer dentro de si o ideal que o animava.

O Sr. Osires Teixeira - V. Exa. permite um aparte, nobre senador?

O SR. NELSON CARNEIRO - Com muita honra.

O Sr. Osires Teixeira - Surpreendido com a notícia da morte do eminente ex-senador Domingos Vellasco há questão de instantes, por V. Exa., tive a honra de subscrever também com V. Exa. o requerimento de pesar, que não é de Goiás, mas de todo o Brasil. E deveria mesmo pronunciar um discurso após o de V. Exa. sobre Domingos Vellasco. Mas V. Exa., que viveu com ele tantos e tantos dias, que sentiu em Domingos Vellasco aquele político que realmente era, aquele homem destemido que sempre foi, aquele homem que, antes de parlamentar, antes de político, fazia escola política, como fez, dá-me a tranquilidade de agora apartear para agradecer em nome de Goiás, agradecer em nome daquele povo que, como Domingos Vellasco, sempre se colocou na vanguarda dos grandes acontecimentos nacionais, a homenagem que ora prestamos a Domingos Vellasco, homem que durante anos e anos militou na política de Goiás e que durante longo tempo ali fez escola política, para Goiás e para a coragem, de destemor, de arrojo em dizer a verdade, ainda que isto lhe pudesse custar a liberdade.

O SR. NELSON CARNEIRO - V. Exa. situa um aspecto de Domingos Vellasco. É que ele não podia, pela sua grandeza, pela sua bravura, pela sua vida, ficar contido dentro dos generosos limites de Goiás. Ele foi, realmente, um político brasileiro, porque a sua palavra foi além dos lindes da terra goiana, para contagiar moços e velhos através dos livros que deixou, pregando os pontos de vista que sempre foram os seus e que com ele não hão de desaparecer. Repousa ele hoje na terra carioca, no cemitério que se chama Jardim da Saudade. Aquele homem que enfrentou tantos espinhos na vida merecia um jardim sem espinhos na morte. Dele não ficará a saudade apenas; todos que o conheceram, todos os que se abeberaram nos seus livros hão de prestar-lhe homenagem de respeito e de admiração pela sinceridade, lealdade e bravura com que serviu a si mesmo, a Goiás, ao Congresso Nacional e ao Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) - Em votação o requerimento. Os srs. senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.) Aprovado. A Mesa associa-se às justas homenagens que vêm de ser prestadas ao ex-senador Domingos Vellasco e fará cumprir a deliberação da Casa. Comparecem mais os srs. senadores: Milton Trindade - Clodomir Millet - Fausto Castelo Branco - Arnon de Mello - Luiz Cavalcante - Magalhães Pinto - Ney Braga - Guido Mondin.”

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

CONTART, Luiz Gonzaga. *Velasco – Paladino do Socialismo*. Goiânia: Líder, 1995.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *O estado de guerra cala a única voz da oposição goiana no Congresso Nacional em 1936*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 27, 2016.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Domingos Velasco: herdeiro de Bulhões na política e antagonista de Prestes na esquerda*. Goiânia: Jornal Opção, 05/07/2020.

VELLASCO, Domingos. *Direito Eleitoral: Systema Eleitoral, Nulidades, Crítica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1935.

VELLASCO, Domingos. *Defesa Prévia Apresentada pelo Deputado Domingos Velasco ao Tribunal de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Apollo, 1937.

VELLASCO, Domingos. *Sal da Terra: Reflexões sobre a Questão Social*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1939.

VELLASCO, Domingos. *Rumos Políticos: Carta a um Comunista, Cultura a um Católico, Carta a um Integralista, Carta a um Democrata*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

VELLASCO, Domingos. *O Que É Cristianismo Social*. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

VELLASCO, Domingos. *Nova China*. Rio de Janeiro: Fulgor, 1960.

LINHA DO TEMPO

- 1899: Nascimento em 8 de outubro, no município de Goiás, Goiás, Brasil.
- 1921: Casa-se com Irisbella Rosa Marques de Paula.
- Anos 1920: Tem dois filhos, Colmar e Cleone; participa do Movimento Tenentista e funda o jornal *A Imprensa*, em Goiás.
- 1924: Participa da Revolta de 5 de julho em São Paulo.
- 1930: Apoia a Aliança Liberal e a Revolução de 1930.
- 1932: Comanda as forças goianas na Revolução Constitucionalista de 1932.
- 1933-1937: Deputado federal constituinte por Goiás (período: 14 de novembro de 1933 a 10 de novembro de 1937).
- 1936: Preso, acusado de apoiar a Aliança Nacional Libertadora.
- 1945: Participa da fundação da UDN e da ala Esquerda Democrática, que posteriormente se transforma no Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- 1946-1951: Deputado federal constituinte por Goiás (período: 1º de fevereiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951).
- 1950-1959: Senador por Goiás (período: 1º de fevereiro de 1951 a 1º de fevereiro de 1959).
- 1951: Funda, com João Mangabeira, o jornal *O Popular*, no Rio de Janeiro.
- 1959-1960: Deputado federal pelo Rio de Janeiro (período: 16 de março de 1959 a 18 de novembro de 1960).
- 1961-1963: Ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (período: 8 de fevereiro de 1961 a 20 de março de 1963).
- 1973: Falece no Rio de Janeiro, em 10 de março, aos 73 anos.

*Agradecemos a todos os que tornaram esta
republicação possível, em especial à
sra. Ana Maria de Moraes Sarmiento Vellasco,
primeira neta do senador e guardiã
de suas histórias e do seu legado.*





Todas as imagens ilustrativas deste livro se referem a cartazes chineses criados por diversos artistas entre o período de 1949 e 1960, correspondente ao mesmo escopo temporal abordado por Domingos Vellasco em Nova China

Este livro foi composto em Serif e Mango Grotesque, em diversos corpos e variantes, e impresso em papel Pólen Bold (90 g/m²) na Flashprint Gráfica, em julho de 2026.



Domingos Netto de Vellasco (1899–1973) foi um político e jurista goiano, primeiro senador socialista da América Latina. Participou do Movimento Tenentista, da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932. Eleito deputado constituinte em 1933, foi preso em 1936 por apoiar a Aliança Nacional Libertadora. Fundador da UDN e do PSB, atuou na Constituinte de 1946 e, como senador, liderou a campanha "O petróleo é nosso". Nomeado ministro do TST em 1961, teve os direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1968.

A China que o Ocidente insiste em não ver

"Lido hoje, *Nova China* ganha novas camadas de significado. A China descrita por Vellasco, ainda nos primeiros anos após a Revolução de 1949, é um país em construção, buscando resolver problemas básicos e estruturais. No entanto, é possível identificar, em suas páginas, os fundamentos de um processo que, décadas mais tarde, levaria o país a se tornar uma das principais potências do mundo. Nesse sentido, o livro não é apenas um documento histórico. Ele é também uma reflexão sobre desenvolvimento, organização social e capacidade de transformação. Convida o leitor a pensar sobre como sociedades enfrentam seus desafios, constroem soluções e mobilizam suas energias em torno de objetivos comuns."

Do prefácio de Floriano Pesaro



Fundação
João Mangabeira

<https://www.fjmangabeira.org.br>

ISBN: 978-65-88179-12-3



9 786588 179123